

GEUSA DA PURIFICAÇÃO PEREIRA

**ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE LUTA PARA A
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA
DE CANAVIEIRAS – BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2016

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

P436o
2016

Pereira, Geusa da Purificação, 1987-
Organização comunitária como ferramenta de luta para a
criação e consolidação da reserva extrativista Marinha de
Canavieiras- BA / Geusa da Purificação Pereira. – Viçosa, MG,
2016.

xv, 127f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo LelesRomarco de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.110-119.

1. Comunidades - organização. 2. Comunidades -
desenvolvimento. 3. Mobilização comunitária. 4. Reserva
Extrativista. 5. Marinha de Canavieiras. I. Universidade Federal
de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de
Pós-graduação em Extensão Rural. II Título.

CDD 22. ed. 307.72

GEUSA DA PURIFICAÇÃO PEREIRA

**ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO FERRAMENTA DE LUTA PARA A
CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA
DE CANAVIEIRAS- BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada: 16 de maio de 2016.

Tatiana Ribeiro Velloso

Alair Ferreira de Freitas

Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Orientador)

Dedico esse trabalho aos meus pais (Joel e Dalva), exemplo de luta, força, carinho e dedicação em minha vida e a todos os extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras por compartilhar conosco a sua experiência.

O homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu corpo, e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem dela é parte!

KARL MARX

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo que se fecha! Diversos foram os momentos, dificuldades, alegrias, saudade, superação, mas em todo esse processo eu sei que fui guiada por uma força suprema que sempre esteve e está ao meu lado. A Quem dedico o meu primeiro e principal agradecimento: a Deus, que em sua infinita bondade tem me auxiliado na realização de cada um dos meus muitos sonhos! Esse mesmo Deus, em vários momentos da minha caminhada, colocou ao meu lado uma infinidade de seres de luz sem os quais eu certamente não estaria aqui, aos quais também agradeço.

Agradeço à minha família, pelo apoio e incentivo ao longo de toda essa trajetória, por aceitarem e entenderem a minha ausência física, por me apoiarem e me amarem incondicionalmente. Aos meus queridos e amados pais Joel e Dalva, por todo o amor, carinho, apoio, dedicação e renúncia. Pelos calos nas mãos e pelo suor dos seus rostos, dedicados à minha criação! Eu os amo infinitamente.

Aos meus irmãos (Sueli, Fernando, Odaí, Vanuza, Vanderléia, Adalto, Geane, Fernanda e Rael) por serem tantos em números e também em amor. Obrigada pelo carinho, apoio e incentivo. Obrigada por, mesmo distante, estarem sempre ao meu lado. Vocês são as melhores partes de mim!

Ao meu orientador, Marcelo Leles Romarco de Oliveira, pela parceria firmada ao longo desses dois anos, por compartilhar comigo os seus saberes e conhecimentos, pelas trocas, confiança, incentivo, carinho e atenção. Trabalhar e conviver com você foi uma grande honra. Os aprendizados que me proporcionaste serão levados para a vida.

À minha coorientadora Bianca Aparecida Lima Costa pelas trocas, pela paciência e por contribuir nesse trabalho que fizemos a três mãos e vários olhares.

À Tatiana Velloso, pessoa a quem tenho grande carinho, admiração e respeito e que tem em minha vida acadêmica e pessoal um papel muito importante. Obrigada por cada oportunidade que me deste. Obrigada por me apoiar nas minhas escolhas e por ter me ajudado em tantos momentos, os quais permitiram que eu chegasse até aqui.

À CAPES pela concessão da bolsa que me permitiu fazer o mestrado e desenvolver esta pesquisa.

Aos professores do DER pelos ensinamentos compartilhados, em especial ao Ambrósio, Rennan, Luciano, Douglas e Alair.

Aos amigos Priscila Tamíres e Nilson Araújo por todo o carinho e incentivo e pela amizade construída ao longo desse processo.

À Hada Luz pela amizade, companhia, apoio, companheirismo e pelas trocas no processo de escrita.

À Márcia Campos pelo carinho, amizade e por tantos momentos compartilhados, sobretudo, no período inicial do mestrado.

A Dayane Rouse Neves Souza pela amizade, incentivo, parceria e apoio de sempre!

A Rafael Farias, amigo irmão que o mestrado me trouxe. Obrigada pelo carinho e presença em minha vida.

Aos colegas da Extensão Rural e a turma da “salinha” por tantos cafés, trocas e momentos, especialmente Lívia Quinquilo, Priscila Coelho, Marcelo Horta, Cátia Resende, Judith Tort, Diana Dias, Ana Claudia Campos, Manuel Fernandes e Thais Teixeira.

A Romildo Assis Rezende por toda atenção, dedicação e trabalho.

Aos demais servidores do DER, em especial Cassiana, Helena, Carminha, Margarida, Miriam, Mirna e Otto.

À minha amiga Jecsan Santos por ser tão presente mesmo na ausência, por torcer e vibrar comigo a cada conquista e por me dizer sempre: “vai dar tudo certo”. O teu carinho e apoio em mais essa trajetória foram fundamentais.

À Beatriz Conceição pelo apoio, incentivo, confiança e amizade construída.

À Eliane e Francisco, por todo amor, apoio, incentivo e carinho e por me acolherem em suas vidas de forma tão especial.

À minha “mãezinha” Maria Perpétua e toda a família Sapucaia pelo carinho, incentivo e torcida.

À Edilene Batista amiga irmã de todas as horas e a toda a sua família pela amizade e carinho de sempre.

Aos meus professores, amigos e incentivadores da UFRB e da INCUBA/UFRB: Nara Eloy, Ana Elisa Del’Arco, Concinha Menezes Soglia, José da Conceição Santana, Jucileide Nascimento, Marcos Paulo Maturino e Aelson Almeida.

Aos amigos de Cruz das Almas, da UFRB, da INCUBA/UFRB e da vida. Especialmente a: Anaís, Eliana, Silvana, Cleide, Cíntia, Rosania, Lêca, Melissa, Jane, Marinalva, Luciana e Israel.

À Daniela Trigueirinho Alarcon e Leriane Cardozo, pela trocas, contribuições e apoio durante o meu trabalho de campo.

Aos extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras por compartilhar sua história e trajetória. E a todos os participantes desta pesquisa.

À toda equipe AMEX pela acolhida durante o trabalho de campo e apoio na escrita desse trabalho. Em especial a Ernesto, S. Joao, Pedrina, Elialda, Carlos, Geise, Thauara, Fábio, Tatiane, Mara, Nara e Juliane (minha acompanhante mirim de campo).

Ao ICMBio Canavieiras, a Javan Lopes e Taina Menegasso pelo apoio durante todo o trabalho de campo;

Por fim, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho, assim como em minha trajetória acadêmica.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO.....	1
1. OBJETIVOS.....	5
1.1. Geral.....	5
1.2. Objetivos específicos	5
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	6
2.1. Fatores motivacionais de escolha pela área de estudo	6
2.2. A pesquisa e o método	7
2.3. Etapas de realização da pesquisa	8
2.4. O Trabalho de campo.....	9
2.5. Critérios de seleção dos participantes	10
2.6. Metodologia de análise de dados	14
CAPÍTULO 1- A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SEU PAPEL NO CONTEXTO BRASILEIRO	15
3.1. Unidades de Conservação no Brasil: breve debate conceitual.....	15
3.2. Populações tradicionais e território para as Resex Extrativista	19
3.3. Meios de vida: o que preservar das populações tradicionais?	22
3.4. Lutas Sociais: por uma conquista territorial e garantia de direitos para as Reservas Extrativistas	23
3.5. Reserva Extrativista Marinho Costeiro	28
3.5.1. Articulação social em prol das Resex Marinhas: o papel da CONFREM	30
CAPÍTULO 2. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS: DA MOBILIZAÇÃO À CRIAÇÃO	32
4.1. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras: informações preliminares	32
4.2. O processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras.....	37
3.2.1. A criação da Resex Marinha de Canavieiras na proteção territorial e manutenção dos meios de vida dos extrativistas.....	50
CAPÍTULO 3. A GESTÃO COMPARTILHADA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS: OS CONSELHOS GESTORES E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	56

5.1. Participação social e o surgimento dos conselhos gestores	56
5.2. Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras: o processo de constituição	60
5.3. Movimentos Sociais na Resex Marinha de Canavieiras	65
5.4. Articulação social e empoderamento dos extrativistas	74
5.4.1. A Rede de Mulheres	78
CAPÍTULO 4. CONQUISTAS COLETIVAS NA RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS	82
6.1. O Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (BAMEX)	82
6.2. Projeto de melhoria da infraestrutura coletiva	89
6.3. Acesso a programas para a construção de habitação popular	93
6.4. Acesso ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde.....	98
6.5. Perspectivas e desafios da organização comunitária na Resex Marinha de Canavieiras.....	99
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
8.REFERÊNCIAS	110
APÊNDICES	120
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA	120
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	121
APÊNDICE C- TABELA COM AS RESERVAS EXTRATIVISTAS EXISTENTES NO BRASIL ATÉ JUNHO DE 2016	123
ANEXOS	126
ANEXO A- AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS- BA	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. . Codificação dos entrevistados, evidenciando sexo, idade e tempo de residência na área da Resex Marinha de Canavieiras.....	12
Tabela 2. Composição atual do Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras.	63
Tabela 3. Organizações comunitárias que fazem parte da atual configuração organizativa da Resex Marinha de Canavieiras.....	66
Tabela 4. Organizações presentes na Resex Marinha de Canavieira- BA, 2015.....	73
Tabela 5. Lista de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), no estado da Bahia, com destaque para Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (BAMEX).	84

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa dos municípios que compõem a Resex Marinha de Canavieiras, com destaque em verde para a área de abrangência da Resex.	6
Figura 2. Esquema das unidades de conservação, categorias e tipos presentes em cada uma, com destaque para as subcategorias das Reservas Extrativistas.....	18
Figura 3. Placa da Resex Canavieiras na chegada da Comunidade de Campinhos.....	33
Figura 4. Placa da Resex Canavieiras na Comunidade de Atalaia.	33
Figura 5. Centro Histórico de Canavieiras-BA	35
Figura 6. Pôr-do-sol em Canavieiras-BA	35
Figura 7. Foto do Movimento “Natureza sim, Resex não”.	46
Figura 8. Distribuição dos beneficiários da Resex	48
Figura 9. Constituição da Associação Mãe da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.	68
Figura 10. Placa do Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras	86
Figura 11. Design da moeda social do BAMEX.	86
Figura 12. Linhas de Créditos oferecidas pelo BAMEX.....	87
Figura 13. Sede da Associação Comunitária de Atalaia, reformada a partir de recurso do PCAP.	93
Figura 14. Sede da Associação dos Tiradores e Catadores de Caranguejo, construída a partir de recurso do PCAP.....	93
Figura 15. Padrão das casas de madeiras comumente observadas nas comunidades da Resex.	97
Figura 16. Padrão das casas construídas através dos projetos habitacionais.....	97

LISTA DE SIGLAS

ACCC - Associação de Criadores de Camarão de Canavieiras
AMAPPP - Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia
AMB - Associação das Marisqueiras de Belmonte
AMEPEDRAS - Associação de Pescadores e Marisqueiras de Pedras de Una
AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras
AMOVA - Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
APA - Área de Preservação Ambiental
ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico
APAC - Associação de Pescadores e Agricultores de Campinhos
APCCC - Associação de Pescadores e Catadores de Camarão de Canavieiras
APEMA - Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Comunidade de Atalaia
APEMBAV - Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas de Barra Velha
APMO - Associação de Pescadores e Marisqueiras de Oiticica
APPS - Associação de Pescadores de Puxim do Sul
ATCCC - Associação de Tiradores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras
BAMEX - Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras
BCD - Banco Comunitário de Desenvolvimento
CCDRU - Certificado de Concessão de Direitos Reais de Uso
CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CESOL - Centro Público de Economia Solidária
CI - Conservação Internacional
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPT- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CONFREM - Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CR - Coordenação Regional

DOU - Diário Oficial da União
ECOTUBA - Instituto de Conservação de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ESEC - Estação Ecológica
FETAG - Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
FLONA - Florestas Nacionais
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
G7 - Grupo das sete comunidades
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IDS - *Institute of Development Studies*
IMA- Instituto Mamíferos Aquáticos
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA - Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
ITES - Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão de Desenvolvimento Territorial
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MN - Monumento Natural
MOEX - Moeda Social Extrativista
MP - Ministério Público
MTE- Ministério do Trabalho e Emprego
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público
PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais
PARNA - Parque Nacional
PCAP - Plano de Compensação da Atividade Pesqueira
PHIS - Programa Habitação de Interesse Social
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO - Reserva Biológica
REFAU - Reserva de Fauna

RESEX - Reserva Extrativista
REVIS - Refúgio da Vida Silvestre
RGP - Registro Geral da Atividade Pesqueira
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEDUR - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
STTR - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TMR- Teoria da Mobilização dos Recursos
UC - Unidade de Conservação
UDR - União Democrática Ruralista
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFV - Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

PEREIRA, Geusa da Purificação, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2016. **Organização comunitária como ferramenta de luta para a criação e consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras- BA.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Coorientadora: Bianca Aparecida Lima Costa.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de constituição da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras e as mudanças ocorridas para os extrativistas após sua criação. Para tanto, buscou-se analisar o contexto de surgimento das Unidades de Conservação no Brasil, bem como da Resex Marinha de Canavieiras, enfatizando nas principais formas de mobilização coletiva dos extrativistas no processo de criação dessa Resex. Buscou-se também identificar os espaços institucionais de articulação e mobilização dos extrativistas e suas formas de funcionamento na Resex, enfatizando, sobretudo, o papel do Conselho Deliberativo enquanto espaço democrático de decisão. Além disso, procurou-se identificar as conquistas coletivas adquiridas na Resex Marinha de Canavieiras e os desafios do modelo de gestão adotado no território. A metodologia aplicada baseou-se em pesquisa qualitativa realizada por meio de estudo de caso, cujos dados primários foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Como resultado, foi possível observar que a criação da Resex Marinha de Canavieiras representou uma conquista significativa para a manutenção dos meios de vida da população tradicional que a compõe, bem como para a proteção do meio ambiente que a integra. Esse espaço, no entanto, só se tornou possível em virtude da mobilização social e do protagonismo dos extrativistas no enfrentamento dos conflitos que emergiram no contexto de constituição da Resex, conflitos esses que tiveram uma função importante para a mobilização social, impulsionando a articulação dos extrativistas com vistas ao seu enfrentamento. Além disso, a criação da Resex contribuiu para ampliar a capacidade organizativa das comunidades que a compõem, bem como para criar novas parcerias com atores e instituições importantes no desenvolvimento de diversas ações em seu território. Esse aumento no nível de organização, por sua vez, permitiu também uma diversidade de conquistas que se deram no âmbito coletivo e que se tornaram possíveis em virtude da configuração organizativa que a criação da Resex proporcionou, fato que também viabilizou o acesso a diversas políticas públicas e conquistas sociais que não seriam adquiridas e/ou acessadas de forma individual ou isoladas.

ABSTRACT

PEREIRA, Geusa da Purificação, M.Sc., Federal University of Viçosa, May 2016.
Community Organization as a tool of struggle for the creation and consolidation of Extractive Reserves: the case of Marine Extractive Reserve of Canavieiras- BA.
Advisor: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Co-advisor: Bianca Aparecida Lima Costa.

This research aims to analyze the process of establishment of the Marine Reserve Extractive of Canavieiras and the changes for the extractivists after its creation. Therefore, it sought to analyze the onset of the context of protected areas in Brazil and the Resex Navy Canavieiras, emphasizing the main forms of collective mobilization of extractivists in the creation process of this Resex. It also sought to identify the institutional articulation spaces and mobilization of extractivists and their ways of working in Resex, emphasizing especially the role of the Governing Council as a democratic decision space. In addition, it sought to identify the collective achievements acquired in Resex Navy Canavieiras and challenges of the management model adopted in the territory. The methodology was based on qualitative research through case study, whose primary data were obtained through semi-structured interviews and participant observation. As a result, we observed that the creation of Resex Canavieiras Navy represented a significant achievement for the maintenance of livelihoods of traditional populations that compose it, as well as for environmental protection that integrates. This space, however, only became possible because of the social mobilization and the role of extractivists in confronting conflicts that emerged in the context of the constitution of Resex, the conflicts which had an important role in social mobilization, boosting the articulation of extractivists with a view to solving them. In addition, the creation of Resex contributed to increase the organizational capacity of the communities that comprise it, as well as to create new partnerships with important actors and institutions in the development of several actions in its territory. This increase in the level of organization in turn, also allowed a diversity of achievements that took place in the collective framework and made it possible because of organizational configuration that the creation of Resex provided a fact that also enabled access to various public policies and social achievements which would not be acquired and/or accessed individually or in isolated form.

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas (Resex) são áreas de utilização sustentável que buscam compatibilizar o uso dos recursos naturais com a exploração extrativista sem, contudo, degradar o meio ambiente utilizado. No Brasil, as Resex constituem espaços fundamentais de preservação do ambiente, dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2015). Esses espaços se tornam ainda mais importantes no contexto do atual debate ambiental, no qual se faz necessário maior cuidado e preocupação com os recursos naturais e com a preservação dos meios de vida tradicionais.

As Reservas Extrativistas são frutos das lutas iniciadas, principalmente, pelos seringueiros do Acre em meados da década de 1970, com o intuito de reagir a um processo histórico de exploração sofrida por parte dos fazendeiros e seringalistas e garantir o direito de permanência em seus territórios. Além disso, tais lutas objetivavam contribuir com a preservação das áreas exploradas desordenadamente, exploração essa que comprometia a sustentabilidade em diversos espaços, sobretudo, na região amazônica, cenário inicial desses acontecimentos, que com o tempo ganharam maior dimensão, alcançando diversas populações tradicionais Brasil a fora.

O processo de lutas dos extrativistas foi marcado por muita violência e morte, tendo como um dos casos mais emblemáticos a morte do líder seringueiro Chico Mendes, importante defensor dos trabalhadores e dos povos da floresta, assassinado em 1988. Muitos outros líderes e pessoas envolvidas no movimento também perderam suas vidas em consequência dessas lutas (OLIVEIRA FILHO, 2012). Tais acontecimentos, ao longo do tempo, foram abrindo espaço para as discussões iniciais sobre a temática das Reservas Extrativistas, assim como para a criação das primeiras Resex no país (a pioneira nesse processo foi a Reserva Extrativista do Alto Juruá criada no Acre em 1990).

As Reservas Extrativistas foram constituídas como espaço de resistência agrária, ficando também conhecida como a reforma agrária dos seringueiros. Seus princípios contrapunham um modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, o qual era baseado na propriedade privada e na exploração da natureza transformada em mercadoria (CUNHA e LOUREIRO, 2009).

Inicialmente, esses espaços ocupavam apenas áreas terrestres, denominados de Resex Florestais. Com o tempo, porém, essa categoria de Unidade de Conservação (UC)

passou a abranger também áreas costeiras e marinhas, as quais foram denominadas de Resex Marinho Costeiro. A primeira Resex dessa categoria foi criada em 1992 em Santa Catarina (Resex Marinha de Pirajubaé).

Tanto as Resex Florestais quanto as Resex Marinho Costeiro constituem área de domínio público com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo, portanto, necessário a emissão do Certificado de Concessão de Direitos Reais de Uso (CCDRU). Este certificado transfere a outorga do direito sobre esse território para os extrativistas, permitindo assim a sua ocupação e uso coletivo.

A partir da concessão do CCDRU, os extrativistas passam a ter a garantia do uso do território da unidade e, conseqüentemente, também desenvolvem diversas formas de relações interpessoais necessárias para a gestão e utilização do espaço comum. Essa forma de uso é influenciada pelo modelo de gestão adotado, o qual deverá ser exercido de forma coletiva através do conselho deliberativo, importante espaço de diálogo e decisão.

O processo de constituição, sobretudo das primeiras Reservas Extrativistas, perpassou por momentos conflitantes, necessitando do envolvimento, organização e mobilização social para alcançar os objetivos pleiteados. Nesse processo, os movimentos sociais da época tiveram grande relevância, como também as redes de relações estabelecidas entre sujeitos (seringueiros, povos da floresta, índios, etc.) e instituições (Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Aliança pelos Povos da Floresta, etc.), características fundamentais para a garantia territorial e manutenção dos meios de vida das populações tradicionais ocupantes desses territórios.

Desse modo, a atuação dos movimentos sociais da época resultou em uma conquista coletiva que ultrapassou os limites de suas origens. Nesse processo destaca-se a atuação dos seringueiros, através principalmente do CNS.

De forma similar, após a criação da primeira Resex, os movimentos sociais continuam tendo papel relevante na constituição das Reservas Extrativistas, incitando o envolvimento e mobilização dos beneficiários na conquista e ocupação do território almejado, visando transpor as barreiras postas por distintos setores e os interesses antagônicos em questão, a exemplo da preservação ambiental, manutenção dos meios de vida das populações, utilização para fins produtivistas e de reprodução do capital financeiro (especulação imobiliária, grilagem de terras, etc.).

Ademais, após a criação desses territórios, a gestão desses espaços é realizada por meio dos conselhos gestores, conforme preconiza o Sistema Nacional de Unidades

de Conservação (SNUC), possibilitando assim, através da ocupação dos espaços coletivos de deliberação, o fortalecimento da categoria dos envolvidos, a conquista e implementação de políticas públicas e maior legitimidade das ações realizadas.

Nesse contexto, essa pesquisa foi desenvolvida na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, visando analisar o seu contexto de surgimento e as mudanças que a criação dessa Resex trouxe para os extrativistas. O recorte histórico da pesquisa compreende o período das primeiras mobilizações para a constituição da Resex (meados da década de 1990), passando pela sua criação em 2006 até o momento de realização da presente pesquisa (outubro de 2015).

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além dessa introdução, dos objetivos, da metodologia e das considerações finais. O primeiro capítulo discorre sobre as Reservas Extrativistas, evidenciando o contexto de surgimento e a importância desses espaços no contexto brasileiro. Para tanto, será traçado um panorama histórico apresentando os principais acontecimentos e algumas personalidades de destaque nesse contexto. Também serão abordadas de forma breve as diferenciações dos tipos de UCs (uso sustentável e proteção integral), das Resex Marinhas e Resex Florestais e alguns conceitos utilizados nesta dissertação (território, populações tradicionais e meios de vida). O capítulo dará ênfase nas Reservas Extrativistas Marinhos Costeiros, apresentando suas especificidades, já que esse é a categoria de UC objeto de estudo desta pesquisa. Por fim, o capítulo destacará a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), seu papel e importância enquanto categoria representativa desse tipo de Resex.

O segundo capítulo tratará especificamente da área de estudo da pesquisa. Nele será apresentado a Resex Marinha de Canavieiras e seu contexto de surgimento, evidenciando os principais desafios e lutas sociais em prol da sua constituição, os fatos mais marcantes desse processo e alguns protagonistas. Serão apresentadas as principais características organizacionais e as formas de atuação dos extrativistas da Resex, tanto no seu processo de criação quanto nos dias atuais, evidenciando o papel da organização e mobilização dos extrativistas e das comunidades. Por fim, o capítulo dará destaque à importância da criação da Resex para a garantia territorial e manutenção dos meios de vida dos seus beneficiários.

Por sua vez, o terceiro capítulo descreverá a trajetória de mudanças dos padrões de gestão governamental para uma gestão participativa, apontando a criação dos conselhos como um de seus desdobramentos. Na sequência, o capítulo discorrerá sobre

a importância e finalidade dos conselhos gestores nas Reservas Extrativistas, apresentando alguns desafios da gestão compartilhada e do trabalho conjunto nesses tipos de territórios. Será apresentado o Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras, seu histórico de surgimento e formas de atuação nos dias atuais. Finalizando, o capítulo discorrerá sobre participação na Resex, destacando alguns espaços participativos que surgem após sua criação, suas formas de funcionamento e as principais contribuições para a formação sociopolítica e empoderamento dos sujeitos envolvidos, evidenciando também as instituições públicas e organizações de apoio que mantêm parceria com a Resex.

Por fim, o quarto capítulo dará ênfase nas principais conquistas coletivas e políticas públicas acessadas pelas comunidades da Resex Marinha de Canavieiras após sua criação. Posteriormente, serão apresentadas algumas perspectivas e desafios futuros para a Resex, sua gestão e funcionamento ao longo do tempo, apontando as medidas que vem sendo adotadas para sanar ou reduzir os seus impactos a curto e/ou a longo prazo.

1. OBJETIVOS

1.1. Geral

Analisar o processo de constituição da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras e as mudanças ocorridas para os extrativistas após sua criação.

1.2. Objetivos específicos

- Analisar o contexto de surgimento das Unidades de Conservação no Brasil;
- Analisar o contexto de surgimento da Resex Marinha de Canavieiras e as principais formas de mobilização coletiva dos extrativistas no processo de criação da Resex;
- Identificar os espaços institucionais de articulação e mobilização dos extrativistas e suas formas de funcionamento na Resex;
- Identificar as conquistas coletivas adquiridas na Resex Marinha de Canavieiras e os desafios do modelo de gestão adotado no território.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1. Fatores motivacionais de escolha pela área de estudo

Esse trabalho foi realizado na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, a qual abrange três municípios baianos, sendo a maior concentração no litoral do município de Canavieiras e pequenas partes dos litorais dos municípios de Una e Belmonte no estado da Bahia (ICMBIO, 2015).

A área total da Resex é de aproximadamente 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares) e encontra-se na coordenação regional de Porto Seguro- CR 7 (ICMBIO, 2015). Na Figura 1, é possível observar a localização desta Resex Marinha.

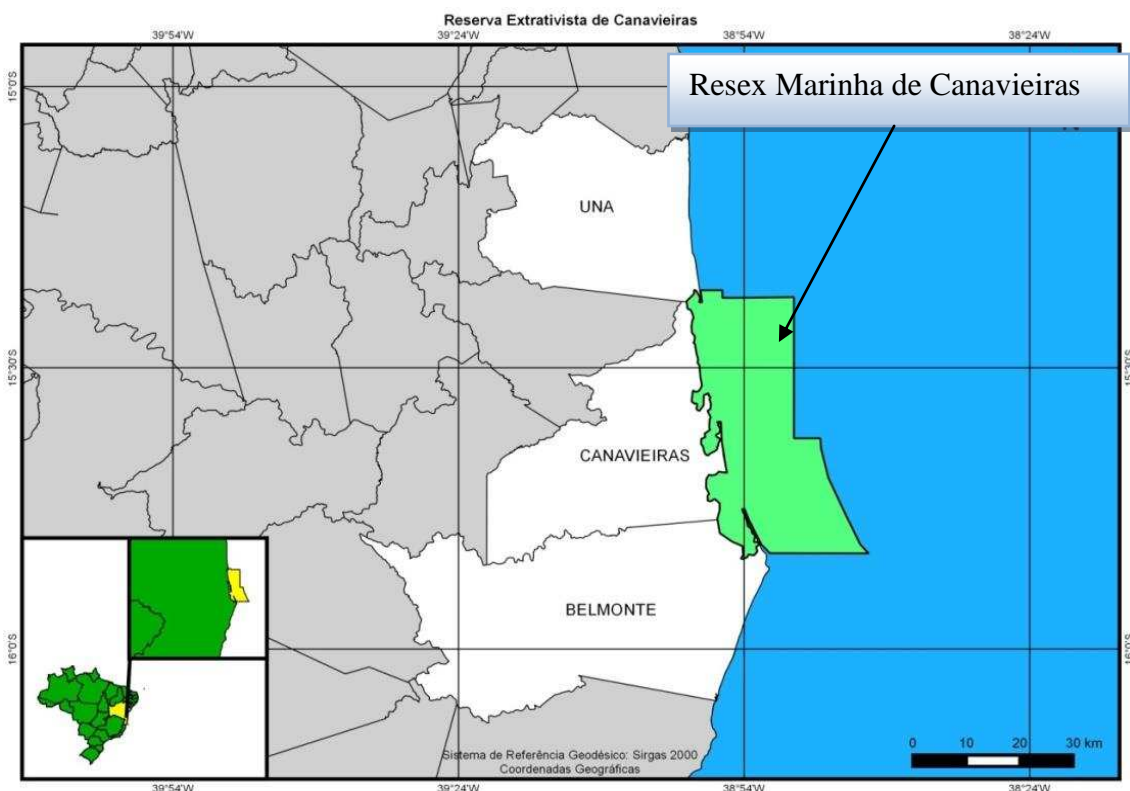


Figura 1. Mapa dos municípios que compõem a Resex Marinha de Canavieiras, com destaque em verde para a área de abrangência da Resex.

Fonte: ICMBIO/UFV, 2015.

Os fatores que motivaram a escolha dessa Resex como área de estudo estiveram associados a aproximação da autora com o tema das Reservas Extrativistas, a qual teve início a partir do seu ingresso em setembro de 2014 em um projeto fruto de um Termo de Cooperação firmado entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

(ICMBio) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Intitulado: “Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais”, esse projeto teve como objetivo traçar o perfil dos usuários/beneficiários das Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais (Flonas) no Brasil.

Outra característica relevante que influenciou na escolha está associada ao fato de que essa Resex possui um diferencial se comparada às demais Reservas Extrativistas do Brasil, qual seja: esta é a única Resex a possuir um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), uma iniciativa que, em tese, requer para a sua criação e funcionamento o envolvimento, cooperação, participação e organização comunitária.

Assim, partindo de algumas leituras sobre a Resex e do trabalho com a sistematização dos dados frutos do projeto desenvolvido pelo ICMBio/UFV, acreditava-se que a Resex Marinha de Canavieiras possuía um nível de organização comunitária expressivo, o qual teria sido importante tanto para a criação dessa unidade quanto para a aquisição de determinadas conquistas coletivas no seu território (a exemplo do BCD), sendo, portanto, uma experiência interessante para ser pesquisada.

2.2. A pesquisa e o método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo por meio de estudo de caso, cujo trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre os dias 28 de setembro a 14 de outubro de 2015. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Esse tipo de pesquisa fornece uma análise mais detalhada da investigação, hábitos, atitudes e tendências de comportamento (MARCONI e LAKATOS, 2007). Já a pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e fenômenos da população estudada (TRIVINÔS, 1987).

A obtenção dos dados primários foi realizada por meio do estudo de caso visando compreender aspectos referentes à organização comunitária e às principais mudanças ocorridas para os extrativistas após a criação da Resex.

O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos (MARCONI e LAKATOS, 2007). Ainda de acordo com as autoras, o estudo de caso qualitativo reúne o maior número de informações com objetivo de entender uma determinada situação e

descrever a complexidade de um fato, sendo que os dados qualitativos apresentam de forma detalhada os indivíduos ou grupos em sua própria terminologia. Para Augusto Trivinões (1987, p.133) o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”.

Nesse estudo, buscou-se compreender o processo de constituição da Resex Marinha de Canavieiras, as principais etapas de mobilização e organização comunitária para sua criação, enfatizando nas mudanças ocorridas para os extrativistas após a criação da Resex e na importância da participação e envolvimento desses extrativistas na busca e conquista de seus objetivos.

2.3. Etapas de realização da pesquisa

A pesquisa foi dividida em três momentos. O primeiro consistiu em análise bibliográfica feita através do levantamento de dados secundários, utilizando-se de materiais disponíveis como teses, artigos acadêmicos, dissertações, informações de sites oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Nessa etapa utilizou-se também as informações resultantes do projeto fruto do Termo de Cooperação firmado entre o ICMBio e a UFV (Relatório final), focando principalmente nas características referentes à organização comunitária e à participação dos extrativistas.

No segundo momento foi realizado o levantamento de dados primários, cujo mecanismo para obtenção consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) e observação participante na Resex Marinha de Canavieiras e em alguns espaços de debates e de encontros dos extrativistas (1 reunião do Conselho Deliberativo, 1 reunião da colônia Z 20, observação e diálogos na AMEX durante todo o período de campo, 1 participação na festa do dia das crianças na Colônia Z 20).

Segundo Trivinões (1987), ao mesmo tempo em que a entrevista semiestruturada valoriza a presença do investigador ela oferece uma variedade de perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade espontânea necessária, enriquecendo assim a investigação. De forma semelhante, Marconi e Lakatos (2007) afirmam que a entrevista semiestruturada permite uma exploração mais ampla das questões, tendo como vantagem o fato de possibilitar maior flexibilidade para avaliar atitudes e comportamentos, além de oportunizar a coleta de dados interessantes que não são encontrados em fontes.

Além disso, foram realizadas consultas a algumas atas da reunião do Conselho Deliberativo da Resex, objetivando compreender um pouco do contexto de discussão nesse espaço, sobretudo as atas das primeiras reuniões. Por fim, o terceiro momento consistiu na sistematização e análise dos dados obtidos durante a pesquisa de campo e elaboração da dissertação.

2.4. O Trabalho de campo

Conforme preconiza o Artigo 18, parágrafo 4º da Lei nº9.985/2000, a pesquisa científica em Reservas Extrativistas é permitida e incentivada; contudo, está sujeita tanto à autorização prévia do órgão responsável pela sua administração quanto às condições e restrições por este estabelecida, além das normas previstas em regulamento (BRASIL, 2000). Seguindo essa premissa, foi solicitada a liberação pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) em 05 de junho de 2015, a qual foi concedida em 29 de junho de 2015, sob o número 49592-1 (Anexo A).

O conhecimento inicial sobre a Unidade de Conservação em análise resultou do trabalho na sistematização dos dados coletados em campo na pesquisa realizada pelo ICMBIO/ UFV e de leituras de materiais bibliográficos sobre a Resex. Por isso, foi necessário fazer contato com as lideranças da mesma e apresentar o projeto anteriormente à ida a campo. Esses contatos somente foram iniciados após a emissão da autorização de pesquisa pelo SISBIO.

Assim, o primeiro contato foi feito por telefone com a gestora da Resex, a quem foi apresentada a então proposta de pesquisa, e posteriormente, por solicitação da mesma, foi realizado contato com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX), para a qual também foi apresentada a proposta de projeto (em ambos os casos enviou-se também o projeto por e-mail).

No primeiro contato realizado com a AMEX, solicitou-se que o projeto pudesse ser apresentado na reunião do Conselho Deliberativo da Resex para que todos os conselheiros tivessem conhecimento e avaliassem a pertinência de realização da pesquisa, uma vez que, como a Resex é constituída de diferentes comunidades e envolvem a participação de diversos sujeitos, seria necessário que todos se inteirassem da pesquisa, facilitando inclusive a aceitação por parte dos extrativistas no momento de receber a pesquisadora.

Diante disso, em 28 de setembro de 2015, aconteceu a ida a campo, iniciando-se os primeiros contatos diretos com as pessoas ligadas à Resex. Nesse primeiro momento foi realizado o diálogo com um dos analistas do ICMBio Canavieiras, o qual apresentou algumas características da Resex e também a quem foi apresentado pessoalmente os objetivos da pesquisa. Também foi realizada visita à AMEX, dialogando com as lideranças presentes, levantando e passando algumas informações sobre a pesquisa.

A apresentação do projeto de fato aconteceu no dia 30 de setembro de 2015 durante a reunião do Conselho Deliberativo da Resex. Na ocasião, após a apresentação do projeto, alguns extrativistas teceram comentários sobre a proposta, abordaram a necessidade do cuidado e atenção no tratamento dos dados e na utilização dos resultados. Além disso, apresentaram como condicionante o retorno à Resex para a apresentação dos resultados da pesquisa, seguido da aprovação para a realização da mesma. Somente após a apresentação do projeto e aprovação pelo Conselho Deliberativo é que teve início a realização das entrevistas (em 02 de outubro de 2015).

2.5. Critérios de seleção dos participantes

A escolha dos entrevistados foi realizada por meio de amostragem não probabilística. Esse tipo de amostra não apresenta uma fundamentação matemática ou estatística, permitindo assim ao pesquisador uma maior flexibilidade na decisão sobre os critérios de seleção a serem adotados para a pesquisa (GIL, 2008).

Uma das formas de escolha dos entrevistados foi a partir do levantamento das principais organizações comunitárias da Resex, que foi realizado junto a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX), no qual constatou-se que existem 13 (treze) organizações nas comunidades, as quais estão vinculadas à AMEX, com a qual soma-se 14 (catorze) organizações comunitárias (doze associações e duas colônias de pescadores), ligadas diretamente aos beneficiários¹ da Resex. Desse modo, utilizou-se como critério de escolha entrevistar as lideranças dessas organizações.

Do total de organizações presentes, foram entrevistados líderes de 10 (dez) delas. Dos demais, três não foram possíveis de serem entrevistados, por conta da dificuldade de agendamento da entrevista e de questões logísticas para chegar às suas comunidades. Em um caso, a liderança não quis participar.

¹Entende-se por beneficiário todos os extrativistas que, com a criação de uma Reserva Extrativista, passam a ter a garantia do direito de uso e exploração do território e dos recursos que o compõe.

Os líderes entrevistados também indicavam pessoas das comunidades que consideravam interessante para participarem da pesquisa. Além disso, buscou-se entrevistar algumas pessoas que eram muito citadas nas entrevistas como importantes agentes no processo de criação da Resex e alguns extrativistas de forma aleatória – totalizando assim 30 (trinta) entrevistas.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). Esse termo, além de apresentar a pesquisa e seus objetivos, comprometeu-se também com a confidencialidade da identidade dos entrevistados. Assim, utilizou-se como critério identificá-los usando as 26 letras do alfabeto, de modo que para o excedente de entrevistados, já que foram 30 (trinta), repetiram-se as letras elevando a ao quadrado (a^2, b^2, c^2, d^2). A Tabela 1 apresenta a descrição dos entrevistados evidenciando o vínculo organizativo/profissão, sexo, idade e tempo de residência na área que hoje é a Resex.

Tabela 1. . Codificação dos entrevistados, evidenciando sexo, idade e tempo de residência na área da Resex Marinha de Canavieiras.

CODIFICAÇÃO	VÍNCULO COM ALGUMA ORGANIZAÇÃO/ PROFISSÃO	SEXO	IDADE (AUTODECLARADA EM 2015)	TEMPO DE RESIDÊNCIA NA ÁREA DA RESEX
Entrevistado A	Pescador/Colonizado	Masculino	50	Nativo
Entrevistado B	Agente de crédito	Feminino	29	Nativa
Entrevistado C	Pescador/Liderança	Masculino	57	Nativo
Entrevistado D	Aposentada/Liderança	Feminino	60	32 anos
Entrevistado E	Pescador/Sócio	Masculino	54	Nativo
Entrevistado F	Pescadora/Sócia	Feminino	62	Nativa
Entrevistado G	Pescador/Sócio	Masculino	32	30 anos
Entrevistado H	Pescador/Sócio	Masculino	42	11 anos
Entrevistado I	Pescador/Sócio	Masculino	42	Nativo
Entrevistado J	Pescador/Liderança	Masculino	41	Nativo
Entrevistado K	Pescador/Liderança	Masculino	53	Nativo
Entrevistado L	Associado	Feminino	36	Nativa
Entrevistado M	Marisqueira/Sócia	Feminino	43	Nativa
Entrevistado N	Marisqueira	Feminino	28	Nativa
Entrevistado O	Agricultor/Sócio	Masculino	36	20 anos
Entrevistado P	Pescador/Sócio	Masculino	48	Nativo
Entrevistado Q	Marisqueira/Sócia	Feminino	68	Nativa
Entrevistado R	Pescadora/Liderança	Feminino	40	Nativa
Entrevistado S	Marisqueira/Liderança	Feminino	67	Nativa
Entrevistado T	Marisqueira/Sócia	Feminino	38	22 anos
Entrevistado U	Pescador/Sócio	Masculino	49	Nativo
Entrevistado V	Agricultor/Sócio	Masculino	65	Nativo
Entrevistado W	Pescador/Sócio	Masculino	43	Nativo
Entrevistado X	Pescadora/Liderança	Feminino	38	19 anos

Entrevistado Y	Pescador/Liderança	Masculino	39	30 anos
Entrevistado Z	Pescadora/Sócia	Feminino	61	Nativa
Entrevistado A ²	Pescador/Liderança	Masculino	59	Nativo
Entrevistado B ²	Pescadora/Sócia	Feminino	33	Nativa
Entrevistado C ²	Pescadora/Liderança	Feminino	38	Nativa
Entrevistado D ²	Pescador/Sócio	Masculino	58	Nativo

Fonte: Organizado pelos autores 2016. Pesquisa de campo 2015.

Conforme observado na Tabela1, do total de entrevistados, 53,3% foram do sexo masculino e 46,6% do sexo feminino. No que se refere à faixa etária dos entrevistados, esta se encontra entre os 20 e 60 anos de idade, distribuídos da seguinte forma: 6,66% compreende a faixa etária dos 20 anos; 26,66% na faixa de 30 anos; 26,66% na faixa dos 40 anos; 20% estão na faixa de 50 anos e 20% na faixa de 60 anos. Do total de entrevistados, 76,66% são nativos, ou seja, vivem no local desde o seu nascimento.

2.6. Metodologia de análise de dados

A metodologia de sistematização dos dados teve por base a análise de conteúdo. De acordo com Laurence Bardin (2009), a análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e descrição do conteúdo das mensagens, visa obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a realização de inferência de conhecimentos relativos à produção ou recepção das variáveis das mensagens.

Os dados obtidos em campo totalizaram aproximadamente 25 horas de gravação, as quais foram transcritas tendo como suporte o programa *Express Scribe Free Transcription Software*. As informações transcritas foram correlacionadas, visando assim ter um panorama mais geral da realidade estudada. Essas correlações foram analisadas e utilizadas na construção dessa dissertação. Além do conteúdo das entrevistas, utilizou-se também como suporte no trabalho registros fotográficos realizados durante a pesquisa de campo, visando melhor ilustrar a realidade da Resex.

CAPÍTULO 1- A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O SEU PAPEL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Este capítulo apresenta um contexto histórico das Unidades de Conservação no Brasil, apontando sua importância para a conservação e sustentabilidade ambiental. Serão também apresentados e diferenciados os tipos de Unidades de Conservação, as características e as especificidades de cada uma delas e alguns conceitos importantes utilizados no decorrer dessa dissertação (movimentos sociais, território, meios de vida e populações tradicionais). Ademais, serão evidenciadas as principais formas de lutas no caso brasileiro para a criação das Reservas Extrativistas, alguns acontecimentos e personalidades destaques nesse contexto, enfatizando o papel dos movimentos sociais na busca por espaço, reconhecimento e políticas públicas para os povos e comunidade tradicionais. O capítulo dará maior ênfase às Reservas Extrativistas por ser essa categoria de Unidade de Conservação objeto de estudo do trabalho, destacando, sobretudo, as Reservas Extrativistas Marinhas Costeiras. Por fim, o capítulo dará destaque à Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), uma organização representativa e de luta dessa categoria de Resex, destacando sua finalidade e importância para as Resex Costeira e Marinha no Brasil.

3.1. Unidades de Conservação no Brasil: breve debate conceitual

Embora o meio ambiente constitua um espaço essencial à vida, no decorrer do tempo tem sofrido diversas formas de agressões aos seus recursos, comprometendo, desse modo, sua sustentabilidade e as várias formas de vida que o compõem. Em tese, a conservação ambiental configura-se um fator que integra há algum tempo a preocupação social, estando presente na Carta Magna Brasileira (1988), a qual expressa a necessidade tanto constitucional quanto social de cuidar do meio ambiente, visando à sobrevivência e a utilização desse espaço e dos seus recursos ao longo dos anos.

O Artigo 225 da Constituição Federal assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo esse um bem de uso comum, essencial à sadia qualidade de vida das pessoas, cabendo tanto ao poder público quanto à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Tal preocupação, no entanto, passou a ser mais discutida nas últimas

décadas em virtude das consequências sentidas por conta das mudanças climáticas e da atuação dos movimentos sociais, os quais contribuíram para o direcionamento de um olhar mais atento sobre questões referentes à conservação ambiental.

O SNUC, em seu inciso II, define conservação do meio ambiente como:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (LEI N° 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000).

Nesse sentido, conservar o meio ambiental pressupõe-se a necessidade de conciliação entre o uso dos recursos naturais e as necessidades humanas. Para Eleonora Trajano (2010, p. 136), a “conservação visa preservar amostras representativas da biodiversidade, seus processos e padrões”.

A conservação do meio ambiente recai sobre questões inerentes ao desenvolvimento sustentável, o qual aborda a necessidade do uso consciente dos recursos naturais, visando com isso a satisfação das necessidades das populações atuais e a garantia de que as futuras gerações também possam satisfazer as suas próprias necessidades (MIKHAILOVA, 2004).

Segundo Irina Mikhailova (2004), o primeiro grande passo no âmbito do desenvolvimento sustentável aconteceu na Conferência de Estocolmo em 1972. No entanto, esse conceito somente foi elaborado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, ou Eco, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, publicou o Relatório *Brundtland* (Nosso Futuro Comum), no qual explicitava o conceito de desenvolvimento sustentável.

Para a conservação e sustentabilidade ambiental faz-se necessário tanto o uso consciente dos recursos por parte dos seres humanos quanto o desenvolvimento e implementação de algumas ações por parte do Estado, a exemplo da criação das Unidades de Conservação, da promulgação de leis que regem as questões ambientais, entre outras ações importantes a conservação e sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, os movimentos sociais possuem papel importante enquanto grupo de pressão, que busca influir na atuação do Estado para a formulação de políticas públicas que possam contribuir para a conservação ambiental e garantia territorial para as populações tradicionais que ocupam determinadas áreas ambientais.

Segundo Maria da Glória Gohn (2011), os movimentos sociais representam ações sociais coletivas que possuem caráter sociopolítico e cultural e que viabilizam formas distintas de organização da população para expressar suas demandas. Essas ações adotam diferentes estratégias, as quais variam desde simples denúncias até a pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) e também pressões indiretas. Para a autora, os movimentos sociais representam “[...] forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais” (GOHN, 2011, p. 336).

De forma individual e coletiva, os seres humanos podem preservar os espaços naturais usando os recursos conscientemente e contribuindo para um impacto menos deletério, tanto para o ambiente quanto para as populações que usam e dependem dessas áreas ou que futuramente venham a ocupá-las. Do mesmo modo, o ser humano tem o potencial para destruir esses espaços e os recursos neles contidos. Um dos fatores que corroboram para que isso aconteça está diretamente ligado ao modelo econômico vigente no qual a produtividade e os ganhos financeiros e econômicos sobrepujam as questões sociais e ambientais, sem preocupar-se com a finitude dos recursos e com as consequências do uso desordenado dos mesmos.

Sendo assim, é necessário pensar em mecanismos que possam contribuir para a proteção de determinadas áreas objetivando a sustentabilidade ambiental, o que, conforme o próprio conceito sugere, preza pelo uso e satisfação das necessidades das gerações atuais, sem, contudo, privar as futuras gerações de desfrutarem desse mesmo direito.

Nesse contexto, a criação das UCs caracteriza-se como uma forma pela qual o Estado tenta proteger determinadas áreas ambientais, buscando aliar a preocupação ambiental com a utilização sustentável dos recursos naturais presentes. Todavia, por abranger áreas específicas, não garantem uma ampla proteção desses recursos. Ainda assim, as UCs possuem importante papel no quesito preservação ambiental e manutenção dos meios de vida e sobrevivência das populações tradicionais que, historicamente, ocuparam esses territórios. Para a criação desses espaços e das políticas socioambientais, a atuação dos movimentos sociais, demandas e pressões por eles exercidas foram de suma importância para impulsionar a ação estatal.

As UCs são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, cuja principal finalidade é estabelecer as normas e os critérios de uso e preservação das Unidades de Conservação no Brasil. De acordo com o SNUC, as Unidades de Conservação abrangem um espaço territorial e seus recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, as quais são legalmente instituídas pelo poder público. Seu objetivo é a conservação dos limites definidos sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Conforme Artigo 7 do Capítulo 3º da Lei nº 9.985, as Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos que possuem características e objetivos específicos, quais sejam: Unidades de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já as Unidades de Uso Sustentável procuram compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). A Figura 2 apresenta os tipos de unidade presentes em cada uma das categorias.

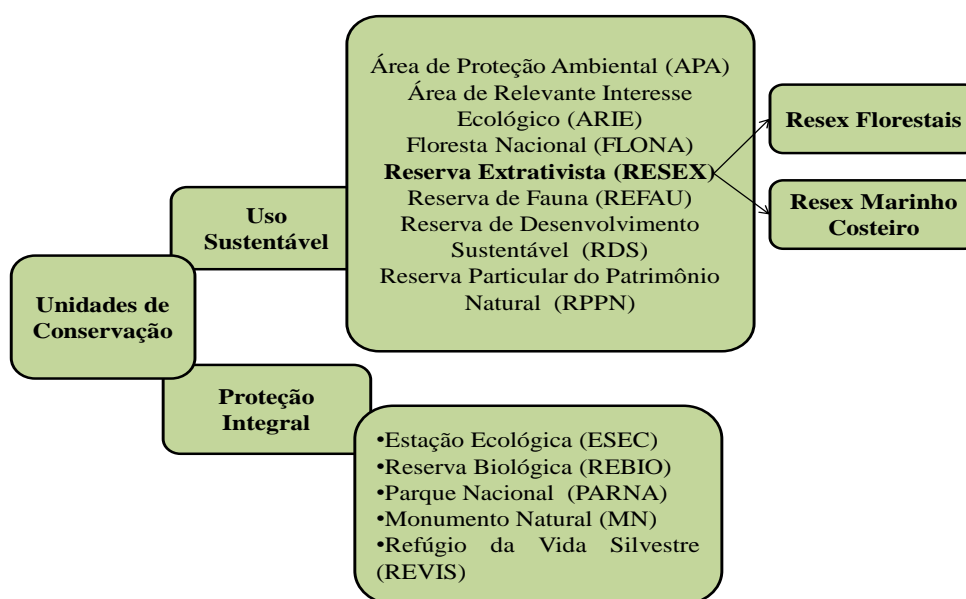


Figura 2. Esquema das unidades de conservação, categorias e tipos presentes em cada uma, com destaque para as subcategorias das Reservas Extrativistas.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados do ICMBio, 2016.

De acordo com a categorização apresentada na Figura 2, a Reserva Extrativista integra o grupo das Unidades de Uso Sustentável, sendo definida como

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

A criação das Resex constitui uma importante conquista tanto para o meio ambiente quanto para as populações tradicionais, que buscam conciliar o uso dos recursos com a sustentabilidade ambiental. A definição conceitual do termo Resex remete a outros conceitos (populações tradicionais e meios de vida), os quais merecem ser melhor compreendidos visando assim facilitar o entendimento deste trabalho como um todo.

3.2. Populações tradicionais e território para as Resex Extrativista

O Brasil possui uma imensa diversidade sociocultural, a qual é acompanhada também de uma diversidade fundiária e uma multiplicidade de grupos humanos (LITTLE, 2002). Para Paul Little (2002), a diversidade de grupos presentes no Brasil costuma ser organizada sob diversas categorias (populações, comunidades, povos, sociedades, culturas). Essas categorias tendem a ser acompanhadas por determinados adjetivos (tradicionais, autóctones, rurais, locais e residentes (no caso das áreas protegidas)). No entanto, o autor alerta para a problemática dessas categorizações, pois cada uma delas contempla uma diversidade de grupos humanos, de forma que pode-se incorrer no erro de generalização.

Ainda segundo o autor, se analisados sob uma perspectiva etnográfica, existem muitas diferenças entre diversos grupos, tais como: as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais, assim como grandes heterogeneidades internas entre eles, de modo que fica difícil tratá-las dentro de uma mesma classificação. Logo, faz-se necessário entender o sentido adotado nesse trabalho para as populações tradicionais.

Em se tratando das populações tradicionais, foco das discussões relacionadas com reservas extrativistas, Bárbara Pereira e Antonio Diegues (2010) procuram inferir que esses grupos estariam

[...] no cerne de diversas discussões e sua implicação ultrapassa a procura pela teorização, envolvendo uma série de problemáticas relacionadas às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas, uma vez que os diversos organismos multilaterais que trabalham em torno deste assunto apresentam dificuldades e discordâncias na tentativa de indicar uma definição aceita universalmente, o que facilitaria a proteção dos conhecimentos tradicionais

difundidos pela tradição oral destas populações (PEREIRA E DIEGUES, 2010, p. 39).

No seio da problemática ambiental, a categoria “povos ou comunidades tradicionais” é relativamente recente tanto na esfera governamental quanto na esfera social (COSTA FILHO, 2010):

A expressão “comunidades ou populações tradicionais” surgiu no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs) [áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama], para dar conta da questão das comunidades tradicionalmente residentes nestas áreas: Povos Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Extrativistas, Pescadores, dentre outras (COSTA FILHO, 2010, p. 2).

Aderval Costa Filho (2010) ainda argumenta que à medida que esses grupos começaram a se organizar localmente, aos poucos saíram da invisibilidade em que se encontravam, fazendo emergir a necessidade de balizar a intervenção governamental junto a esses grupos. Uma dessas formas de intervenção diz respeito ao Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, o qual em seu artigo 3º, inciso I, define populações tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6.040 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007).

Desse modo, o sentido empregado para o termo população tradicional nesse trabalho vai ao encontro do que ficou definido pelo Decreto 6.040 de 2007. Tomando como base tal definição, nota-se que o território constitui o espaço essencialmente importante a ser ocupado e utilizado pelas populações tradicionais, com vistas à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Portanto, é necessário compreender também o conceito de território para entender a sua importância para essas populações.

De acordo com Haesbaert (2004), o território, desde as suas origens, nasce tendo uma dupla conotação (material e simbólica).

Etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliçados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Para Rogério Haesbaert (2004), o território, em qualquer acepção, está relacionado com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”, uma vez que envolve o poder tanto no sentido mais concreto de dominação quanto no sentido mais simbólico, de apropriação.

Corroborando com Haesbaert, Marcelo Souza (2000) enfatiza que o território é um instrumento de poder, o qual surge na tradicional geografia política como espaço concreto em si (com atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado e ocupado por um grupo social, sendo essa ocupação vista como algo gerador de raízes e identidade. Desse modo, as populações tradicionais imprimem suas marcas nos territórios que ocupam.

Milton Santos (1994) defende o retorno do território não como substrato físico onde acontece a vida humana, mas do território usado enquanto sinônimo de espaço humano, vivido e habitado. O autor considera que no mundo globalizado a ciência, a tecnologia e a informação são importantes no tratamento do conceito geográfico de território, o qual, enquanto espaço territorializado e apropriado, é lugar de relações sociais de ação e poder, como aborda Haesbaert (2010).

Para Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade diz respeito também às relações econômicas e culturais, estando ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como significam o lugar.

Num contexto mais antropológico, Little (2002, p. 3) aponta que a territorialidade é o “[...] esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*, tendo a territorialidade função importante na constituição dos grupos sociais. Ainda segundo o autor, um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social, e sendo assim, qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos, de modo que para analisar o território de um grupo é necessária uma abordagem histórica do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.

Nesse sentido, em se tratando das populações tradicionais das Resex Marinho Costeiro é importante considerar que esse território em sua constituição e demarcação envolve um processo de manifestação de distintos poderes, de forma que muitas vezes, para sua ocupação, as populações tradicionais precisam se unir, visando por meio do

esforço coletivo lutar pela garantia dos direitos territoriais e manutenção dos seus meios de vida (o qual muitas vezes é ameaçado por outros interesses), manifestando assim a territorialidade desses grupos.

3.3. Meios de vida: o que preservar das populações tradicionais?

A abordagem dos “meios de vida” (*livelihoods*) é uma ferramenta analítica utilizada nos estudos sobre a pobreza rural no mundo. Essa abordagem nasceu a partir de uma publicação do IDS (*Institute of Development Studies*), em 1992, de Gordon Conway e Robert Chambers, sendo considerada como uma das formas explicativas das estratégias de sobrevivência das pessoas pobres e um foco orientador das políticas de desenvolvimento rural². Essa ferramenta apresenta uma efetividade em explicar “como” afinal as pessoas fazem para sobreviver em situações de risco e/ou crises ambientais, sociais ou econômicas (PERONDI, 2007).

Para Robert Chambers e Gordon Conway (1992 apud PERONDI, 2007), os meios de vida estão relacionados com as capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades necessárias para o sustento. Segundo os autores, para um meio de vida ser sustentável deveria ainda ser capaz de:

- Suportar as crises mantendo elevadas as suas capacidades e ativos;
- Prover um meio de vida sustentável para a próxima geração;
- Contribuir em rede com benefícios para outros meios de vida em nível local e global no curto e no longo prazo.

Nesse sentido, entende-se para essa dissertação que a manutenção dos meios de vida nas Resex de que trata a Lei 9.985/2000 está diretamente ligada à diversidade de recursos necessários para o sustento e manutenção da população tradicional ocupante do território. Esses recursos podem ser naturais, culturais, materiais e/ou simbólicos e são

² De acordo com Angela Kageyama (2004), o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias desses diversos campos de estudo. Para a autora, no campo do desenvolvimento rural três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o do desenvolvimento endógeno e uma combinação de ambos. No enfoque exógeno, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões (Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural). O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial (caso típico é o dos modelos dos distritos industriais). Por fim, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (KAGEYAMA, 2004).

importantes para as populações que ocupam atualmente o território, bem como para aquelas que venham a ocupá-lo futuramente.

Cabe destacar que a criação das Reservas Extrativistas e demarcação desse território é permeada por diversas lutas e conflitos. Nesse processo, os movimentos sociais tiveram/têm papel relevante, sendo comuns os casos de mobilização social para a proteção de ecossistemas, para o desenvolvimento sustentável (aquele que considera a necessidade de preservação dos recursos naturais, já que são esses recursos finitos e necessários) e para a criação de unidades de conservação. Essas mobilizações contribuíram para fortalecer a pressão sobre os órgãos gestores ambientais no atendimento de tais anseios (GUTIERRE, 2010).

Visando facilitar a compreensão do processo de criação das Reservas Extrativistas, a seção seguinte traça um panorama histórico, elencando os principais fatos, personalidades e acontecimentos que antecedem a sua criação. Este cenário é importante para situar o contexto evolutivo de criação das Reservas Extrativistas no Brasil.

3.4. Lutas Sociais: por uma conquista territorial e garantia de direitos para as Reservas Extrativistas

A concepção de Reservas Extrativistas no Brasil tem início no final da década de 1980, em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia das terras historicamente habitadas por populações tradicionais, por meio dos movimentos dos seringueiros que denunciaram muitas práticas predatórias do ambiente natural e de injustiça social (CHAMY, 2004). Contudo, as lutas sociais para a criação de tais territórios surgem desde meados da década de 1970.

Os seringueiros lutavam para salvar as florestas e os povos que nela habitavam, sendo essas lutas um importante marco na constituição das Reservas Extrativistas que se manifestavam, sobretudo, através dos sindicatos da categoria (OLIVEIRA FILHO, 2012). Um dos principais protagonistas dessa luta foi o líder seringueiro Chico Mendes, influente ambientalista da época que inspirava, com suas ideias, diversas lutas sociais (MILANEZ, 2013).

Os seringueiros constituíam uma categoria praticamente invisível, sendo, até o início da década de 1980, quase totalmente desconhecidos tanto na esfera governamental como na literatura acadêmica, que discutia intensivamente a fronteira

amazônica. No entanto, com a ascensão das diferentes formas de lutas por preservação e por conquista de seu espaço, os índios, os seringueiros e outros camponeses da floresta começaram a ganhar sua visibilidade à medida que se envolviam e se posicionavam contra os acontecimentos a que estavam submetidos, revelando-se ativos na luta pelos seus direitos e por territórios (ALMEIDA, 2004).

Nessa conjuntura, os extrativistas ganham visibilidade a partir do momento em que passam a se posicionar mais firmemente contra os desmandos e as destruições a que estavam submetidas as florestas, o que colocava em risco tanto o meio ambiente quanto as pessoas que integravam e dependiam dele, já que os bens necessários as suas vidas e sobrevivência eram retirados da natureza. Assim, através da união e da organização dos povos tradicionais que utilizavam essas áreas é que se manifestavam as principais lutas e mobilizações em prol dos interesses coletivos desses sujeitos, prejudicados pela devastação constante das florestas e pela consequente ausência de um Estado garantidor de direitos e proteção.

Os principais espaços de luta utilizados pelos extrativistas na região foram os sindicatos, tendo sido os primeiros implementados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1975, com o apoio da Igreja Católica, nas cidades de Sena Madureira, Rio Branco e em Brasiléia – no estado do Acre. Foi no município de Brasiléia que a luta dos seringueiros ganhou destaque, evidenciando dois importantes nomes nessa luta: Wilson Pinheiro³ e Chico Mendes⁴. Como era um dos poucos letrados entre os envolvidos no movimento na época, Chico Mendes assumiu a secretaria do sindicato de Brasiléia e em 1977 fundou o sindicato em Xapuri-AC, outro importante espaço de luta dos seringueiros (OLIVEIRA FILHO, 2012; MILANEZ, 2013).

De acordo com Kellen Coelho e Eloise Dellagnelo (2011), a acessibilidade de recursos, sejam humanos, financeiros ou de infraestrutura são importantes para a viabilidade dos movimentos sociais. Desse modo, conforme evidenciado na Teoria da

³ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. Líder sindicalista, foi morto em 21 de junho de 1980 com um tiro na nuca, pelas costas, a mando de latifundiários em Brasiléia, no Acre (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

⁴ Chico Mendes foi um dos mais influentes ambientalistas de sua época e mudou o paradigma do ambientalismo internacional ao colocar as populações diretamente afetadas por projetos de desenvolvimento como centro do debate. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e o ideólogo das Reservas Extrativistas, nas quais a população tradicional que habitava a floresta teria o direito de manter seu modo de vida de coleta sustentável dos produtos florestais (MILANEZ, 2013).

Mobilização dos Recursos (TMR), o sucesso das organizações depende tanto dos recursos de que dispõe quanto das oportunidades no contexto e da permeabilidade que as instituições políticas apresentam as suas reivindicações, uma vez que por si só os recursos organizacionais não serão capazes de influenciar nas mudanças políticas (MAIA, 2009). Assim, o surgimento dos sindicatos, o apoio da CONTAG e da Igreja Católica foram fatores relevantes na luta dos seringueiros, contribuindo para dar maior visibilidade ao movimento e a sua causa.

A estratégia para defesa da floresta comumente usada pelos seringueiros eram os “empates”, uma forma pacífica de luta desenvolvida pelos extrativistas que consistia na organização de um grupo de resistência formado pelos seringueiros, que de maneira organizada se posicionava diante das foices e motosserras, nas áreas ameaçadas pelo desmatamento dos fazendeiros, visando impedir que as árvores fossem derrubadas (NAKASHIMA, 1992). Nos “empates”, uma das estratégias usadas pelos seringueiros era a de colocar as mulheres à frente do grupo com as bandeiras para evitar que a polícia atirasse (NAKASHIMA, 1992). De acordo com Marco Aurélio Oliveira Filho (2012), essa forma de resistência aconteceu pela primeira vez em março de 1976, tendo sido realizados, até dezembro de 1988, um total de 45 empates, totalizando 30 derrotas e 15 vitórias.

À medida que crescia a mobilização dos seringueiros com vistas à proteção do seu território e manutenção dos seus meios de vida, ampliava-se também a insatisfação dos fazendeiros, que deixavam de usar a tática da intimidação dos trabalhadores, passando a eliminar seus líderes. Em consequência disso, a partir de 1975, cresceu o número de assassinatos no campo, tendo sido Wilson Pinheiro uma das vítimas, assassinado na sede do sindicato de Brasiléia em julho de 1980. Após a morte de Wilson Pinheiro, a luta dos extrativistas continuou sob liderança de Chico Mendes (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Nesse contexto, como forma de defender os interesses dos fazendeiros, foi criada, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR), na cidade paulista de Presidente Prudente. Essa entidade aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes, os quais defenderiam seus interesses na Constituição. Com a criação dessa instituição, aumentou ainda mais os assassinatos dos extrativistas (OLIVEIRA, 2001; OLIVEIRA FILHO, 2012).

Nesse mesmo período, por não conseguir responder à escalada das queimadas e da violência, os empates haviam passado para a defensiva. Por conta disso, Chico Mendes passou a buscar apoio e aliados externos. No início de 1985, seringueiros de diferentes partes da Amazônia – com o apoio de Mary Allegretti⁵ e apoio financeiro de algumas agências de financiamento – foram para Brasília participar do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros. Nesse encontro, foram criadas as bases para o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tendo sido citada pela primeira vez no documento final resultante desse evento a expressão Reserva Extrativista (ALMEIDA, 2004).

O CNS incluiu a Reserva Extrativista como sendo objetivo dessa organização e tanto o próprio CNS quanto a discussão sobre Reserva Extrativista passaram a ser bastante debatidos em diferentes cenários. A partir de então, intensificaram-se as lutas e a reivindicação pelos direitos dos povos da floresta, sendo formada em 1986 uma comissão organizada pelas lideranças indígenas e pelo CNS, que foram a Brasília reivindicar seus direitos, começando assim a fortalecer o movimento de “Aliança dos Povos da Floresta”⁶. Essa organização surgiu com o intuito de unir forças entre índios e seringueiros na luta pela terra, pelos recursos naturais e garantia do seu uso pelas comunidades tradicionais, tendo como um de seus objetivos a criação das Reservas Extrativistas (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Em 22 de dezembro 1988, Chico Mendes foi assassinado no Acre, tornando-se uma referência na luta dos povos da floresta. Como acontece em muitos fatos históricos, a morte de líderes de movimentos importantes em alguns casos serve para impulsionar a implementação dos objetivos defendidos pelos mesmos. Assim, dois anos após a morte de Chico Mendes foi criada a primeira Reserva Extrativista do país, a Resex do Alto Juruá no estado do Acre, com decreto de criação datado de janeiro de 1990 (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2015).

Primeiramente, as Reservas Extrativistas compreendiam apenas áreas florestais; posteriormente, o modelo foi estendido para as áreas marinho costeiro, denominando-as de Reservas Marinhas, beneficiando assim comunidades pesqueiras (JÚNIOR *et al*,

⁵Antropóloga que colaborou com Chico Mendes na década de 1980. Mary Allegretti ganhou diversos prêmios internacionais em reconhecimento a seu trabalho de preservação do meio ambiente (BELISÁRIO, 2009).

⁶Idealizado por Chico Mendes, propõe a união dos índios e dos seringueiros para lutar em favor da preservação da floresta Amazônica (OLIVEIRA FILHO, 2012).

2014). Desse modo, as Reservas Extrativistas compreendem essas duas subcategorias: Resex Florestais e Resex Marinho Costeiro.

As Reservas Extrativistas pertencem à categoria de uso sustentável e possuem como características básicas a garantia da exploração sustentável dos recursos naturais da unidade. Até junho de 2015 existiam no Brasil 88 Reservas Extrativistas (Florestais e Marinhas), distribuídas em 17 estados do país. Destas, 26 são Estaduais e 62 Federais (APÊNDICE C) (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2016).

Tanto as Resex Florestais quanto as Resex Marinhos Costeiros são utilizadas por populações extrativistas tradicionais que exploram os recursos extrativistas. Ambas têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

No entanto, essas subcategorias diferem uma da outra, sobretudo no aspecto de espacialidade geográfica, pois as Resex Marinhos Costeiros compreendem o bioma marinho costeiro, que é uma transição entre os ecossistemas continentais e marinhos, e as Resex Florestais compreendem áreas terrestres, constituídos por seis diferentes biomas: Amazônia, cerrado, caatinga, mata atlântica, pantanal e pampas (ICMBIO, 2015).

Outra característica que difere as duas subcategorias de Resex diz respeito a questões legais, uma vez que, segundo Cleverson Santos e Alexandre Schiavetty (2013), a Resex Marinho Costeiro lida com a gestão de um recurso que pertence à coletividade (o mar/rio), se apropriando desse modo de um recurso comum⁷ ao povo sob a tutela do Estado. Para os autores, o modelo de Reserva Extrativista que é transferido para o ambiente marinho encontra conflitos de ordem legal por conta da atual legislação brasileira: “o conflito se dá devido ao impedimento de acesso aos recursos nas áreas delimitadas como reserva pelos cidadãos não designados como população tradicional” (SANTOS e SCHIAVETTY, 2013, p. 479). Essa restrição de acesso pode gerar conflitos entre os beneficiários e aqueles que com a delimitação das Resex Marinhos Costeiros não se enquadram como tal.

No entanto, ao conceder o direito de uso às populações tradicionais, o Estado contribui para que as populações beneficiárias tenham a garantia de acesso e utilização sustentável dos recursos naturais das áreas cedidas. No caso da Resex Marinho Costeiro, a criação desse espaço contribui para beneficiar uma categoria que

⁷Entende-se por recursos comuns os bens naturais disponíveis que, por não serem propriedade privada, podem ser usufruídos por qualquer sujeito.

historicamente ficou à margem das políticas sociais: os pescadores artesanais, os ribeirinhos e as populações tradicionais residentes em áreas marinho costeiro (CHAMY, 2004).

Em muitos casos, estabelecer os limites costeiros e marinhos como uma Unidade de Conservação caracteriza-se como um grande desafio, uma vez que a forma de uso dessas áreas envolve uma diversidade de interesses, a exemplo dos interesses das populações tradicionais beneficiadas com a demarcação do território e os interesses daqueles que ficam alijados do direito de usufruir da forma como desejam determinadas áreas. Isso porque estas passam a ser geridas por legislação específica que estabelece limites, punições e as formas adequadas de uso do território e dos recursos nele presentes.

3.5. Reserva Extrativista Marinho Costeiro

Durante muito tempo, a preocupação de cientistas e conservacionistas do mundo se concentrou na proteção dos ecossistemas terrestres em virtude, principalmente, de os impactos sobre tais ambientes serem mais facilmente observáveis. No entanto, de forma silenciosa e menos visível, as zonas costeiras, mares e oceanos de todo o mundo também sofriam gradativamente os efeitos da expansão da ocupação e das formas de uso humano, sem receber a devida atenção. Contudo, nos últimos tempos, os ecossistemas costeiros e marinhos têm atraído maior preocupação, motivando estudos e propostas de ação para conter e reverter as causas que conduzem ao comprometimento ambiental dessas regiões (MMA, 2010).

Embora a superfície da terra e do oceano designada como área protegida tenha aumentado desde 1970, a extensão terrestre ainda é muito maior que as áreas marinhas protegidas (MMA, 2010). De acordo com o MMA (2010, p. 9) “das mais de cinco mil áreas protegidas existentes no mundo, correspondentes a aproximadamente 11% da superfície da Terra, apenas 1,3 mil incluem componentes marinhos e costeiros, ou menos de 1% dos oceanos”. Desse modo, o bioma marinho representa uma grande lacuna do SNUC, demandando medidas urgentes com vistas ao planejamento de sua conservação (MMA, 2010).

Considerando a necessidade de preservação das áreas costeiras e marinhas e as características desses territórios – o que os tornam palco de interesses diversos –, a definição das Resex Costeiros e Marinhos desempenha um importante papel no sentido

de conservação de tais ecossistemas, pois contribui para a manutenção dos meios de vida das populações tradicionais que os ocupam. Essa subcategoria possui características e especificidades que a torna diferente em relação às Resex Florestais, dentre as quais destacam-se aspectos legais que recaem sobre o direito consuetudinário⁸ das águas.

Tais aspectos são históricos e estão associados ao fato de que até 1988, os recursos pesqueiros no Brasil eram considerados *res nullius* (coisa de ninguém). No entanto, a partir da Constituição de 1988, os recursos pesqueiros do mar territorial, plataforma continental e zona econômica exclusiva passaram a ser considerados bens da União. Além disso, a Constituição Federal também não permite a posse das águas (CHAMY, 2004). Ainda de acordo com a autora, com o advento da Constituição determinados segmentos das populações tradicionais tiveram seus direitos de propriedades sobre os territórios reconhecidos, enquanto outros segmentos ficaram preteridos da tutela constitucional, sobretudo, as comunidades litorâneas.

Desse modo, a criação de Reservas Extrativistas Marinhas Costeiras são espaços importantes para os pescadores de menor porte, que ao longo do tempo estiveram à margem das ações do Estado no sentido de contribuir para o desenvolvimento das mesmas. Isso porque, historicamente, as políticas públicas direcionadas à pesca atenderam as demandas da pesca industrial e desconsideraram a dimensão humana da atividade pesqueira (CHAMY, 2004).

Para Santos e Schiavetti (2013), as Reservas Extrativistas Marinhas Costeiras são a materialização de um modelo de área protegida de base comunitária, por meio de um regime de cogestão em que os recursos naturais são manejados buscando sua utilização sustentável. A primeira Resex Marinha Costeira – a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé – foi criada em 1992 em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina (CECCA, 1999, *Apud* CHAMY, 2004), e desde então, diversas outras Reservas Marinhas foram criadas, dentre as quais a Resex Marinha de Canavieiras estudada no presente trabalho.

Ao mesmo tempo em que os ambientes costeiros e marinhos constituem espaços de relevantes interesses para o meio ambiente e para as populações tradicionais que as ocupam e fazem uso, esse espaço também envolve interesses de diferentes atores e

⁸O direito consuetudinário é definido como um conjunto de normas sociais tradicionais, criadas espontaneamente pelo povo, não escritas e não codificadas. O verbete “consuetudinário” significa algo que é fundado nos costumes (CURI, 2012).

instituições em virtude de algumas características, como as belezas naturais e o potencial para exploração turística de tais áreas. Assim, definir uma área marinha costeira como uma Unidade de Conservação constitui uma importante conquista e, ao mesmo tempo, representa um grande desafio. Tal processo muitas vezes requer uma organização social expressiva das comunidades na luta tanto pela demarcação dos seus territórios e garantia de proteção do espaço, da sua atividade e perpetuação da mesma, quanto da aquisição de políticas públicas e de representatividade nos meios sociais e políticos.

Nesse contexto, uma organização social que tem papel relevante enquanto representativa da categoria de Resex Marinho Costeiro é a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), a qual congrega populações extrativistas das Resex Marinho Costeiro do país e, embora pouco conhecida na literatura acadêmica, possui relevante função para o fortalecimento e consolidação dessa categoria de Resex no Brasil.

3.5.1. Articulação social em prol das Resex Marinhas: o papel da CONFREM

A Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) é uma organização representativa da categoria que exerce função relevante na busca por garantia territorial e por políticas públicas direcionadas as Resex Costeiras e Marinhas no Brasil. A Comissão, que representa um importante instrumento de organização social, pode auxiliar na busca por planejamento e conservação das áreas marinhas do país e possui como principal finalidade desenvolver, articular e implementar estratégias visando o reconhecimento e a garantia de territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica, garantindo os seus meios de vida e produção sustentável (CONFREM, 2015)

A organização surgiu em 2007, em decorrência da falta de espaço de discussão do extrativismo costeiro marinho, objetivando congregar todas as Resex Costeiras e Marinhas do país e, através da articulação em redes, lutar por espaço, reconhecimento e maior direcionamento de políticas públicas para a categoria. A CONFREM foi legitimada em 2009 durante o I Encontro Nacional das Resex Costeiras e Marinhas no Estado do Pará pelas representações das então 22 Resex Costeiras e Marinhas existentes na época, representando mais de 60 mil famílias extrativistas (CONFREM, 2016).

A organização é composta por povos e comunidades tradicionais costeiras e marinhos de Unidade de Uso Sustentável e de Proteção Integral, representada em duas instâncias: (i) CONFREM nacional, que possui duas secretarias executivas localizadas em Arraial do Cabo-RJ e Canavieiras-BA e (ii) as CONFREMs estaduais. No caso da Bahia, a sede localiza-se na Resex Marinha de Canavieiras (representando as quatro Resex's Marinhas do Estado).

Tanto a CONFREM Nacional quanto a CONFREM baiana possuem sede localizada na área da Resex Marinha de Canavieiras, dividindo espaço físico com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX), o Banco Comunitário dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (BAMEX) e com a Rede de Mulheres, outra importante organização presente nessa unidade de conservação (os quais serão também apresentados nessa dissertação).

Ainda segundo informações de campo, a CONFREM é uma organização autônoma, de gestão comunitária pelas populações tradicionais costeiras e marinhas que não dispõe de recursos próprios e tem grandes desafios para serem superados. No entanto, possui também um grande potencial na luta pelo fortalecimento dessa categoria de Resex no Brasil, contribuindo para a ampliação do diálogo entre as Resex Marinhas e para o fortalecimento da categoria que almeja e possui necessidades similares, permitindo de forma coletiva demandar junto ao Estado o atendimento de seus anseios e satisfações das suas necessidades.

Ademais, essa organização evidencia a importância da luta coletiva e do trabalho em redes, sobretudo no contexto das Resex Marinho Costeiro, que se comparadas às Resex florestais, possuem menos tempo de existência e maiores limitações de recursos e de direcionamento de atenção por parte do poder público. Além disso, por ocuparem áreas muito cobiçadas por diferentes setores, sobretudo pelo setor turístico e especuladores imobiliários, as Resex Costeiras e Marinhas carecem de um maior nível de organização. Unidas e fortalecidas na rede, as Resex serão capazes de lutar para superação das diferentes adversidades enfrentadas pela categoria de UC, visando assim a garantia de tais territórios e de direitos das populações tradicionais que ocupam e usam essas áreas.

CAPÍTULO 2. A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS: DA MOBILIZAÇÃO À CRIAÇÃO

Este capítulo trata especificamente da área de estudo da pesquisa, a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA, evidenciando o seu contexto de surgimento, os principais desafios, lutas e conflitos existentes em meios aos processos para a sua constituição, os fatos mais marcantes e alguns protagonistas. Além disso, serão apresentados os principais aspectos organizacionais e formas de atuação dos extrativistas da Resex tanto no seu processo de criação quanto nos dias atuais, destacando de que forma a mobilização social e atuação conjunta dos extrativistas e das comunidades contribuíram no processo de criação desta Resex, na persistência de lutas e superação dos conflitos existentes nesse contexto. Por fim, o capítulo abordará a importância da criação da Resex para a garantia territorial e manutenção dos meios de vida dos seus beneficiários.

4.1. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras: informações preliminares

A Resex Marinha de Canavieiras é uma das quatro Resex Marinhas situadas no estado da Bahia, localizada na região da Costa do Cacau no Litoral Sul do estado, abrangendo os municípios de Canavieiras, Una e Belmonte.

Criada pelo Decreto sem número de 05 de junho de 2006, com área total de aproximadamente 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares), a Resex Marinha de Canavieiras tem por objetivo, conforme parágrafo 2º do seu Decreto de criação, proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2006). Nas Figuras 3 e 4 observam-se placas da Resex Marinha de Canavieiras, importante símbolo de demarcação e de consolidação do espaço físico/território da Resex.



Figura 3. Placa da Resex Canavieiras na chegada da Comunidade de Campinhos.

Foto: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 4. Placa da Resex Canavieiras na Comunidade de Atalaia.

Foto: Pesquisa de Campo, 2015.

De acordo com estudo realizado por Paulo Aguiar (2011), o interesse de mobilização da população para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras esteve associado aos problemas da crise do cacau que afetou a região Sul do Estado da Bahia no final da década de 1980. Esses problemas estiveram associados a alguns fatores tais como: a queda do preço do cacau no mercado internacional, as condições climáticas desfavoráveis à produção dessa cultura e a vassoura de Bruxa⁹ (*Crinipellis Perniciosa*). Um dos fatores que contribuíram para essa conclusão está ligado ao fato de que o município de Canavieiras (cidade na qual concentra-se maior parte da Resex) apresenta um forte nível de ocupação informal, o que teria dado margem à concepção de que muitos trabalhadores informais encontrariam nos recursos naturais a sua fonte de renda e sobrevivência (AGUIAR, 2011).

Desse modo, à medida que a crise do cacau se intensificou, aumentou também a quantidade de usuários dos recursos pesqueiros da região, uma vez que muitas pessoas que trabalhavam com o cacau encontraram na pesca sua nova fonte de renda e sobrevivência, aumentando assim o contingente de usuários desses recursos (pescadores tradicionais locais e ex-trabalhadores das lavouras de cacau). Essa hipótese pode ser reforçada com o relato de um dos entrevistados no decorrer da atividade de campo (2015), ao dizer que:

Com o problema que a gente teve aqui da praga que teve na região cacauieira aqui, então boa parte dos agricultores que trabalhavam no cacau, com a vassoura de bruxa migraram para Reserva Extrativista, então a Reserva

⁹A vassoura-de-bruxa (*Crinipellis Perniciosa*) é uma praga natural da Região Amazônica, sendo considerada uma das mais ameaçadoras do cacauieiro. Quando não se adotam medidas de controle no aparecimento, a praga progride rapidamente através do vento e da água, comprometendo completamente a produção (CEPLAC, 2015).

Extrativista de Canavieiras, a área da Reserva Extrativista final da década de 80 até o ano 2000, houve uma multiplicação aqui entre três e quatro vezes a quantidade de pescadores que existiam. Essas pessoas vieram de lá para aqui. Para quê? Para sobreviver da pesca! (ENTREVISTADO W, 2015).

Nesse contexto, a crise do cacau caracterizou-se como um acontecimento que causou alterações na dinâmica socioeconômica da região, intensificando o uso do recurso pesqueiro, uma vez que o cacau era o principal cultivo do Sul da Bahia, e com a crise, as populações e a economia ficaram ameaçadas. Segundo Lurdes Rocha (2008), o cacau era considerado a árvore do fruto de ouro, gerando riqueza e desenvolvimento para o Sul do Estado; por isso, o declínio da produção e as consequências causadas por tal acontecimento contribuíram para a mobilização social em prol da criação da Resex (BENJAMIN *et al.*, 2009).

Como consequência do declínio da produção cacauceira, os efeitos negativos foram sentidos pelas populações e pela economia local. Desse modo, como forma de tentar recuperar a economia e reerguer a produção do cacau, o Governo do Estado passou a intervir na região através dos incentivos à produção do cacau e ao desenvolvimento de diferentes tipos de atividades. Nesse contexto, o município de Canavieiras (espaço onde se deram as mobilizações pela criação da Resex), também foi afetado pelas consequências da crise na produção cacauceira, e como forma de tentar recuperar a economia, a partir do ano 2000 o município passou a receber a intervenção do Estado, que em parceria com o poder público municipal, viabilizou investimentos de empresários na carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e no setor hoteleiro para a construção de resorts (AGUIAR, 2011).

Cidade de grandes belezas naturais, Canavieiras¹⁰ possui uma paisagem agreste, com muitas ilhas, praias e rios, o que confere ao município grande potencial para a exploração turística. As Figuras 5 e 6 apresentam algumas paisagens do município de Canavieiras.

¹⁰A discussão concentra-se no município de Canavieiras, pois é nesse município que está localizada a maior parte da Resex Marinha de Canavieiras e também onde se deram as mobilizações para a criação da Resex, de modo que os fatos e eventos marcantes desse processo tem Canavieiras como palco principal. Embora a Resex Canavieiras ocupe pequenas áreas nos municípios de Una e Belmonte, os extrativistas desses dois municípios não tiveram uma participação ativa no processo de luta pela criação da Resex, sendo que a maior aproximação entre esses municípios com as demais comunidades que constituem a Resex Marinha de Canavieiras aconteceu após a criação do Conselho Deliberativo em 2009.

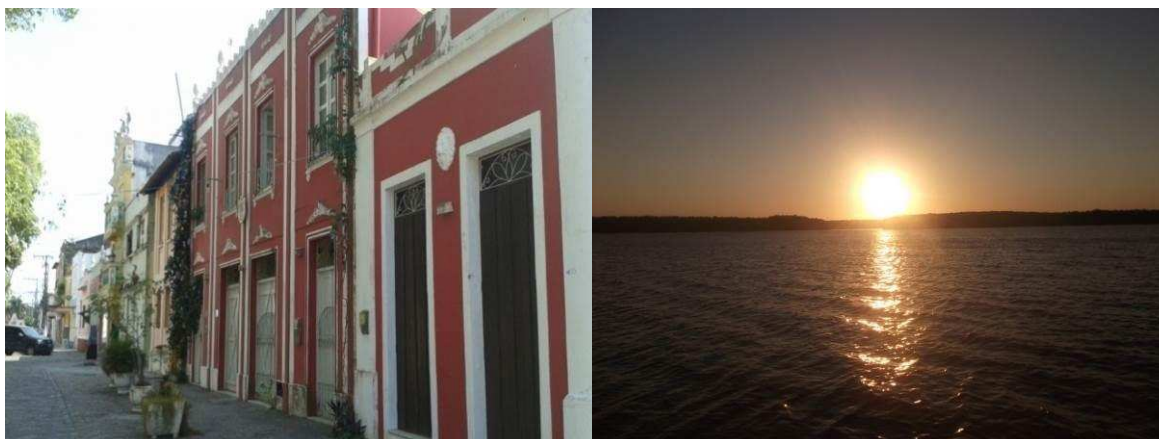


Figura 5. Centro Histórico de Canavieiras-BA
Foto: Pesquisa de Campo, 2015.

Figura 6. Pôr-do-sol em Canavieiras-BA
Foto: Pesquisa de Campo, 2015.

Considerando as belezas naturais e o potencial turístico e produtivo da região, a carcinicultura e principalmente a construção de resorts representariam um bom negócio para os empresários. No entanto, esses novos empreendimentos trariam consigo também diversas consequências socioambientais, uma vez que gerariam externalidades negativas que atingiriam, sobretudo, as populações que desenvolviam a pesca artesanal, atividade econômica de grande importância para as populações tradicionais distribuídas pela faixa litorânea do território municipal e também ao meio ambiente onde tais empreendimentos seriam implantados.

Karen Tancredo et al (2011) apontam uma diversidade de problemas nas áreas biológicas, sociais e físicas, que podem ser gerados pelo desenvolvimento da atividade de carcinicultura, devido ao lançamento de seus efluentes em águas de uso público. Para os autores,

O surgimento e a rápida disseminação de doenças, ração de baixa qualidade com elevadas concentrações de fósforo, afluentes com alta concentração de matéria orgânica em suspensão e nutriente, entre outros fatores estão diretamente relacionados com a questão da degradação biológica realizadas pelas fazendas mal administradas. O cultivo de camarão é uma atividade que pode ser uma alternativa para o desenvolvimento social, entretanto, podem gerar impactos sociais, pois será um dos principais causadores da expulsão de marisqueiras, pescadores e catadores de caranguejo de suas áreas de trabalho, exclusão das comunidades tradicionais que dependem do manguezal. A degradação do ecossistema e da paisagem está relacionada com o impacto físico (TANCREDO et al, 2011, p. 3).

Sendo assim, a implantação da carcinicultura em Canavieiras estaria colocando em risco a atividade dos pescadores artesanais que, historicamente, utilizavam os recursos pesqueiros da área como forma de garantia do seu sustento e de suas famílias, além de causar pesados danos ao meio ambiente. Sobre os riscos do cultivo do camarão de forma comercial em piscinas de carcinicultura, Joan Alier (2011) diz que

A produção comercial do camarão pressupõe a perda do sustento das pessoas que vivem diretamente dos produtos do mangue. Para além do sustento humano direto, também se perde possivelmente de um modo irreversível, outras funções dos manguezais, tais como, a defesa costeira diante das tormentas e da elevação do nível do mar [...]. A contaminação provocada pelas piscinas da carcinicultura destrói a pesca local (ALIER, 2011, p. 120).

Já em relação à construção de empreendimentos turísticos (no caso de Canavieiras, os resorts), os principais problemas estariam associados ao fato de que as construções dessa natureza provocam diversos efeitos negativos sobre o meio ambiente, tais como

a devastação das florestas, a erosão das encostas, a destruição da cobertura vegetal do solo, a ameaça de extinção de várias espécies da fauna e da flora, a poluição sonora, a visual e atmosférica, além da contaminação das águas de lagos, rios e oceanos” (GUEDES et al, 2007, p. 1).

Além da carcinicultura e da criação dos resorts, segundo relatos de campo, a região de Canavieiras também sofria com o problema de grilagem de terras da União, fato que colocava em risco o território e as populações tradicionais. De acordo com um entrevistado “os grileiros de terra estavam tomando nosso território” (ENTREVISTADO E, 2015).

No contexto de luta pela proteção dos recursos naturais e do território, teve início em meados da década de 1990 um processo de mobilização por uma organização territorial que favorecesse as comunidades que utilizavam e dependiam tradicionalmente das áreas e dos recursos costeiros e marinhos da região de Canavieiras, o qual se intensificou após o início do incentivo a atividade de carcinicultura na região, principalmente por volta do ano de 2002.

A partir de então, emergiu uma série de acontecimentos com vistas à criação de uma UC nessa área, objetivando garantir o uso e a preservação dos ecossistemas ameaçados pelos interesses do setor imobiliário, da carcinicultura e dos grileiros. Nesse processo, as comunidades (aliadas ao setor público local, o qual esteve envolvido inicialmente), Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras organizações se mobilizaram em busca da melhor forma para preservar e garantir o seu espaço em meio às constantes e crescentes ameaças desses diversos setores.

4.2. O processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras

Os conflitos ocasionados pelas diferentes formas de relação entre homens e os bens ambientais apresentam singularidades que permitem distinguir recursos legitimadores de ações e processos de mudança social (SANTOS, 2009). De acordo com Georg Simmel (1983), o conflito é uma forma de sociação que pode produzir ou modificar grupos de interesse. Para o autor, o conflito está destinado à resolução de dualismos divergentes, sendo esse um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes.

Ainda segundo Simmel (1983, p. 124), “a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis”. Para o autor, sociedades definidas verdadeiramente não resultam apenas das forças sociais positivas, assim como o conflito por si mesmo não produz uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras.

Em um cenário de conflitos surgiu a Resex Marinha de Canavieiras, um processo lento que envolveu uma diversidade de acontecimentos, passando por várias etapas, evidenciando a persistência de alguns atores e o protagonismo das comunidades até chegar a publicação do Decreto de criação em 5 de junho de 2006. Conforme informações obtidas em campo, esse acontecimento configurou um processo de mudança social, contribuindo inclusive para aumentar o nível de organização das comunidades que pleiteavam a criação dessa Reserva, as quais objetivavam a garantia do seu território, protegendo-o dos grileiros, das especulações imobiliárias, do avanço da carcinicultura na região e, conseqüentemente, da degradação ambiental.

Para Amanda Fadigas e Loreley Garcia (2010), a fase da criação da Resex se caracteriza pelo conceito da legitimidade, uma vez que a Resex é demandada pela população extrativista ao poder público em decorrência de uma ameaça ao equilíbrio socioambiental, com a finalidade de garantir a sociobiodiversidade e a reprodução do modo de vida destes grupos. Portanto, a organização comunitária da comunidade é um requisito fundamental na sustentação de suas reivindicações nos espaços decisórios.

Segundo dados de campo, as primeiras mobilizações pela criação da Resex Marinha de Canavieiras iniciaram-se em meados da década de 1990 através de uma associação informal de mulheres da comunidade de Birindiba em Canavieiras, intitulada

Associação das Catadeiras de Caranguejo¹¹, que trabalhavam com a captura de caranguejo e sentiram sua atividade ameaçada em virtude da escassez desse recurso na região. Essa associação tinha como liderança uma marisqueira de nome Vilma Xavier¹², que juntamente com outras marisqueiras e pescadores, se organizaram para beneficiar o caranguejo nessa associação.

Ao longo do tempo, problemas apontados (carcinicultura, incentivo à construção de empreendimentos turísticos, aumento do uso dos recursos pesqueiros e grilagem na região) aliados ao desaparecimento do caranguejo em diversas partes do Brasil e o aumento da competição com outros pescadores que também capturavam o caranguejo no município de Canavieiras, contribuíram para a constante redução desse crustáceo no município e também para a organização social em prol da criação de algum mecanismo que pudesse proteger o território e os recursos ameaçados.

Com a redução do caranguejo, a associação passou a ter dificuldade para trabalhar com essa espécie, de forma que a quantidade que conseguiam já não era satisfatória para a manutenção de suas atividades, gerando uma renda muito pequena. Essa situação preocupava a associação que então resolveu procurar um meio que pudesse ajudar a preservar a espécie e solucionar esse problema. Assim, entre o final de 1999 e início de 2000, com apoio da Secretaria de Agricultura do município, a associação decidiu pela criação de uma Reserva Extrativista em busca de uma alternativa; todavia, nem mesmo o grupo tinha consciência do que seria isso de fato. Após essa conclusão, a associação enviou uma carta ao então Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), solicitando a visita do órgão à região.

O CNPT é um órgão público vinculado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Hoje, embora o CNPT continue com a mesma sigla, a sua definição atual é Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais e está subordinado ao ICMBio.

Por não possuir Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a Associação das Catadeiras de Caranguejo solicitou o apoio de outra associação existente em

¹¹Embora o nome do grupo fosse Associação das Catadeiras de Caranguejo, nela estavam envolvidos tanto mulheres quanto homens.

¹²Inicialmente pretendia-se nomear a Resex Marinha de Canavieiras como de Reserva Extrativista Vilma Xavier, em homenagem ao protagonismo dessa extrativista. Contudo, isso não foi possível, em virtude da proibição pela legislação brasileira do uso de nomes de pessoas vivas a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta (BRASIL, 2013).

Canavieiras (Associação de Posseiros da Comunidade de Puxim do Sul), acreditando que o fato de essa associação possuir CNPJ daria maior legitimidade ao pedido.

De acordo com Paulo Aguiar (2011), esse primeiro ato formal pela criação da Resex (a carta) data de 18 de setembro de 2001. Por se julgarem enquadrados como comunidade artesanal e alegar tirarem seu sustento diário da extração de recursos naturais (pescadores dos mangues), os pescadores e marisqueiras pediam em uma carta a habilitação da área da União como Reserva Extrativista. Ao mesmo tempo, solicitavam a visita de grupo de técnicos daquele órgão à comunidade. Juntamente com a carta foram remetidas também 118 assinaturas, na forma de abaixo assinado, as quais eram atribuídas aos próprios pescadores e marisqueiras (AGUIAR, 2011).

Após o envio da carta, foi realizada a visita do CNPT ao município, o qual constatou que o ecossistema possuía as condições necessárias para que fosse criada uma Reserva Extrativista. Contudo, nessa época, os extrativistas ainda não tinham a clareza do que seria e como funcionaria de fato uma Resex.

À medida que se intensificavam as discussões em torno da criação da Resex, algumas comunidades foram sendo incorporadas no processo (a comunidade de Campinhos, Puxim do Sul e Colônia de Pescadores Z20), bem como algumas organizações públicas. Nessa época, “a Prefeitura tomou as rédeas da situação” (ENTREVISTADO I, 2015) envolvendo a Secretaria de Agricultura, Secretaria de Bem-Estar Social, Câmara de Vereadores e duas importantes personalidades nesse processo (dois professores locais que apoiaram essa luta). Nesse período, esses dois professores fizeram uma visita à Resex da Baía do Iguape nos municípios de Maragogipe e Cachoeira também localizada na Bahia, tendo sido eles os primeiros a explicar como funcionava uma Reserva Extrativista.

Com isso, após discussão entre as pessoas envolvidas no processo, foi confirmado que a configuração adotada para o território deveria ser mesmo a de uma Resex, tendo sido criado logo em seguida um grupo chamado “Grupo Pró Resex”. Nessa associação, participavam algumas comunidades do município de Canavieiras (Puxim do Sul, Oiticica, Campinhos e Sede do Município sob a representação da Colônia de Pescadores Z 20), apesar de essa discussão ainda não ser muito abrangente no município.

Em meio a este cenário, surgiu uma das principais organizações a se envolver nesse processo, o PANGEA¹³ – Centro de Estudos Socioambientais, uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIP) sediada no município de Salvador-BA. Essa OSCIP havia vencido um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para realizar o levantamento dos ecossistemas manguezais da região devido ao período de defasagem do caranguejo. A partir da realização desse trabalho com os manguezais da região, o PANGEA começou a se envolver também no processo de criação da Resex, conforme observado no relato a seguir:

Aí o PANGEA veio fazer esses estudos aqui, quando chegou encontrou esse pedido da criação da Resex, já com esse grupo Pró Resex, mas muito ainda naquela discussão de briga de cão e gato, né? Prefeitura e o povo. Aí o PANGEA veio para fazer esse levantamento com os manguezais, [...] então começou as discussões com as comunidades, e aí foi proliferando essa questão da Resex que estava sendo discutida aqui. Aí logo em seguida o IBAMA sabendo que o PANGEA estava aqui, convida o PANGEA para fazer o trabalho aqui. Aí nesse sentido começa uma nova era (ENTREVISTADO I, 2015).

Desse modo, a presença do PANGEA ampliou as discussões em torno da criação da Resex, iniciando a formação de uma rede de relações sociais com atores internos (as comunidades) e externos (inicialmente o PANGEA). Tal rede foi sendo ampliada no decorrer do processo de mobilização pela criação das Resex, até o momento de realização dessa pesquisa.

Desse modo, tomando como base as abordagens feitas por Regina Marteleto e Antonio Silva (2004), entende-se que as redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles. Nas ciências sociais, esses “nós” são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação. Para Alair Freitas (2015):

As redes são arranjos nos quais muitas organizações, enquanto atores do desenvolvimento territorial, interagem entre si e imprimem suas marcas em tais processos, podendo condicionar a implementação de políticas públicas e

¹³De forma análoga ao apontado por Aguiar (2011), segundo o qual a ONG ECOTUBA havia sido a organização que primeiro sugeriu a criação da Resex Marinha de Canavieiras, segundo os dados coletados em campo, a iniciativa inicial partiu das marisqueiras, que posteriormente buscaram ajuda em outros órgãos. No entanto, a principal organização que esteve presente em todo o processo foi o PANGEA. Ao serem questionados sobre as organizações que primeiro trouxeram a discussão sobre Reserva para a região, nenhum dos entrevistados citou o ECOTUBA. Para um dos entrevistados ao qual foi questionado sobre o papel do ECOTUBA no processo de criação da Resex, o mesmo relatou que a ECOTUBA é uma ONG que trabalha especificamente com animais (tartarugas, por conta do Hotel Transamérica que fica nas imediações da Resex, em Comandatuba) e que também realizou um trabalho na área de monitoramento do caranguejo. Segundo relatos, a ECOTUBA esteve envolvida inicialmente no grupo Pró- Resex, mas não foi uma organização que teve um papel expressivo nesse processo.

definir as configurações da relação Estado-sociedade (FREITAS, 2015, p. 16).

Desse modo, essas redes podem contribuir para o fortalecimento das relações sociais entre pessoas, grupos e comunidades, seja por meio das relações entre os indivíduos pertencentes a um dado contexto, ou das relações estabelecidas por diferentes grupos ou organizações que de alguma forma façam parte desse contexto ou partilhem de objetivos similares, os quais constituem importantes mecanismos de apoio das relações sociais.

Nesse sentido, as diferentes relações construídas no processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras configuraram-se como uma forma pela qual comunidades e organizações parceiras se envolveram e participaram coletivamente tendo em vista objetivos similares e uma causa comum.

De acordo com Mirelaine Gasparoni (2007), é importante incentivar a participação e o envolvimento dos indivíduos nas redes, uma vez que estas são a articulação entre diversas unidades que, mediante certas ligações, vão trocando elementos de qualquer natureza entre si (informações, recursos, bens, etc.) fortalecendo-se reciprocamente.

Para Mark Granovetter (1983 apud KAUFMAN, 2012), os sujeitos são capazes de decisões mais consistentes à medida que os vínculos em suas redes são mais fortes. Assim, esse autor elabora dois conceitos importantes para o entendimento das relações sociais: a noção de “laços fortes” (redes relacionais muito densas) e “laços fracos” (redes relacionais pouco densas). Os laços fracos são fundamentais para a disseminação da inovação, uma vez que é caracterizado por redes constituídas de indivíduos com formações e experiências diversas, enquanto que nos laços fortes, por haver uma identidade comum, as dinâmicas geradas nessas interações não se estendem para além dos *clusters* (grupos). Segundo o autor:

Nas redes de “Laços Fortes” há uma identidade comum, as dinâmicas geradas nessas interações não se estendem além dos *clusters*, por isso mesmo, nas referidas redes procuramos referências para a tomada de decisão; são relações com alto nível de credibilidade e influência. Indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social, ao passo que os indivíduos com os quais temos relações de “Laços Fracos” são importantes porque nos conectam com vários outros grupos, rompendo a configuração de “ilhas isoladas” dos *clusters* e assumindo a configuração de rede social. Nesse sentido, as relações baseadas em “Laços Fortes” levam a uma topologia da rede, isto é, definem a configuração dos nós da rede de conexões entre os indivíduos no ciberespaço, no qual as relações de “Laços Fracos” funcionam como *bridges* desses *clusters*. Quanto menos relações de “Laços Fracos” existirem numa sociedade estruturada em *clusters* (“Laços

Fortes”), menos *bridges* e menos inovação (GRANOVETTER, 1983 apud KAUFMAN, 2012, p. 208).

João Peixoto e Catarina Egreja (2012), interpretando Granovetter (1983), dizem que as informações tendem a ter melhor circulação à medida que se recorre aos “laços fracos” (exemplo: amigos não íntimos e conhecidos), uma vez que os “laços fortes” (exemplo: amigos íntimos e familiares) criam um certo “fechamento” que desfavorece a propagação da informação.

Assim sendo, a ausência dos chamados “laços fracos” reduz a quantidade de *bridges* (pontes), importantes no fortalecimento das relações sociais e no acesso às inovações que essas relações menos densas podem proporcionar, privando os sujeitos de obterem informações de partes mais distantes de seu próprio sistema social. A ausência desses laços limita o acesso ao conhecimento ou às informações originadas pelos seus amigos íntimos (“laços fortes”), privando-os de acessar esse tipo de informação de outras fontes que não integram o seu *cluster*, tendo assim uma tendência ao isolamento interno (GRANOVETTER, 1983 apud KAUFMAN, 2012).

Contudo, apesar da importância dos “laços fracos” na difusão da inovação, a aceitação dessas inovações não é imediata, uma vez que para que esta seja adotada é necessário haver um sentimento de identificação e confiança com os membros da comunidade. Desse modo, pode-se dizer que através das relações de “laços fracos” os mesmos são expostos à inovação, cuja aceitação depende do aval de suas relações de “laços fortes” (GRANOVETTER, 1983 apud KAUFMAN, 2012). Ou seja, a confiança é um fator necessário para que os sujeitos aceitem e incorporem as inovações acessadas. Para Tereza Ximenes (2008):

As relações que enriquecem a ação coletiva, especialmente em grandes grupos, requerem incentivos ou “coerção” externos. Os agentes externos facilitam a interação de competências técnico-científicas, o diálogo dos “saberes”, e criam elementos de conexão que são elementos dinamizadores e, às vezes, viabilizadores das redes nos grupos, especialmente porque trazem elementos agregativos que diminuem os riscos e as incertezas nos processos de tomada de decisões (XIMENES, 2008, p. 389).

Nesse contexto, as redes sociais são importantes elos entre atores (sujeitos) e instituições e podem contribuir para o desenvolvimento de determinados trabalhos e ações dentro das Reservas Extrativistas. Por meio da interação entre diferentes atores e instituições, pode haver o fortalecimento das potencialidades dos indivíduos, dando-lhes assim mais força do que os mesmos teriam de forma isolada das distintas redes com as quais normalmente mantém algum vínculo.

Para Betânia Gonçalves et al (2015, p. 93), “as redes sociais podem ser consideradas uma forma de organização inovadora e orgânica, aptas a enfrentar a complexidade dos problemas sociais”. Nesse contexto, os “laços fracos” existentes na Resex Marinha de Canavieiras, sobretudo os que começam a se formar a partir da mobilização para a criação da Resex, são fundamentais para o acesso à informação, aquisição de conquistas coletivas e criação de algumas estruturas no espaço da Resex.

Dando sequência às ações pela constituição da Resex, em 2002 o PANGEA iniciou um novo conjunto de ações na região, realizando um levantamento de espécies do manguezal e iniciando efetivamente as lutas pela criação da Resex. Foram realizadas diversas reuniões¹⁴, iniciou-se o processo de criação do acordo de pesca¹⁵ e teve início um processo de reconfiguração social por meio, principalmente, da aproximação das comunidades que aos poucos foram sendo incorporadas à luta social. Nesse período, as sete comunidades que integram a Resex (Campinhos, Oiticica, Barra Velha, Puxim do Sul, Puxim da Praia, Atalaia e a Sede Municipal) começaram a participar das reuniões conjuntas, pois, segundo informações de campo, até então não havia uma interação entre as mesmas.

A incorporação das comunidades extrativistas no processo de mobilização social configurou-se uma importante etapa para o alcance dos objetivos pretendidos, ampliando e fortalecendo o movimento social em prol da criação da Resex. Essa incorporação aconteceu em 2002, quando as lideranças comunitárias se uniram e tomaram a frente na condução das discussões. Segundo informações de campo, no momento em que essas comunidades se juntaram teve início a luta política pela criação da Resex: “O que nos entendemos por início é o início da luta política que foi justamente quando as sete associações se juntaram no processo de criação da Reserva!” (ENTREVISTADO W, 2015). A fala desse entrevistado evidencia o protagonismo das comunidades, já que são elas as principais envolvidas no processo de luta pela constituição da Resex, liderando os diversos acontecimentos em prol da demarcação e proteção do seu território, sendo, portanto, mais que uma luta por espaço territorial, uma luta social e política por garantias de direitos.

¹⁴Para descrições mais aprofundadas sobre as reuniões ocorridas nesse processo inicial de criação ver Aguiar (2011).

¹⁵ O Acordo de Pesca é instituído pelo IBAMA em 05 de janeiro de 2006, portanto anterior a criação da Resex. Esse acordo é expresso pela Instrução Normativa Nº 83, de 5 de janeiro de 2006. Essa Instrução tem a finalidade de estabelecer os critérios a serem considerados no momento da captura de determinadas espécies na região, com vistas à proteção das mesmas, considerando a fragilidade dos ambientes costeiros, em especial do ecossistema manguezal, matas de brejo e a necessidade de um sistema ordenador de uso dos recursos pesqueiros (BRASIL, 2006).

Com a união das sete associações distribuídas nas comunidades de Campinhos, Puxim da Praia, Puxim do Sul, Oiticica, Atalaia, Barra Velha e Sede Municipal, sob representação da Colônia Z 20, criou-se um grupo denominado G7, que tomou a frente das ações. Com a criação desse grupo, os conflitos de interesses entre os que eram a favor e os que eram contrários à criação da Reserva começaram a se acentuar.

Esse contexto conflituoso serviu para incentivar a articulação social dos pescadores e pescadoras artesanais, permitindo maior engajamento e união das diferentes organizações presentes (associações e colônia) que se articularam para a defesa de seu território de uso tradicional da invasão de outros segmentos que os impediriam de exercer suas atividades (CURADO, 2014). De acordo com a fala de um dos entrevistados “A gente tem que agradecer a Deus, porque se não fosse o lado oposto que tivesse lá dizendo não, não! Talvez a gente não estava nem nesse pique que tá hoje né?” (ENTREVISTADO C, 2015).

Diante disso, a luta iniciada pelos extrativistas ainda enfrentaria uma diversidade de barreiras, especialmente para as pessoas que lideravam o movimento, uma vez que estas passaram a sofrer ameaças e intimidação, dentre outros acontecimentos. Contudo, a união e a tranquilidade dos extrativistas foram apontadas nas entrevistas como fator importante no processo de organização e de luta: “Deus ajudou que nós nunca entramos em confronto. A gente sempre tinha sabedoria. Quando tinha uma pessoa, alguns que no meio era mais [...]. Outros manevravam: Ô deixa isso para lá! Não vamos agir dessa maneira, vamos na sabedoria!” (ENTREVISTADO E, 2015).

No processo de criação de todas as categorias de unidades de conservação, de acordo com o SNUC é obrigatória a realização de consulta prévia (BRASIL, 2000). Assim, em 2003 aconteceu a primeira Consulta Pública para a criação da Resex. No entanto, a participação nessa primeira consulta não foi tão expressiva (levando em consideração a quantidade de extrativistas que existem nesse território), haja vista que o número de participantes não chegou sequer a 200 pessoas. Além disso, grande parte desse público era constituído de pessoas que não realizavam atividade extrativista e que, portanto, não era o público adequado para participar da consulta.

Assim, em 2005 constatou-se a necessidade de realização de uma nova Consulta Pública visando dar maior legitimidade ao ato, considerando a pequena participação na primeira. Essa segunda Consulta Pública foi realizada em 4 de dezembro de 2005 na Comunidade de Barra Velha em Canavieiras, e contou com a participação de

aproximadamente 600 pessoas – entre eles pescadores, líderes das comunidades, sociedade civil organizada, poder público municipal, empresários e outros.

Como as discussões em torno da criação da Resex estavam ganhando força, houve o início também de ações contrárias à sua criação, havendo, nessa época, tentativa de boicote para que a Consulta Pública não acontecesse, como pode ser percebido no relato a seguir:

Aí surrupiaram horário na rádio, a divulgação foi podada, né? Tentaram boicotar os carros que foi levar as pessoas, que foi pedido a secretaria de educação na época, a secretaria disse que podia. A gente já usou da espertice que podia ser boicote, aí já contrata a Rota para trazer ônibus de Itabuna. Se os ônibus de Itabuna não chegassem a consulta não seria feita, porque boicotaram os ônibus (ENTREVISTADO I, 2015).

Segundo dados de campo, o Prefeito Municipal que estava no poder nesse período (2005 a 2012) não queria a criação da Resex. Por isso, ao perceber a quantidade de pessoas presentes na consulta, tentou fazer com que os mesmos não assinassem a lista de presença; ainda assim foram obtidas 483 assinaturas e a consulta foi validada.

Após a última consulta pública, iniciaram-se as inquietações e os rumores de empresários que haviam comprado áreas na região, tendo início um movimento contrário à criação da Resex intitulado “Natureza sim, Resex não” constituído pelos empresários, carcinicultores, Prefeitura, setor hoteleiro, setor do comércio, entre outros. Na Figura 7, observa-se uma foto desse movimento, a qual foi tirada no período de realização do trabalho de campo. Ou seja, ainda hoje, nove anos após a criação da Resex, é possível identificar resquícios desse movimento contrário.



Figura 7. Foto do Movimento “Natureza sim, Resex não”.

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Com a criação desse movimento contrário (formado por especuladores imobiliários, carcinicultores, algumas áreas do setor público municipal, etc), teve início no município de Canavieiras uma campanha cujo principal intuito era propagar a ideia de que a Resex seria um acontecimento que viria atrasar o desenvolvimento da cidade, além de colocar o pescador e as pessoas que faziam parte das comunidades na posição de subordinados do Estado.

Segundo dados de campo, esse movimento e as informações propagadas tinham o intuito de cooptar os pescadores para que se posicionassem contrariamente à criação da Resex, enfraquecendo as mobilizações dos que eram a favor. Para tanto, o movimento contrário utilizava-se de argumentos tais como: as pessoas não seriam mais proprietárias das terras; não poderiam mais pescar; não poderiam andar com motor de rabeta nos rios; metade do que produzissem deveria ser entregue ao governo, entre outros argumentos denominados como “boatos”.

Esse movimento também apontava as características positivas da construção dos hotéis que os grandes empresários trariam para a cidade, uma vez que esses empreendimentos gerariam diversos empregos e que a comunidade ganharia muito mais com isso do que com a criação de uma Reserva Extrativista, conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

Eles tinham um discurso de que iam fazer inúmeros empreendimentos de hotelaria aqui e que ia mudar a cidade do dia para a noite. Aí as pessoas absorveram isso! Um discurso evasivo e deficitário, porque desde o início dos anos 80 que se fala em hotel aqui, nunca foi feito, o próprio Transamérica [*hotel de grande porte localizado nas imediações da Resex na ilha de Comandatuba*] era para ser no território de Canavieiras, não foi! Foi para a Una. A Barra do Albino um cara comprou uma área ali na década de 80 dizendo que ia fazer um hotel, cassino, um píer pra transatlântico, tudo conversa fiada. Comprou, fechou a área, ninguém passava. Nada! Ai agora na hora que chega para fazer a Reserva eles vêm dizer que vai fazer hotéis!! E aí, projetos faraônicos, megalomaniacos de fala, ninguém nunca viu isso em papel em canto nenhum, né! (ENTREVISTADO I, 2015. GRIFOS NOSSOS).

Nesse contexto de disputas por território, de promessas de desenvolvimento para a região e pela não criação da Resex, o movimento contrário ganhou também um número expressivo de adeptos no município de Canavieiras.

Desse modo, a dualidade de interesses apontada por Aguiar (2011) dividia os posicionamentos em dois grupos distintos: de um lado, os interesses ambientais e dos pescadores artesanais, e, do outro, os interesses dos grupos econômicos e de políticos locais, que se tornou ainda mais amplo. Tendo-se em vista que entre os próprios pescadores cujo sustento vinha dos mares, rios, mangues e estuários, também havia interesses distintos, uma vez que muitos pescadores e residentes nas comunidades e no município se posicionaram contra a construção dessa Resex, defendendo que a sua criação iria impedir o desenvolvimento do município de Canavieiras.

Nesse contexto, para Aristides Gusmão et al (2012) a presença de grandes empresas geralmente é encarada como sinônimo de desenvolvimento pelo município. Do mesmo modo, essas empresas procuram associar a sua presença a uma oportunidade para os locais onde são implantados. No entanto, muitas vezes o poder público municipal não conta com as condições institucionais para “absorver” o investimento recebido e os impostos gerados de forma que resultem em desenvolvimento social para a população. A afirmação desse autor vai ao encontro as inquietações dos extrativistas na época de criação da Resex, os quais temiam pela forma como o desenvolvimento prometido pelo setor hoteleiro e da carcinicultura contemplaria a comunidade, assim como também temiam pela preservação ambiental e consequente manutenção do seu meio de vida e perpetuação das suas atividades numa perspectiva Inter geracional.

Dando continuidade às ações para a criação da Resex, em 2006, o grupo constituído pelas sete comunidades (G7) participou de uma reunião no município de Ilhéus- BA, na qual estava presente a então ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Nessa oportunidade, o grupo conversou com a ministra, falou sobre a criação da Resex e

a mesma garantiu que seria criada. Tempos depois, em 6 de junho de 2006, foi decretada a criação da Resex Marinha de Canavieiras, caracterizando-se assim como uma grande conquista para as populações locais, sobretudo aquelas que lutaram por tal acontecimento, e aumentando a insatisfação daqueles que não desejavam tal ação.

Com isso, a Reserva surgiu no sentido de contribuir para a restauração do meio ambiente já degradado, preservar o meio ambiente ameaçado de degradação e inibir a inserção ou permanência de atividades econômicas não típicas do extrativismo em sua área de abrangência (AGUIAR, 2011).

Segundo dados do levantamento realizado pelo ICMBio/UFV (2015), a população estimada da Resex Marinha de Canavieiras em 2014 era de 1.995 famílias (equivalente a aproximadamente 12.035 pessoas), distribuídas entre as comunidades dos três municípios que compõem a Resex. Na Figura 8, observa-se a distribuição dos beneficiários da Resex por municípios.

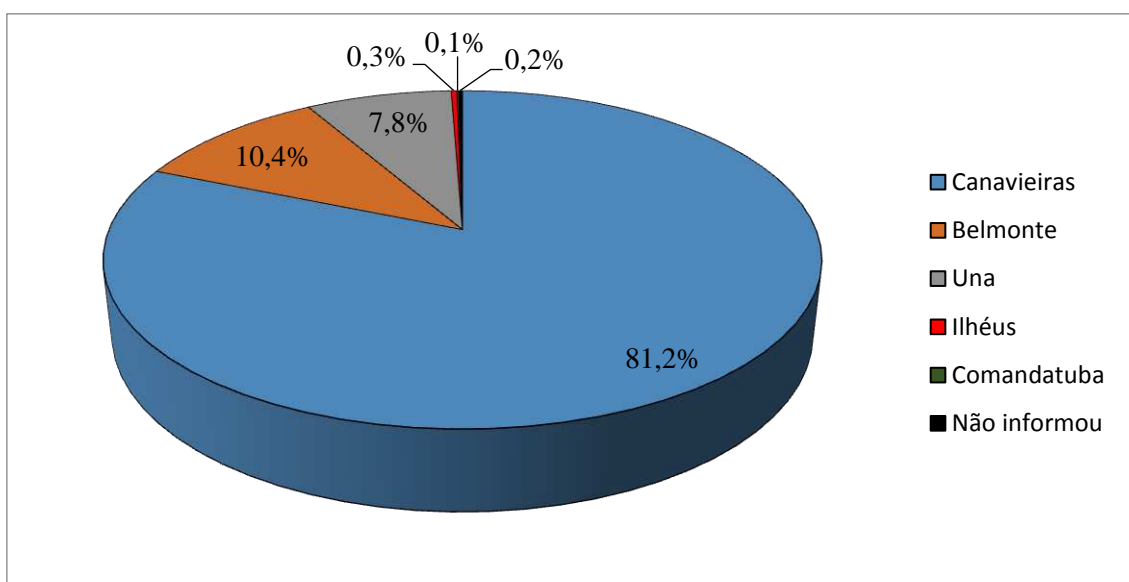


Figura 8. Distribuição dos beneficiários da Resex

Fonte: Elaborado pelos autores, 2015. Dados ICMBIO/UFV, 2015.

A Figura 8 evidencia que a maior concentração dos beneficiários da Resex está no município de Canavieiras (81,2%), o qual congrega a maior extensão da área e que também é palco dos diversos acontecimentos que perpassaram a criação da Resex. A distribuição desses beneficiários está tanto dentro da poligonal da Resex quanto em bairros dos próprios municípios.

Embora a criação da Resex Marinha de Canavieiras se caracterizasse como importante conquista para o grupo favorável à sua criação, segundo informações coletadas em campo, os pescadores e comunidades tradicionais da localidade passaram

a sofrer maiores pressões por parte do grupo contrário após a publicação do Decreto, sob a alegação de que a Resex havia sido criada por meios obscuros e fraudulentos, além de atrapalhar o desenvolvimento do município.

De acordo com a Rede Mangue Mar Bahia (2008 apud FIOCRUZ, 2013), em julho de 2007, a Prefeitura de Canavieiras, aliada aos demais setores contrários à criação da Resex (Associação dos carcinicultores, empresários do setor hoteleiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL)), iniciou uma campanha contra a Reserva Extrativista de Canavieiras com o intuito de invalidar o decreto da mesma e transformá-la numa Área de Preservação Ambiental (APA). Assim, foi realizada em 13 de julho de 2007 uma manifestação com o título da campanha “Natureza sim, Resex não”.

Na ocasião, ainda de acordo com informações da Rede Mangue Mar Bahia (2008 apud FIOCRUZ, 2013), o Prefeito Municipal decretou ponto facultativo para que os funcionários da Prefeitura participassem de manifestação, sob pena de corte de ponto. Nesse dia não houve aula nas escolas e os postos de saúde permaneceram fechados. Assim, professores e alunos foram coagidos a participar da marcha, sob pena, respectivamente, de desconto no salário e perda de pontos nas disciplinas escolares. Além disso, funcionários das fazendas foram obrigados a participar da manifestação sob pena de perder o emprego, tendo acontecido inclusive atos de vandalismo, já que o carro de uma ONG que apoiava a Resex havia sido arrombado. A CDL fechou o comércio da cidade e coagiu seus empregados a participarem da manifestação (REDE MANGUE MAR BAHIA, 2008 apud FIOCRUZ, 2013).

O processo de luta foi extenso, perpassando por muitos acontecimentos antes da criação da Resex. Diversas pessoas, sobretudo os líderes do movimento favorável à criação, sofriam intimidações e pressões para que desistissem. Houve relatos inclusive de que deveria morrer algum integrante do movimento para que o mesmo enfraquecesse. Não houve nenhuma morte de forma direta por conta dessas lutas, embora, segundo dados de campo, a morte da esposa de um dos líderes do movimento por um infarto fulminante¹⁶ seja atribuída a esse processo:

Minha companheira não suportou! Porque a gente já convivia há 32 anos, né? 4 filhos criados, ela nunca viu eu andar assombrado com medo de gente que ia me detonar, porque a minha maneira de ser não é essa! Tudo isso foi afetando ela, vendo eu ser condenado à morte, o cara me jurar, e ela já tinha também um problemzinho de saúde. [...] Ela já com aquele sofrimento,

¹⁶Sobre essa questão ver CURADO, 2014.

problema de saúde, remédio controlado e eu acompanhando ela direto, com essa pressão toda contra mim! (ENTREVISTADO V, 2015).

Todas essas lideranças que você está vendo aí. Todas foram ameaçadas. A gente não saía de noite. Quando entrava pela porta da sala saía pela da cozinha! Quando se saía na rua aqui de Canavieiras, eram todos juntos, mas quando chegava em um lugar para tomar um refrigerante ou um suco era com as costas virada para a parede (ENTREVISTADO C, 2015)

As falas dos entrevistados observadas destacam a pressão sofrida pelos líderes do movimento na época de constituição da Resex, o que, no entanto, não os desmotivou da luta, contribuindo inclusive para aumentar a união entre essas lideranças e a mobilização em prol da criação da Resex, protegendo com isso o território ameaçado.

3.2.1. A criação da Resex Marinha de Canavieiras na proteção territorial e manutenção dos meios de vida dos extrativistas

De acordo com Antonio Diegues (2001), a grande potencialidade apresentada pelas regiões costeiras e litorâneas favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, dentre as quais o turismo, tem levado ao surgimento de relações conflituosas causadas pelo uso do espaço e pelo modelo de implementação e desenvolvimento dessas atividades, as quais negligenciam a participação das comunidades. Para o autor, é fundamental que a população que vive tradicionalmente do uso dos recursos costeiros possa ser ouvida no momento de elaboração de políticas definidas para o espaço costeiro, contribuindo para a proteção do que resta desse patrimônio natural, cultural e histórico.

Para Elizabeth Borelli (2007), em relação ao conjunto de terras, a zona costeira constitui um espaço com especificidades e vantagens, o qual é finito e relativamente escasso. Logo, do ponto de vista global, os terrenos à beira-mar são uma pequena fração dos estoques territoriais disponíveis, o que torna o espaço litorâneo raro e privilegiado do ponto de vista da sua localização. Nesse contexto, a urbanização, industrialização e exploração turística podem ser apontadas como prioritários dentro de uma perspectiva da dinâmica de ocupação da zona costeira. Para a autora:

O conceito de turismo que permeia essa estrutura propicia a instalação do mecanismo de especulação imobiliária, promovendo a expulsão e a desarticulação cultural das populações tradicionais, além da destruição de importantes áreas naturais. A partir dessa configuração do solo como mercadoria, o processo de produção, consumo e comercialização define a existência de um verdadeiro “mercado de terras”, reforçada pelas qualidades relativamente raras dos recursos naturais e ambientais presentes no território litorâneo (BORELLI, 2007, p. 19).

Desse modo, considerando a localização e o contexto no qual foi criado a Resex Marinha de Canavieiras, pode-se afirmar que a garantia do território configura-se como uma das maiores conquistas obtidas com a criação da Resex. Essa garantia territorial permite também que as populações tradicionais, que historicamente têm ocupado esse espaço, possam realizar suas atividades, retirando seu sustento e de suas famílias de forma segura e consciente sem estar subordinado ou impedido por particulares de realizarem tal ação, as quais são essenciais para a manutenção dos seus meios de vida, conforme pode ser observado na fala de uma entrevistada a seguir.

E se não existisse essa Reserva hoje ele (*o pescador*) não tinha como pescar lá dentro. Porque a área ia ta tomada de gringo, né? Porque os gringos são apaixonados. É gringo de tudo quanto é lugar querendo comprar área aí dentro da Reserva. Porque essa área toda é de uma extensão de praia muito linda. Ali ele já teria cortado todo o mangue, e mesmo que tivesse mangue eles não iam deixar o pescador nem passar perto do mangue, piorou usufruir do mangue! Entendeu? Se por um acaso a gente não tivesse uma Reserva. (ENTREVISTADO B², 2015, GRIFO NOSSO).

Anteriormente à criação da Reserva, com a constante ocupação das áreas costeiras de Canavieiras, os próprios pescadores que habitavam e usavam tradicionalmente os recursos da região estavam sendo impedidos de desenvolverem suas atividades produtivas de extração e captura do pescado em virtude da crescente privatização de diversas áreas. Desse modo, a construção de cercas enclausurando os mangues e dificultando o acesso às áreas de pesca, a colocação de cães ferozes para vigiar as fazendas e a proibição de abarracar nas áreas eram dificuldades constantemente enfrentadas pelos extrativistas da região – conforme pode ser observado no relato:

Se a gente encostasse a um sítio desse qualquer aí ou vinha com cachorro grande para tirar a gente debaixo de cachorro, ou vinha mesmo o empregado armado e dizia aqui não e pronto! Aqui não! A gente não podia. Então a gente teve muitos amigos, colegas da gente, pescador que passou aperto, de correr, se esbagaçar por dentro dos mangues, por causa de donos de sítio aí, esses gringos. E aí a gente se viu de um jeito que até os portos, teve uma época aqui que estava de um jeito que lá na Boca da Barra, tudo porto. Descendo aí é tudo porto. Não podia mais, estavam fechando, botando cancela, botando placa. Propriedade particular, não entre! Não entre! E aí fechou os portos tudo e a gente ficou ao Deus dará (ENTREVISTADO Z, 2015).

Com a criação da Resex, tais fatores deixaram de existir e os extrativistas passaram a ter livre acesso às diversas áreas desse território, podendo exercer sua

atividade livremente (sujeitos às regras preconizadas pelo SNUC e pela gestão da Resex, bem como do acordo de pesca e o plano de manejo, quando a unidade dispõe do mesmo). “A Resex veio e aí começou a proibir os gringos a comprar as ilhas, comprar as beiras de praia. Abriu as praias que já estavam fechadas [...], os pescadores tinham perdido o direito de abarracar na beira das ilhas para pescar!” (ENTREVISTADO U, 2015). “Hoje o pescador vai pescar na beira da praia, na beira do rio, ninguém bota ele para correr mais! Não tem mais gringo esturrando no pé do ouvido de pescador como se fosse maior do que ele!” (ENTREVISTADO W, 2015).

Além disso, a criação da Resex contribuiu também para a utilização consciente dos recursos e do espaço, uma vez que auxiliou no processo de capacitação dos beneficiários. Isso foi possível a partir do envolvimento desses atores nos diversos cursos, capacitações e também da participação nos espaços de diálogo que a criação da Resex proporcionou, contribuindo para que os extrativistas despertassem para a necessidade de maior conservação dos espaços e recursos. O depoimento a seguir ilustra essa questão.

Antigamente a gente saía daqui, atravessava aí, pegava pata choca de andada na beira do rio, era sacos e mais sacos de pata choca, a fêmea do guaiamum, né? [...] Eu mesmo já peguei, não vou mentir, peguei bastante e a gente ia pescar, minha mãe, meus irmãos, todo mundo, aquela folia. Não só eu como vários da comunidade aí! Trazia dois sacos, três sacos aí. Praticamente, tipo uma usura, você vai apanhar, tá aquela ruma lá, você quer trazer tudo. Quando chega em casa você não da vez de cuidar daquilo. Perde muito e vai jogar fora, ta entendendo? Então eu vejo que a Resex para isso ela é boa (ENTREVISTADO A², 2015).

Desse modo, a criação da Resex Marinha de Canavieiras tem alcançado os preceitos estabelecidos no SNUC, o qual evidencia que as Reservas Extrativistas de uso sustentável visam a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos (BRASIL, 2000). Ademais, a garantia territorial permite à coletividade dos beneficiários uma segurança quanto ao presente e também com relação ao futuro, seja no que diz respeito à manutenção dos seus meios de vida e sobrevivência, seja a sobrevivência e uso desses espaços e dos recursos para seus filhos, netos e gerações subsequentes.

Após a criação da Resex uma série de questões de ordem legal precisam ser realizadas, a exemplo do Certificado de Concessão de Direito Reais de Uso (CCDRU), construção do conselho deliberativo e elaboração do plano de manejo. O CCDRU é o documento que legitima o uso da terra pelas famílias que vivem em unidades de conservação, validado por um tempo determinado e podendo ser renovado (FREIRE e

COELHO, 2013). Esse documento é importante para a Resex, pois a partir dele o poder público transfere a outorga do direito à população beneficiária das Reservas Extrativistas e das Florestas Nacionais.

No período de realização da pesquisa de campo, a Resex Marinha de Canavieiras ainda não possuía o CCDRU. Contudo, foi possível acompanhar um importante momento, pois coincidentemente na ocasião, estava na Resex um representante do ICMBio Brasília que fora participar da reunião do Conselho Deliberativo e discutir com os extrativistas a construção e assinatura desse documento. Esse representante debateu e realizou, juntamente com o Conselho Deliberativo, os ajustes no documento que foi levado a Brasília para apreciação e homologação.

Como resultado dessa ação, em 30 de dezembro de 2015, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o CCDRU da Resex Marinha de Canavieiras, o qual foi assinado no dia 05 de dezembro de 2015, sob o número 02070.003347/2010-96, pelo presidente do ICMBio e pelo então presidente da AMEX (representante legal dessa associação). Esse documento concede à AMEX a outorga de direito de uso do imóvel, tendo o documento vigência de 20 (vinte anos), podendo ser prorrogado por igual período. No entanto, o documento garante o uso de 96.972,20 (noventa e seis mil, novecentos e setenta e dois hectares e vinte centiares), um tamanho menor que a área total da Resex, compreendendo as áreas dos municípios de Canavieiras e Una (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2015).

A concessão de direito fornecida à Resex Marinha de Canavieiras contempla uma área menor que o tamanho total da Resex, em virtude de que determinada parcela do território que a integra (o qual fica localizado no município de Belmonte) compreende área estadual. Desse modo, a emissão da concessão sobre essa parcela do território deverá ser fornecida pela instância estadual e não federal, como o caso da grande maioria da área da Resex contemplada no CCDRU emitido.

O CCDRU é mais uma importante conquista para a Resex, garantindo assim o uso do território e também dos seus recursos pela coletividade que dele é beneficiada, evidenciando ainda mais a necessidade de articulação dos atores para a melhor gestão do território cedido às populações.

Com relação ao plano de manejo, ressalta-se que essa Resex ainda não o possui. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o plano de manejo é um documento necessário a todas as UCs, devendo, portanto, ser criado em um prazo máximo de cinco anos após a criação da mesma, sendo construído em função dos

objetivos gerais pelo qual a UC foi criada (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016). Segundo o MMA (2016) um plano de manejo é:

Um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Ele estabelece as normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC, seu entorno e, quando for o caso, os corredores ecológicos a ela associados, podendo também incluir a implantação de estruturas físicas dentro da UC, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2016, p.1).

No entanto, apesar do prazo estipulado pelo MMA e da importância do plano de manejo, a Resex Marinha de Canavieiras (com nove anos de criação), ainda não dispõe desse plano. Segundo dados de campo, esta é uma luta que se arrasta desde 2009, estando inclusive na ata de posse do conselho, descrita como uma das tarefas fundamentais para a implementação da Resex, a qual precisaria ser realizada para efetivar a constituição da unidade (ATA DE POSSE DO CONSELHO DELIBERATIVO RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS, 2009). Além disso, a pesquisa realizada por Aguiar (2011) aponta que o plano de manejo estava em execução na época de realização de seu estudo, mas em 2015, durante nossa pesquisa, o mesmo ainda não havia sido concretizado. A ausência do plano de manejo representa uma lacuna nos instrumentos básicos de gestão da Resex, impactando na forma de uso dos recursos desse território.

Dados de campo revelaram uma inquietude por parte de alguns extrativistas com relação à morosidade dos processos. Segundo um dos entrevistados, na época de criação da Resex Marinha de Canavieiras já havia um plano de manejo em construção, o qual já estava quase pronto tendo sido usado para isso recurso de um projeto do FNMA e do PANGEA. Contudo, esse plano não foi levado em consideração, já tendo sido inclusive realizados dois planejamentos para fazer um plano de manejo – sem êxito em nenhum deles.

De acordo com os extrativistas, a rotatividade dos gestores da Resex é um fator que tem dificultado a elaboração do Plano de Manejo, pois a troca de gestores atrapalha o andamento das atividades. Além disso, a elaboração do plano de manejo exige uma injeção¹⁷ de recursos dos quais as Resex nem sempre dispõem.

¹⁷Cabe ressaltar que o ICMBio é o principal responsável pela obtenção do recurso para a elaboração do Plano de Manejo.

Em novembro de 2015, durante a realização da presente pesquisa, na reunião do conselho (realizada em 30 de setembro e 01 de outubro de 2015) uma das pautas foi a construção do termo de referência para contratação de empresa responsável para a elaboração do plano de manejo, sendo esta uma das metas contidas no planejamento elaborado durante a reunião para o ano seguinte (2016).

Outra característica importante para o funcionamento das Reservas Extrativistas está associada ao modelo de gestão territorial (compartilhada), o qual, segundo o SNUC, deve ser realizado por meio do Conselho Deliberativo. Esta é outra importante conquista da Resex e envolve em sua trajetória de constituição diversos impasses e disputas, assemelhando-se ao processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras.

CAPÍTULO 3. A GESTÃO COMPARTILHADA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS: OS CONSELHOS GESTORES E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Após a criação da Resex, outro ponto fundamental e de interesse nesse estudo relaciona-se a gestão da mesma. Nesse caso, toma-se como pressuposto o arranjo participativo necessário para isso. Assim, este capítulo apresentará a trajetória de mudanças dos padrões de gestão governamental para uma gestão participativa, apontando alguns desdobramentos, dentre os quais a criação dos conselhos gestores. O capítulo também dará ênfase na importância e finalidade dos conselhos gestores nas Reservas Extrativistas, apresentando alguns desafios da gestão compartilhada e do trabalho conjunto nesses tipos de territórios. Além disso, este capítulo apresentará o Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras e seu contexto de surgimento. Por fim, serão evidenciados alguns aspectos referentes à participação social e ao surgimento e ampliação dos espaços de debates, organizações públicas, ONGs e instituições de apoio nesse território. Ademais, serão apresentados alguns espaços participativos que surgem na Resex Marinha de Canavieiras, suas formas de funcionamento e as principais contribuições para o empoderamento e a formação sociopolítica dos sujeitos envolvidos.

5.1. Participação social e o surgimento dos conselhos gestores

A participação social caracteriza-se como um fator importante e necessário no contexto democrático brasileiro, contribuindo para ampliação de espaços de diálogos e debates para as categorias que lutam por problemas e objetivos sociais, permitindo maior envolvimento de sujeitos e grupos sociais na esfera pública. Entretanto, os espaços participativos nem sempre existiram na sociedade brasileira, configurando-se uma conquista relativamente recente, uma vez que, até as décadas de 1960-1970, havia uma forte dualidade entre Estado forte e centralizado e uma sociedade civil que não dispunha da liberdade para expressar-se livremente a respeito de temas do interesse público (SILVA et al, 2005).

O Brasil viveu cerca de 20 anos (de 1964 a 1985) sob um regime ditatorial, comandado por governos militares, e nesse período, sobretudo a partir do ano de 1967, diversos atos institucionais diminuíram as liberdades individuais e as garantias

fundamentais em nome da segurança nacional (SOUZA, 2016). Nesse período, foram implementadas as políticas desenvolvimentistas que provocariam estragos, os quais seriam sentidos ao longo do tempo. Esse modelo de desenvolvimento “de cima para baixo”, criado por uma minoria e direcionado a toda a sociedade, não contemplava ou dava espaço para que as pessoas afetadas pelas políticas por ele criadas pudessem influir a respeito das questões impostas. Tal modelo, no entanto, começou a se esgotar no final dos anos de 1970, tendo como causas principais o início da “falência” do regime militar, as crises fiscais e dificuldades do país em honrar seus compromissos financeiros, fatores que contribuíram para aumentarem as pressões a favor da redemocratização do país (SILVA et al, 2005).

Assim, a década de 1970 tornou-se palco para o surgimento de novos atores sociais, protagonistas, sujeitos coletivos e políticos, através dos movimentos sociais pela redemocratização do país e pela consolidação e garantia de direitos (movimentos de trabalhadores urbanos e rurais, os movimentos populares, de mulheres, de homossexuais, étnicos, de meninos e meninas que vivem nas ruas, movimento pela cidadania e ética na política, movimentos ecológico e ambientalista) (SILVA et al, 2005; KAUCHAKJE, 2002).

Com a promulgação das Constituição de 1988, os direitos e garantias fundamentais, bem como os direitos civis e políticos, passaram a ser a bandeira do Estado Democrático de Direito (SOUZA, 2016). Já a pressão pela redemocratização do país e a promulgação da CF de 1988 possibilitaram o fortalecimento de novos atores sociais e a criação de espaços tais como os Conselhos Gestores, as experiências de Orçamento Participativo na gestão da cidade, os fóruns temáticos e as Organizações não Governamentais (SILVA et al, 2005). Segundo Gohn (2006), os conselhos são frutos de demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país.

De acordo com Ailton Silva et al (2005), os sujeitos que emergem nesse contexto (movimentos sociais étnicos, de gênero, ligados ao meio ambiente, de trabalhadores e os populares) inauguram novos formatos de participação social, permitindo assim construção e ocupação do espaço público dando legitimidade as demandas por justiça social.

Para Paula Caldas (2012), a CF de 1988 traz no seu bojo um cenário de redefinição dos movimentos sociais por meio da articulação entre os movimentos e as agências estatais, buscando espaços democráticos de negociação e interlocução pública para o reconhecimento, garantia e consolidação dos direitos sociais.

De forma semelhante César Diegues (2013) afirma que após a promulgação da Constituição de 1988 os conselhos municipais de políticas públicas se constituíram protagonistas no processo de descentralização das políticas públicas, configurando-se como um espaço fértil de diálogo e criação de novas relações entre o Estado e a sociedade – tudo isso propiciou o acesso da sociedade civil às instâncias de decisão.

No Brasil, a criação de conselhos gestores iniciou-se na área de saúde em 1990 com a lei que regulamentou a reforma sanitária, tendo gradualmente se estendido para outras áreas sociais e introduzido posteriormente como mecanismo de gestão nas áreas de trabalho e de desenvolvimento rural. Os conselhos foram criados para serem organizações híbridas e representam um sinal de mudanças de um padrão de gestão governamental para um padrão de gestão social, que minimiza as fronteiras existentes entre Estado e sociedade. Assim, em tese, as decisões não ficam concentradas somente nas mãos do Estado, dando espaço também aos sujeitos envolvidos no processo (o controle social), possibilitando aos grupos influírem e decidirem sobre o tipo de sociedade e ação governamental necessários ao bem-estar da coletividade (ANDRADE, 2009).

Os Conselhos Gestores de Reservas são espaços públicos instituídos legalmente para o exercício da cidadania e controle social da gestão do patrimônio público através de discussão, avaliação e proposição de ações e políticas, objetivando o aprimoramento da administração das UCs, os quais podem ter caráter consultivo ou deliberativo. Nesse espaço, a sociedade pode participar de forma efetiva buscando a solução dos problemas e propondo solução para as questões socioambientais na região da Unidade (IDEMA, 2013).

Segundo James Bohman (2009), em políticas democráticas atuais, todos os cidadãos são igualmente aptos e autorizados a participarem conjuntamente da deliberação e da troca de razões sobre decisões que afetam suas vidas. Tal afirmação, no entanto, pode ser questionada, uma vez que, apesar da criação dos espaços participativos e das suas possibilidades, nem todos estão realmente aptos. Isso porque existe uma questão mais ampla a ser considerada, a qual está ligada a aspectos históricos que contemplam uma cultura de não participação. Desse modo, participar de fato demanda tempo para que os sujeitos possam efetivamente se adaptar e se envolver nos novos espaços criados. Além disso, a capacidade e facilidade de participação diferem de um sujeito para outro, o que não garante aos cidadãos igualdade de

participação. Em síntese, a criação dos espaços participativos não garante de fato a participação dos sujeitos.

Nesse sentido, Vera Coelho (2007) evidencia que alguns estudos referentes aos conselhos gestores no caso brasileiro questionam a sua efetividade na promoção da participação dos cidadãos, pois

Sua promessa de ampliar a democracia estaria comprometida por uma cultura política autoritária ainda subsistente no Estado brasileiro, por uma vida associativa frágil e por resistências, tanto dos atores da sociedade civil como do Estado (COELHO, 2007, p. 79).

Segundo Ricardo Abramovay (2001), no Brasil todos os estudos que tratam do tema dos conselhos gestores abordam a precariedade da participação social e sua submissão aos poderes locais dominantes, mas ao mesmo tempo se tem o potencial de transformação política como exercício da prática social. Essa prática social pode ser compreendida como um exercício de cidadania a partir da compreensão do processo político brasileiro, marcado em sua história pela prática centralizadora e autoritária, sem a instauração plena de processos de participação e de democracia da grande maioria da população.

Assim sendo, apesar das limitações e dificuldades enfrentadas no que se refere à participação, os conselhos gestores configuram-se como um importante espaço de diálogo, uma vez que devem envolver diferentes segmentos e sujeitos, os quais têm no conselho um espaço destinado ao debate e a definição de ações adequadas às suas necessidades e anseios.

No que concerne à gestão das Reservas Extrativistas, esta deve ser executada pelo conselho deliberativo (instância máxima de decisão), o qual deve ser presidido pelo órgão responsável por sua administração (ICMBio) e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área (BRASIL, 2000). Os conselhos gestores são instâncias importantes para orientar a concepção e avaliação das instituições (regimes de governança) inseridas nos processos democráticos de gestão pública necessária para efetividade da gestão de áreas protegidas (CARDOZO, 2014).

Portanto, o Conselho Deliberativo é um espaço fundamental para a tomada de decisões na Reserva Extrativista, haja vista que é no conselho que serão expressas as aspirações e anseios, que mesmo individuais, para que se tornem coletivos e executáveis dentro do espaço comum exigem o aval da maioria dos que fazem parte desse contexto.

Em sua obra *Ecologia Humana e Planejamento Costeiro*, Diegues (2001) discorre sobre a importância da participação social para o gerenciamento costeiro. Segundo o autor, ao analisar exercícios de planejamento do passado, é possível perceber que sem a ampla participação dos segmentos da sociedade civil envolvidos, “os diversos planos territoriais têm se tornado ‘letra morta’ tendo os grupos de interesses mais fortes (grupos imobiliários e indústrias) imposto seu ponto de vista a sociedade” (p. 137). Assim sendo, é fundamental nesse processo o fortalecimento das diferentes entidades que integram a sociedade civil; para tanto, é essencial a mobilização das comunidades litorâneas na defesa dos ecossistemas, qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais, os quais são também recreacionais, visuais e estéticos e dos quais as comunidades dependem e dependerão, sobretudo, no futuro.

Para Raquel Dumith (2012), as Reservas Extrativistas Marinhas, além de assegurarem o direito consuetudinário de posse para as comunidades extrativistas tradicionais, essa categoria de UC provém a ação da gestão compartilhada como instrumento de manejo, visando assim uma gestão mais adequada tanto do ponto de vista ambiental, quanto social. Desse modo, as Resex Marinhas objetivam por meio do esforço conjunto, alcançar resultados mais satisfatórios à coletividade dos envolvidos. Para a autora, esse tipo de gestão “é fundamental por objetivar a integração de todos os sujeitos envolvidos no processo de manejo dos recursos naturais, desde a esfera local até a governamental, o que promove o estímulo de práticas mais democráticas e socialmente mais justas” (DUMITH, 2012, p. 97).

No entanto, os Conselhos Gestores das Resex Extrativistas não são espaços harmônicos e simétricos o tempo inteiro, e envolvem diversos conflitos, interesses e debates importantes na construção da democracia e das decisões. Assim, o conselho deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras é o espaço no qual são tomadas as decisões que afetam a própria Resex e seus beneficiários. A sua criação também foi palco de conflitos e dualidades de interesses, o qual será retratado na seção que segue.

5.2. Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras: o processo de constituição

Os conselhos gestores constituem importantes instâncias participativas no processo de gestão do território comum que envolve as Unidades de Conservação, podendo ser consultivos ou deliberativos. No caso das Reservas Extrativistas, estas

possuem conselho deliberativo, o qual desempenha papel relevante tanto na formulação de propostas como na aprovação das decisões em torno do uso comum desse território.

Desse modo, é importante situar que assim como o processo de criação da Resex Canavieiras, a formação do Conselho Deliberativo dessa Resex também representou um processo de luta e de distintas disputas, causando desconfortos, ameaças e sensação de medo, sobretudo nos líderes centrais do movimento de constituição da Resex.

Os conflitos em torno da formação do Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras foram motivados principalmente pelo movimento contrário à criação da Resex, cujos integrantes também não queriam que o conselho fosse formado. Segundo dados de campo, essas pessoas acreditavam que se o Conselho Deliberativo não fosse criado a Resex não iria perdurar¹⁸. Além disso, a criação do conselho iria contribuir para criar novas regras e aumentar a fiscalização em torno das formas de uso e preservação do território. O depoimento a seguir discorre sobre essa questão:

Eles não queriam! Queria assim, a regalia deles. Não ter um tipo de organização dentro da cidade para não ver as coisas erradas que aí está né? E com o governo federal aqui dentro, porque se ia ter uma Resex (*referindo-se a criação do conselho*) o olho do Governo federal tá aqui dentro. E aí os caras temem, porque paralelo ao governo federal o Ministério Público tá rente também. E aí os caras que às vezes faz coisa errada não queria isso aqui (Entrevistado C, 2015, GRIFO NOSSO).

De acordo com as informações obtidas em campo, houve duas tentativas de realização de reunião para a criação do Conselho, as quais não aconteceram, pois o movimento contrário à criação da Resex contratava pessoas para impedir a realização dessas reuniões. Assim, na primeira tentativa, em 2007, a reunião seria realizada na Câmara de Vereadores de Canavieiras, mas no momento de realização da mesma diversos moto-taxistas fizeram um buzinaço no local, impedindo sua realização.

Segundo relatos de campo, um dos moto-taxistas que participou desse ato, em um momento posterior revelara que cada um dos moto-taxistas presentes (em torno de 300) teria recebido R\$ 10,00 (dez reais) para participar do buzinaço e que o mesmo participara, mas sequer sabia o que seria uma Resex. Ou seja, muitas pessoas eram

¹⁸Segundo dados de campo, mesmo depois do Decreto de Criação da Resex, o movimento contrário buscava algum meio para a revogação do mesmo. Uma das estratégias que o movimento tentou utilizar para anulação do Decreto foi tentar coagir alguma das organizações que pediram a construção da unidade para que se rebelasse e se tornasse contra essa ação e assim, essa organização poderia fazer a solicitação da revogação do Decreto. Desse modo esse movimento tentou por meio de uma antiga associação da comunidade de Barra Velha fazer com que sócios que estavam afastados e inadimplentes voltassem para a associação, quitassem suas dívidas e tentassem por meio de alguma irregularidade encontrada nessa associação solicitar uma nova eleição e tornarem-se líderes da mesma para poder solicitar a revogação. Contudo essa ação não deu certo.

induzidas a protestar contra um possível acontecimento sem conhecimento de causa, servindo aos interesses de outras pessoas (carcinicultores, especuladores imobiliários, segmento do comércio, etc.).

A segunda tentativa de criação do Conselho ocorreu em 2008. Na ocasião, a reunião aconteceria na Comunidade de Atalaia, que fica dentro da área da Resex em Canavieiras. Novamente, a reunião não aconteceu porque houve muita confusão causada por pessoas que eram contratadas pelo movimento contrário à criação da Resex.

Após as duas tentativas frustradas, os extrativistas obtiveram o apoio de um cidadão amazonense que estava presente nessa segunda ocasião para conduzir a reunião e que havia filmado os acontecimentos. Eles se organizaram, juntaram provas das duas tentativas de reuniões fracassadas e enviaram ao Ministério Público (MP), solicitando apoio para que pudesse se realizar a reunião e concretizar a criação do Conselho Deliberativo da Resex. Desse modo, em 2009, com o apoio do Ministério Público, a reunião foi realizada no município de Ilhéus-BA, cidade próxima a Canavieiras na sede da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), como forma de evitar novo boicote, quando finalmente formou-se o Conselho Deliberativo da Resex.

Nesse contexto, seguindo a normativa instituída na Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a necessidade de criação do Conselho Deliberativo nas Resex, em 03 de setembro de 2009 foi criado o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, por meio da Portaria nº 71 publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente. Esse conselho tem a finalidade de “contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação” (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009, p. 233).

Considerando o contexto em que foi criado o Conselho Deliberativo, entende-se que a sua criação representou uma grande conquista para os extrativistas, podendo ser identificado o sentimento de que a luta valeu a pena nas falas dos mesmos e de algumas organizações presentes, as quais estão contidas na ata de posse do Conselho Deliberativo que aconteceu no dia 12 de novembro de 2009: “Quem pratica o bem será protegido e que o perverso ficará desconhecido!”; “O homem prova e Deus aprova”; “Toda situação de conflito é obrigatória para gerar a transformação”; “Depois da onça morta, todo cachorro é bom de onça”; “Irmãos construindo um futuro para irmãos esquecidos” (ATA DE REUNIÃO DE POSSE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS, 2009).

Esse conselho tem um importante papel na tomada de decisões na Resex, uma vez que todos os acontecimentos que envolvem a unidade devem ser passados antes por ele, que é a instância máxima de decisão. Assim, com a criação do Conselho tanto os favoráveis à criação da Resex quanto os que não desejavam a criação tiveram espaço no mesmo. Segundo relatos de campo, a participação dos grupos contrários também é importante no Conselho Deliberativo, por permitir um maior monitoramento das ações que podem ser prejudiciais à Resex.

Atualmente, o Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras é formado por 25 (vinte e cinco) cadeiras, ocupadas por instituições governamentais, organizações comunitárias (associações e representações de categoria), instituição de ensino, ONGs, empresários do ramo de turismo e carcinicultura, entre outros, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Composição atual do Conselho Deliberativo da Resex Canavieiras.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS- BA, 2015	
Organizações	Tipos
Associação de Pescadores, Marisqueiras e Extrativistas de Barra Velha (APEMBAV)	Associação
Associação das Marisqueiras de Belmonte (AMB)	Associação
Associação de Criadores de Camarão de Canavieiras (ACCC)	Associação
Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia (AMAPPP)	Associação
Associação de Pescadores de Puxim do Sul (APPS)	Associação
Associação de Pescadores e Agricultores de Campinhos (APAC)	Associação
Associação de Pescadores e Catadores de Camarão de Canavieiras (APCCC)	Associação
Associação de Pescadores e Marisqueiras de Oiticica (APMO)	Associação
Associação de Pescadores, Marisqueiras e Moradores da Comunidade de Atalaia (APEMA)	Associação
Associação de Tiradores e Catadeiras de Camarão de Canavieiras (ATCCC)	Associação
Câmara Municipal de Canavieiras	Instituição Governamental
Colônia de Pescadores Z 21 Belmonte- BA	Representação de categorias
Colônia Z 20 dos Pescadores e Agricultores de Canavieiras	Representação de categorias
Conservação Internacional (CI)	ONG
Delegacia da Capitania dos Portos de Ilhéus- BA	Instituição Governamental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos	Instituição Governamental

Naturais Renováveis (IBAMA) (Escritório Regional de Ilhéus)	
Instituto de Conservação de Ambientes Litorâneos da Mata Atlântica (ECOTUBA)	ONG
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)	Instituição Governamental
PANGEA- Centro de Estudos Sócio Ambientais	OSCIP
Secretaria de Turismo e Meio Ambiente (da Prefeitura Municipal de Uma)	Instituição Governamental
Segmento das Marisqueiras da Reserva Extrativista	Associação
Segmento dos Agricultores Familiares de Campinhos	Representação de categorias
Segmento dos Artesãos, confeccionadores de artes e apetrechos de pesca que residem no interior da UC e/ou entrono e sobrevivem da atividade extrativista	Representação de categorias
Transamérica de Hotéis Nordeste- LTDA	Sociedade Comercial
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Instituição de Ensino

Fonte: elaborada pelos autores, 2015. A partir da lista de presença da Reunião do Conselho realizada nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2015 na sede do ICMBio em Canavieiras- BA.

Observa-se na Tabela 2 que a composição do conselho engloba organizações e segmentos dos três municípios que compõem a Resex¹⁹. Destaca-se também que as organizações comunitárias representam a maioria na composição do Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras, com 56% do total, o que pode ser analisado como um aspecto positivo, haja vista que essas organizações são compostas de extrativistas que vivenciam a realidade e que fazem uso dos recursos da Resex, sendo, portanto, essenciais nas deliberações que envolvem esse território.

Além das instituições presentes nessa Tabela, conforme preconizado no SNUC, o ICMBio Canavieiras – órgão responsável pela administração da Resex – é quem preside o conselho. O ICMBio Canavieiras também é o responsável pela gestão da Resex (conforme estabelece o SNUC), tendo a AMEX como co-gestora nesse processo; ou seja, a Associação Mãe participa juntamente com o órgão da gestão administrativa da Resex. Assim, por definição dos próprios beneficiários associados, a AMEX não ocupa uma cadeira no Conselho deliberativo, haja vista que optou por colocar nele algumas organizações comunitárias que a integram.

Dados da pesquisa de campo revelaram que o Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Canavieiras cumpre um importante papel para a gestão da Reserva, uma vez que as decisões que a envolvem e conseqüentemente os extrativistas que delas fazem

¹⁹O município de Una (Pedras de Una) e Belmonte não fizeram parte do processo de luta pela construção da Resex. No entanto, como a Resex abrange uma pequena parte em cada um desses municípios, ambos foram integrados ao Conselho, compondo o conjunto das associações hoje existentes na Resex Marinha de Canavieiras.

parte (assim como o meio ambiente e os recursos que o integram) são tomadas nas reuniões do Conselho. Logo, as decisões não ficam a cargo de um grupo, organização ou pessoa específica, mas envolvem os distintos olhares e opiniões que procuram, por meio do diálogo, chegar a um consenso sobre determinados assuntos que dizem respeito a todos os integrantes da Resex.

Contudo, embora o Conselho Deliberativo represente o espaço institucionalizado de deliberação, também é passivo de críticas de alguns entrevistados, especialmente no que se refere aos encaminhamentos das propostas que emergem nessas reuniões. Por se tratar de um espaço democrático, muitas vezes as decisões são morosas, já que é necessário maior diálogo e interação entre as pessoas que o constituem, pois essas decisões não devem ser tomadas de cima para baixo. Tal fato acarreta em certa impaciência das pessoas, como pode ser observado no depoimento a seguir:

Tem hora que a gente chega lá, a gente chega abusar desse negócio de reunião do Conselho, vixe![...] É importante, para gente discutir, tá fazendo as coisas! Eu acho importante, mas o negócio é a burocracia. É mais demorado. E para fazer uma coisa? Rapaz! É complicado! (ENTREVISTADO K, 2015).

De acordo com relatos de campo, embora a participação das entidades no conselho tivesse um resultado positivo, o repasse das informações à base ainda era deficitária. Esse fato deu margem para a criação da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras (AMEX), a qual surge tendo, entre outras finalidades, a de suprir as deficiências percebidas nos encaminhamentos, representando também um importante espaço de diálogo e decisão para as comunidades

Além de propiciar melhor envolvimento e participação entre os extrativistas e as comunidades, a criação da Resex permitiu também o surgimento de algumas estruturas participativas, as quais serão apresentadas a seguir.

5.3. Movimentos Sociais na Resex Marinha de Canavieiras

No processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras inicialmente o Grupo das sete comunidades (G7) teve um importante papel enquanto protagonistas na luta política pela sua criação. Além disso, esse grupo também desempenhou uma função relevante no que diz respeito ao nível organizativo percebido atualmente nesse território, assim como também na forma de interação entre as comunidades que integram a Resex hoje. Tais fatores podem ser percebidos no número de organizações

existentes atualmente na Resex, o qual aumentou desde a sua criação, conforme observa-se no trecho a seguir:

A partir do momento que foi levantado como se deve chegar como se deve fazer para chegar naquele lugar, foi que veio a criação da ferramenta de organização, né! A criação das associações que antes só existia associações em alguns locais. Aí tinha Puxim (*do Sul*), tinha Barra Velha e depois Puxim da Praia. Essas eram as associações daqui de fato e direito. Puxim (*do Sul*), Barra Velha e depois Puxim da Praia. As outras elas existiam na essência da comunidade, mas não na essência do Estado, entendeu? Aí tinha associações em Oiticica, as pessoas se reuniam, mas não tinha nada de documentação registrada. Atalaia, Campinhos. Aí não tinha Associação dos Pescadores de Camarão, não tinha a Associação de Pescadores de Caranguejo, isso não existia! E não tinha essa interação nas discussões! (ENTREVISTADO I, 2015, GRIFO NOSSO).

Observou-se no trecho supracitado que embora as comunidades já possuíssem algumas formas de articulação e organização social, a criação da Resex contribuiu para a ampliação do número dessas organizações. Se fossem apenas o número por si só, não significaria um grande avanço. Porém, além da ampliação em quantidade, tal fator também significou o aumento em representatividade e em nível de participação das comunidades, surgindo inclusive associações de categorias (marisqueiras, catadores de camarão, catadores de caranguejo, artesãos).

Desse modo, é possível especular que a ampliação no número de organizações foi essencial para o fortalecimento das relações sociais e para o aumento organizado da representatividade das comunidades, fortalecendo desse modo os “laços fortes” da Resex. A Tabela 3 apresenta as organizações comunitárias que fazem parte da atual configuração organizativa da Resex Marinha de Canavieiras e que possuem uma conexão direta com os beneficiários da Resex.

Tabela 3. Organizações comunitárias que fazem parte da atual configuração organizativa da Resex Marinha de Canavieiras.

NOME	LOCALIDADE
Associação das Marisqueiras de Belmonte (AMB)	Belmonte
Associação de Pescadores de Belmonte (APB)	Município de Belmonte
Colônia Z 21	Município de Belmonte
Colônia Z 20	Canavieiras (Sede)
Associação de pescadores e Agricultores de Campinhos (APAC)	Comunidade de Campinhos (Canavieiras)
Associação dos Pescadores Marisqueiras e Moradores da Comunidade de Atalaia (APEMA)	Comunidade de Atalaia (Canavieiras)
Associação de Pescadores e Catadores de Camarão de	Canavieiras (Sede)

Canavieiras (APCCC)	
Associação de Tiradores e Catadores de Caranguejo (ATCCC)	Canavieiras (Sede)
Associação dos Extrativistas de Barra Velha (APEMBAV)	Comunidade de Barra Velha (Canavieiras)
Associação dos Pescadores de Puxim da Praia (APPP)	Comunidade de Puxim da Praia (Canavieiras)
Associação de Pescadores e Moradores de Oiticica (APMO)	Comunidade de Oiticica (Canavieiras)
Associação de Pescadores e Marisqueiras de Pedras de Uma (AMEPEDRAS)	Comunidade de Pedras de Una (Una)
Associação dos Moradores, Agricultores e Pescadores de Puxim da Praia (AMAPPP)	Comunidade de Puxim da Praia (Canavieiras)

Fonte: Dados de campo, 2015. Elaborada pela autora, 2015.

Notou-se por meio da Tabela 3 que o maior número de associações comunitárias concentra-se no município de Canavieiras, uma vez que, conforme foi apontado anteriormente (Figura 8), esse município congrega 81,2% dos beneficiários da Resex.

Além do aumento no número de organizações sociais presentes, com a criação da Resex houve também a ampliação do diálogo entre as comunidades. Isso porque segundo informações de campo, as relações entre essas comunidades foram estreitadas, aumentando a interação entre as mesmas, haja vista que antes da criação da Reserva havia comunidades que sequer sabiam da existência uma da outra.

Nesse contexto de aumento e do fortalecimento da organização social na Resex, foi criada em 2009 a AMEX, organização cuja principal finalidade é capilarizar as discussões que acontecem nos espaços coletivos entre todas as organizações, de modo a convergir com a vontade de todos (ou da maioria). Ou seja, a associação visa conduzir o fruto das discussões dos diversos grupos, facilitando assim os encaminhamentos que surgem nos espaços de debates – uma fragilidade percebida, sobretudo, em reuniões do conselho deliberativo. “A AMEX é criada em 2009, mas na essência da comunidade a mesma já existia anteriormente a isso” (ENTREVISTADO I, 2015). De acordo com Isabela Curado (2014):

O processo articulação social fomentou e fortaleceu as organizações comunitárias, que em 2009 passaram a ser capitaneadas pela Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras- AMEX, uma organização de base extrativista e de caráter democrático, com o objetivo de apoiar os processos de gestão da Unidade de Conservação. Para a consecução final do seu estatuto, diretoria e conselhos, foram realizadas mais de 15 reuniões nas diversas comunidades da Reserva Extrativista visando tornar o processo plenamente participativo e democrático. O processo de criação da AMEX foi pautado pela percepção das lideranças da necessidade de uma organização central que respeitasse as especificidades das entidades já existentes. Segundo as lideranças extrativistas, a ideia de criação da Associação Mãe-

AMEX, tem como ideal a articulação social em rede, onde grupos e organizações diferentes, que compartilham objetivos semelhantes, atuam em conjunto para o desenvolvimento e aproximação de suas metas comuns e fortalecimento institucional de todas as organizações (CURADO, 2014, p. 10).

A Figura 9 apresenta um esquema com as organizações que fazem parte da AMEX. Essas organizações têm na AMEX a representação de sua totalidade, sem, contudo, eliminar as particularidades de cada uma.

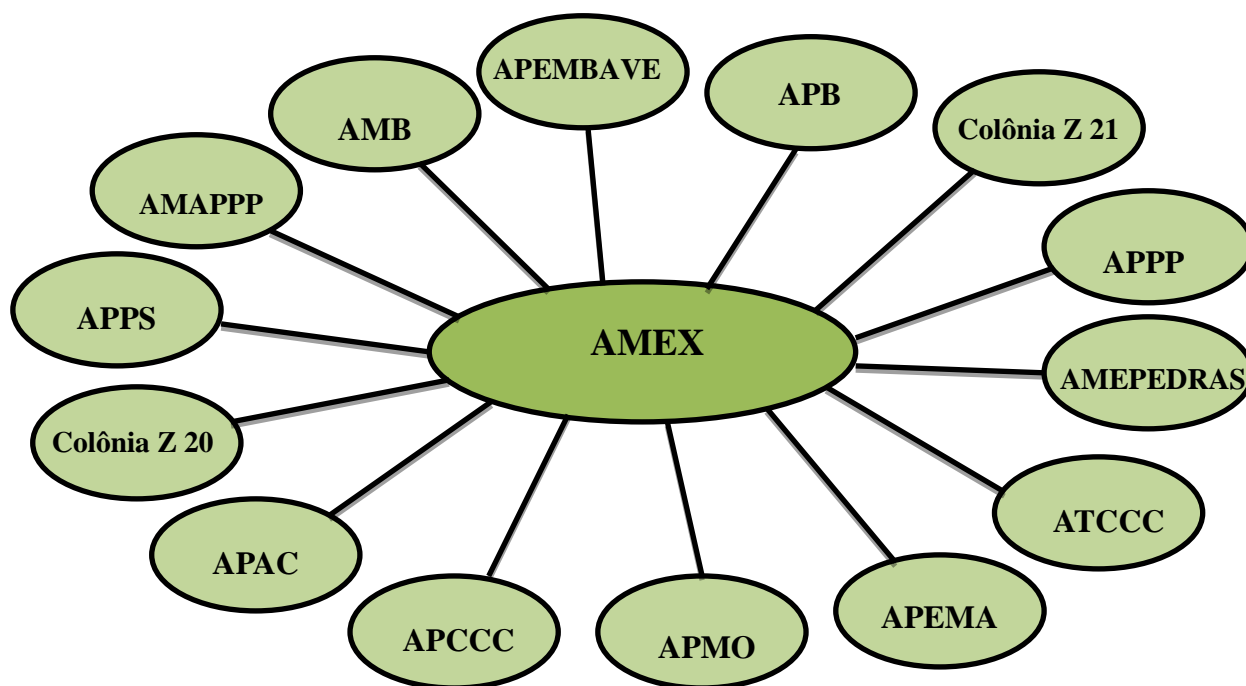


Figura 9. Constituição da Associação Mãe da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016

Desse modo, segundo informações de campo, a criação da AMEX e as ações por ela desenvolvidas não têm o propósito de substituir ou sobrepor os trabalhos desenvolvidos por cada uma das organizações que a compõem, conforme pode ser observado no relato a seguir:

A Associação Mãe não está nesse conceito de tutela das comunidades. Porque se for fazer isso, as comunidades, organizações, elas vão se acomodar e vai ficar o retrato do setor governamental de antes da criação da Resex, que toda a comunidade esperava a chegada do político lá para pedir alguma coisa. Então é uma forma de manipulação, dessa vez formada pelo próprio movimento social para derrubar o próprio movimento social. Então não tinha porque criar a Associação Mãe (ENTREVISTADO I, 2015)

Assim, a AMEX aglutina os diferentes interesses com o intuito de facilitar as discussões, diálogos e a execução dos encaminhamentos que surgem nos espaços de debate coletivo, representando a maior quantidade de interessados e os quais as decisões

afetam mais diretamente: os beneficiários. Desse modo, a AMEX é um importante espaço de participação dos beneficiários, que também tiveram a sua participação nos espaços de debate ampliado após criação da Resex.

Conforme identificado em campo, embora haja lideranças comprometidas e alguns membros de comunidades que fazem parte dos grupos de fato e participam efetivamente dos espaços de decisões, nas comunidades também existem aqueles que participam apenas no momento em que a associação pode contribuir para a chegada de algum benefício material.

Na hora de ganhar. Ah, tem uma inscrição do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* INCRA aí! Aí todo mundo se interessa; tem inscrição de casa, todo mundo; inscrição do Bolsa Verde, aí o interesse! Aí enche a associação de gente. Aí é complicado! (ENTREVISTADO K, 2015, GRIFO NOSSO).

Além da participação nos espaços de decisão, um importante indicador analisado diz respeito do envolvimento dos beneficiários em organizações sociais/comunitárias. Nesse sentido, os dados do levantamento realizado pelo ICMBio/UFV (2015) revelaram que 59,8% dos extrativistas da Resex Canavieiras entrevistados na ocasião declararam participar de alguma organização social ou programa comunitário.

Do total de entrevistados 50,6% disseram participar de Colônias de Pescadores e 39,2% de associações (Gráfico 1). Vale lembrar que essa pesquisa foi aplicada para um público mais amplo que o estudado nessa dissertação, aproximadamente (1.995 famílias), mas que contribui para ter uma visão mais abrangente da realidade referente à participação na Resex Marinha de Canavieiras.

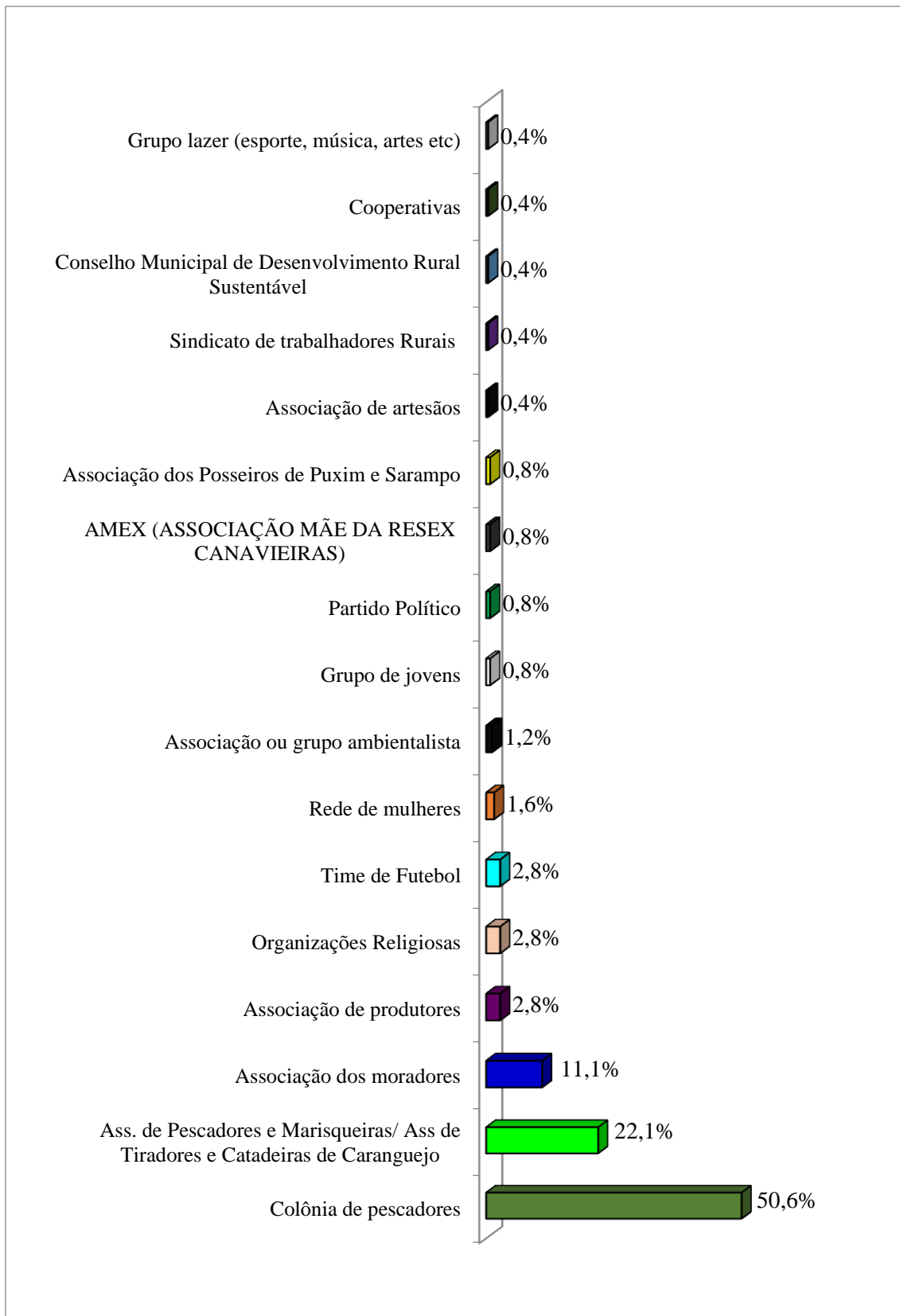


Gráfico 1. Organizações das quais os extrativistas fazem parte, Resex Marinha de Canavieiras, 2014.

Fonte: ICMBio/UFV, 2015.

No gráfico 1 é possível perceber que a participação em Colônia de Pescadores aparece em destaque, o que pode ser justificado pelo fato de que as colônias que fazem parte da Resex (Colônia Z 20 em Canavieiras e Colônia Z 21 situada em Belmonte) são instituições muito antigas, criadas em 1931 e 1923 respectivamente. Em muitos casos, pessoas que não fazem parte de nenhuma outra organização, por serem pescadores e por possuírem o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), participam das Colônias. Além disso, por se tratar de uma Resex Marinha, a atividade principal dos extrativistas é a pesca. Todavia, essa participação nem sempre é ativa, e em determinados casos está associada ao fato de estar atrelada a uma organização, a qual é importante para o recebimento do Seguro Defeso e para a garantia de alguns direitos básicos dos pescadores (ICMBIO/UFV, 2015).

Um fato apresentado no Gráfico anterior é o pequeno número de participação na AMEX (0,8%); contudo, segundo informações contidas no Relatório construído pelo ICMBio/UFV (2015) e apresentado em Brasília em outubro de 2015²⁰, esse número certamente seria bem maior, considerando que a AMEX é constituída por outras 13 (treze) organizações. Assim sendo, as pessoas que integram as organizações que a compõem são por conseguinte também participantes da AMEX, por isso, talvez a confusão na hora de responder a essa informação.

Contudo, embora o nível de participação tenha aumentado com a criação da Resex, analisando as informações coletadas em campo percebe-se que esse nível ainda precisa melhorar, sobretudo no que se refere à participação de base, uma vez que o envolvimento de forma mais incisiva se dá por parte das lideranças. No entanto, os próprios entrevistados admitem que, se comparado com antes da criação da Resex, a participação dos extrativistas hoje é muito mais expressiva, contribuindo assim para o desenvolvimento das potencialidades coletivas e possibilitando maior engajamento na luta e melhores conquistas.

Além da participação nos espaços internos da Resex, outro indicador importante identificado nos dados de campo diz respeito à ampliação do número de organizações públicas, sociais e não governamentais que fazem parte da atual conjuntura da Resex – os “laços fracos”.

²⁰Como resultado dos trabalhos fruto do Termo de Cooperação firmado entre o ICMBio e a UFV, o relatório de sistematização dos dados resultantes das aplicações do questionário na UC deveria ser apresentado na sede do ICMBio Brasília. Nessa apresentação realizada em outubro de 2015, estiveram presentes, a gestora da UC e dois extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras que acompanhavam a apresentação dos dados e faziam observações sobre possíveis distorções nos mesmos.

De acordo com informações de campo, se analisado com antes da criação da Resex Marinha de Canavieiras, as comunidades eram desassistidas no sentido de possuir alguma entidade ou organização desenvolvendo alguma ação conjunta com ou em prol das mesmas. Porém, a partir do processo de mobilização para a criação da Resex, no momento em que as comunidades começaram a se unir as redes sociais também começaram a se formar, sendo essas redes importantes na execução de ações e projetos no território da Resex.

Esse conjunto de distintas organizações presentes na Resex iniciou-se com o PANGEA, organização considerada pelos entrevistados como uma das mais importantes no processo de capacitação e de incentivo à mobilização social e organização coletiva na Resex: “A gente não seria o que a gente é hoje se não fosse o trabalho que o PANGEA fez aqui!” (ENTREVISTADO I, 2015); “Várias reuniões, oficinas e o pessoal do PANGEA sempre incentivando a gente. Que a gente tinha que se organizar, porque ia chegar o momento em que a gente é quem ia ter de correr atrás dos nossos direitos” (ENTREVISTADO C, 2015).

As falas destacadas no parágrafo anterior evidenciam a importância que o apoio inicial do PANGEA teve no processo de constituição da Resex Marinha de Canavieiras, papel e parceria que se estenderam ao longo do processo, de modo que essa organização continua ainda hoje atuando em parceria com a Resex e juntamente com muitas outras organizações nacionais e internacionais que surgiram no decorrer do tempo. Pela densidade da relação estabelecida pelo PANGEA e as organizações comunitárias que compõem a Resex, essa OSCIP pode ser associada de acordo com a perspectiva de Granoveter enquanto um “laço forte” nesse espaço.

Atualmente, o PANGEA continua desenvolvendo ações em parceria com a Resex, e além dela existem diversos sujeitos e instituições que desenvolvem algum tipo de trabalho em parceria com a Resex e também com a Associação Mãe (AMEX), um importante mediador nos processos nesse território.

As distintas organizações presentes integram os “laços fracos” importantes para a ampliação do acesso às informações, inovações e conhecimentos na Resex de modo geral. Ou seja, existe hoje uma nova dinâmica social, a qual envolve diferentes atores em uma perspectiva socioambiental, congregando setor governamental, organizações comunitárias, instituições de ensino e ONGs, etc. A Tabela 4 apresenta as organizações que, de acordo com os entrevistados, desenvolvem algum tipo de ação dentro da Resex Marinha de Canavieiras atualmente.

Tabela 4. Organizações presentes na Resex Marinha de Canavieira- BA, 2015.

ORGANIZAÇÃO	TIPO
Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (AMOVA)	ONG
Bahia Pesca	Instituição Governamental
Centro Público de Economia Solidária (CESOL)	Instituição Governamental
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)	Organização
Conservação Internacional (CI)	ONG Internacional
Coral Vivo	Projeto
ECOTUBA	ONG
Fundação Getúlio Vargas	Fundação
Fundação Siemepuu	Fundação Internacional
Fundação SOS Mata Atlântica	ONG
Instituto Mamíferos Aquáticos (IMA)	ONG
Oceana	ONG Internacional
ONU Mulheres	ONG
PANGEA- Centro de Estudos Socioambientais	OSCIP
RARE	ONG Internacional
Secretaria de Políticas Para as Mulheres (SPM)	Secretaria
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano
Universidade Estadual Santa Cruz (UESC)	Instituição de Ensino
Universidade Federal da BAHIA (UFBA)	Instituição de Ensino
Viva Vôlei	Projeto

Fonte: Dados de campo, 2015. Elaborada pelo autor, 2015.

No que se refere ao quesito de ordem de importância dessas organizações, não há uma definição de quem é mais importante, mas sim a de que cada uma das organizações presentes possui um papel considerável para a Resex; no entanto, o PANGEA e a CI são caracterizadas como as organizações com maior histórico de atuação na Reserva.

Por meio de projetos, parcerias, ações conjuntas, dentre outras, as organizações presentes na Resex Marinha de Canavieiras são importantes para o desenvolvimento de variadas ações nesse espaço. O trabalho ocorre de forma dialógica e consensual, uma vez que para atuar na Resex é necessário que o Conselho Deliberativo aprove a entrada e as ações a serem desenvolvidas, sendo efetivamente um trabalho de parceria e não unilateral ou impositivo.

As diferentes formas de relações mantidas tanto entre as comunidades que integram a Resex quanto entre as diferentes instituições presentes nesse espaço contribuem para o aumento da participação, envolvimento, conhecimento e por

consequência auxilia também no empoderamento dos sujeitos sociais envolvidos nesse contexto, o que será abordado na próxima seção.

5.4. Articulação social e empoderamento dos extrativistas

De acordo com Pedro Demo (1999), no fenômeno da exclusão social a substância mais característica é política e não apenas econômica. Para o autor, a exclusão mais comprometedoras é aquela ligada à repressão do sujeito, que gera a subalternidade; assim, o nível mais profundo de pobreza política é a condição de ignorância. Ainda segundo autor, embora ninguém seja de fato ignorante, existe uma ignorância que é produzida socialmente como tática de manutenção da ordem vigente que busca fazer do pobre típica massa de manobra, visando manter a sua condição de alienação. Para tanto, alguns mecanismos históricos são utilizados (políticas sociais clientelistas que atrelam benefícios ao voto, políticas educacionais insatisfatórias e contraditórias, funcionamento precário do associativismo de modo geral (sindicatos, partidos, associações, comunidades, etc.), deterioração das identidades culturais que favorecem a participação popular, influência dos meios de comunicação, entre outros). Desse modo, para o autor, a pobreza política é tão ou mais grave que a pobreza material.

Nesse sentido, algumas ações e oportunidades adquiridas em determinados momentos podem contribuir para elevar o nível de conhecimento dos cidadãos, melhorando assim sua formação político-social e auxiliando em seu empoderamento. De acordo como Maria Elisabeth Kleba e Agueda Wendausen, (2009, p. 733) “os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a re-significação das relações sociais”. Além disso, esses espaços possibilitam a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana.

Para Cássio Martinho (2001), o empoderamento pressupõe a capacidade dos sujeitos de agenciar processos de autonomia individual e coletiva e de estabelecer articulações de natureza política. Já Gasparoni (2007) diz que de nada adiantará para fins de desenvolvimento humano e social se essa capacidade estiver concentrada nas mãos de um só agente. Ou seja, o empoderamento pressupõe a capacidade – seja individual ou coletiva – de os sujeitos decidirem e influírem sobre as decisões que afetam suas vidas e comunidades.

O termo empoderamento, no entanto, tem sido motivo de muitas críticas nos últimos tempos, em virtude da sua polissemia e complexidade, dado que esta palavra não se encontra nos dicionários brasileiros recentes, acarretando em diversas atribuições de sentidos a mesma (BAQUERO, 2012).

Para Jorge Romano (2002), esse termo tem sido re-apropriado por diversos autores do desenvolvimento, tendo virado uma espécie de moda, além de ter sido apropriado como forma legítima de diversas práticas não necessariamente “empoderadoras” conforme proposto no termo original. Sendo assim, faz-se importante enfatizar que o sentido do termo nessa dissertação, vai ao encontro à interpretação dada por Baquero (2012), que trata do empoderamento social, emergindo, portanto, de:

Um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais e de poder! (BAQUERO, 2012, p. 181).

Desse modo, o termo empoderamento aqui não estará sendo usado no sentido de dar poder, já que ninguém empodera ninguém, haja vista que o empoderamento se dá à medida que as pessoas ou instituições se envolvem, participam e decidem de forma crítica e consciente o que é melhor para si e para a sua realidade. Assim, as pessoas tornam-se “empoderadas” à medida que possuem a capacidade de discernirem e decidirem sobre as decisões que afetam suas vidas, em vez de se deixar conduzir por atores e/ou instituições que muitas vezes sequer fazem parte do contexto para os quais as decisões estão sendo tomadas.

No processo de mobilização e luta pela criação da Resex, a articulação social e comunitária dos sujeitos afetados em virtude das condições social e politicamente impostas (avanço da carcinicultura, especulação imobiliária, redução da população do caranguejo, entre outros) contribuiu para o despertar da participação político social dos mesmos, os quais, por meio da mobilização e esforço coletivo, tornaram-se atores de sua própria história em vez de simples massa de manobra.

A articulação social, participação e envolvimento em diferentes instâncias de diálogos e debates, bem como a participação em oficinas e cursos foram importantes para a capacitação principalmente das lideranças, que puderam aumentar a sua bagagem de conhecimento, possibilitando maior articulação, capacidade dialógica e de conscientização crítica que os liga a um âmbito maior de discussão em diferentes

contextos sociais e políticos. O depoimento a seguir evidencia a importância da criação da Resex na ampliação do conhecimento do entrevistado.

Acho que eu sou a maior prova de que deu certo! Esses companheiros que aqui estão são as maiores provas de que deu certo, sabe? Se eu tenho essa capacidade hoje de fazer essa avaliação política de um processo desse, é sinal que a Reserva deu certo! Porque se não eu estaria lá na minha comunidade alienado, sabe? Vendo as coisas acontecendo, os pescadores perdendo direito e ainda achando que tudo o que estava acontecendo era normal, era em nome do progresso. Para quem é esse progresso? Em nome de desenvolvimento? Desenvolvimento para quem? Ou seja, se eu sou capaz de fazer essa avaliação crítica, então significa Resex deu certo (ENTREVISTADO W, 2015).

No relato, o entrevistado aborda a importância da criação da Resex para a sua formação política e crítica e a capacidade de discernir sobre o que é bom ou não para o território onde vive, assim como a quem seria destinado o “progresso” que determinadas atividades pleiteadas para a área da Resex gerariam. No entanto, nem todos os extrativistas consideram o conhecimento como um ganho, fato que reduz em diversos momentos a participação nos espaços de discussão, sobretudo, quando esses espaços não proporcionam um ganho tangível. Conforme observa-se no relato do entrevistado I:

A gente teve aqui diversas oficinas sobre a gestão ambiental, pesqueira, previdenciária, associativismo, sobre gestão da associação, sobre gestão contábil para facilitar um pouco, porque tudo isso é ganho. Infelizmente as pessoas não veem isso como um ganho [...]. Então no campo do conhecimento para mim foi o maior patrimônio da Resex. É o campo do conhecimento, porque se você me visse, se você fosse me entrevistar em 2006 eu não traria falando a você desse jeito, João não estaria, Carlinhos, ninguém dos nossos estaria como estamos hoje. Então isso vem graças a Resex (ENTREVISTADO I, 2015).

Nesse sentido, o conhecimento adquirido pelos extrativistas também está associado à sua participação em diferentes espaços, nos cursos e oficinas oferecidos, sendo que os próprios extrativistas entrevistados se autoavaliam como “novas pessoas” após os conhecimentos adquiridos, o que os tornaram mais aptos a participarem, dialogarem e também influírem nos espaços de debate.

Para Gohn (2011), a participação social em movimentos e ações coletivas é também uma forma de educação, uma vez que gera aprendizagens e saberes. Sendo assim, o ato de participar possui um caráter educativo, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral e para os órgãos públicos envolvidos.

As mudanças sociais ocorridas impactaram também a vida de algumas mulheres, as quais, por meio da participação e engajamento no movimento e nos espaços de

debate, tiveram a possibilidade de aumentar os seus conhecimentos com relação a direitos puderam ampliar sua capacidade de diálogo nos espaços públicos.

Anabela Santana (2010) salienta que nos últimos anos os meios de comunicação têm veiculado reportagens que enfocam a atuação da mulher na sociedade contemporânea sob uma nova perspectiva, registrando o empoderamento feminino e adotando como justificativa a crescente participação na vida pública. No entanto, tal fato não acontece em muitas esferas sociais, estando muitas vezes a mulher ainda na condição de passividade e não possuindo voz nem vez nos espaços de diálogo – seja por falta de conhecimento, por timidez, ou até mesmo por considerar que os homens participam melhor ou possuem maior capacidade de debate que as mulheres. Para mudar tal percepção, o conhecimento é fundamental, uma vez que possibilita que as mulheres passem a reconhecer seus direitos, e possam sair do modo *off* para se revelarem ativas nas lutas e nos espaços; tudo isso sem se sentirem inferiorizadas com relação ao gênero oposto, contribuindo assim para o seu empoderamento enquanto mulher e também sujeito social.

A mudança e o envolvimento feminino nos debates e nos espaços tornaram-se mais expressivas após a criação da Resex e podem ser facilmente identificadas em algumas falas das próprias mulheres no decorrer da atividade de campo enquanto um mecanismo que contribuiu tanto para o seu desenvolvimento, emancipação e empoderamento, conforme se observa nos depoimentos a seguir:

Ah, só vivia para o marido! Trabalhava, mas a única forma de eu sair dali do âmbito da casa era para trabalhar, não tinha assim participação, não tinha lazer, não tinha nada! Não tinha conhecimento, até para estudar mesmo foi depois que eu passei a participar do movimento (ENTREVISTADO R, 2015).

Aí, como eu disse, depois desse negócio de criação de Resex, associação, a minha vida era tipo assim, atribulada, por causa de traição do marido e tal e tudo. Mas depois que eu comecei a participar, hoje eu aprendi a enfrentar, através até da Rede de Mulher, né? Voltei a estudar que quando eu parei de estudar estava na quinta série, voltei a estudar, né? Viajar, que tinha medo, aprendi a enfrentar! Então, me ensinou a ser mulher, né? Mulher de responsabilidade, né? De atitude! Foi através desses negócios, dessas viagens. [...]. Então a gente para poder enfrentar homem, não precisa largar não! Se você pode isso, eu também posso! Não vou fazer o que você faz, mas vou fazer melhor! (ENTREVISTADO C², 2015).

Observa-se nos trechos citados anteriormente que o envolvimento nos espaços participativos contribuiu para que as mulheres tivessem novos conhecimentos, alterando alguns padrões aos quais estavam submetidas, passando assim a ver e compreender sob

nova ótica o seu papel frente à sociedade, uma vez que o fato de ser mulher não as reduzem a posição de subserviente ao sexo oposto, de vítima ou de reprodutora dos padrões históricos aos quais lhes eram/são atribuídos.

Desse modo, a ampliação dos conhecimentos e o envolvimento em diferentes espaços contribuíram para o seu empoderamento e ressignificação do seu papel frente à sociedade. Observou-se também em uma das falas a referência feita à Rede de Mulheres, uma organização social que emergiu na Resex Marinha de Canavieiras e que tem uma importante função social para a Resex e, sobretudo, para as mulheres que dela participam e/ou que são beneficiadas pelas ações e projetos desenvolvidos pela Rede.

5.4.1. A Rede de Mulheres

A desigualdade entre homens e mulheres configura-se um fator histórico das sociedades ocidentais. Desde a antiguidade a mulher era tratada como um ser inferior ao homem em virtude de diversas crenças religiosas que legitimavam essa perspectiva permeada pelos costumes sociais. Embora a Constituição Federal preveja a relação jurídica de igualdade de gênero ao estabelecer que todos são iguais perante a lei, é necessário para além da igualdade formal, a busca pela igualdade material na vida em sociedade (BURCKHART, 2013).

Essa busca pela igualdade é um fator que vem sendo discutido de forma mais intensiva nas últimas décadas, nas quais as mulheres passam a assumir e a integrar na sociedade espaços e posições antes ocupados apenas pelos homens. Nesse contexto, uma organização presente na Resex Marinha de Canavieiras cumpre um importante papel na busca por igualdade de gênero, pela inserção das mulheres nos cenários sociais e políticos e, conseqüentemente, pelo empoderamento feminino: a Rede de Mulheres.

Definida como um “braço feminino da AMEX”, a Rede de Mulheres é uma das organizações que surgiram na Resex Marinha de Canavieiras após sua criação, sendo, portanto, um fruto da organização comunitária dos extrativistas e do trabalho em parceria com instituições de apoio. A organização surgiu com o intuito de oportunizar às mulheres maior envolvimento e participação nos espaços de debates, nas discussões por políticas públicas através da articulação e mobilização de pescadoras e marisqueiras no âmbito das questões de gênero, além de contribuir para maior participação nos fóruns de discussões (RODRIGUES, 2013).

Essa Rede está diretamente vinculada ao trabalho em articulação com outras organizações, tanto dentro da própria Resex Marinha de Canavieiras quanto de organizações externas, uma vez que sua composição abrange diferentes comunidades localizadas nos municípios que integram a área da Resex (Canavieiras, Una e Belmonte) e em outros municípios da região (Ilhéus, Itacaré e Santa Cruz Cabrália). Por não dispor de recursos próprios, a Rede de Mulheres possui parceria de ONGs e instituições de apoio que são fundamentais para o desenvolvimento do seu trabalho.

A gênese do grupo se deu em 2009, a partir de um projeto construído com o apoio de uma pessoa externa à Resex que desenvolvia um trabalho pela ONG Associação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (AMOVA). Essa pessoa auxiliou no processo de construção do projeto, o qual foi direcionado à ONU Mulheres tendo como objetivo adquirir recursos para a criação de um grupo de mulheres, possibilitando assim, a criação de um espaço que permitisse a essas mulheres maior envolvimento e participação nos diferentes diálogos realizados na Resex. É o que evidencia o depoimento da entrevistada a seguir:

Na verdade, os companheiros já participavam, né? Das reuniões, já estavam ativos, das políticas públicas. Mas as mulheres, a gente via, ouvia e ficava calada! Então, eu até tenho uma companheira [...], ela é de Minas Gerais e ela veio trabalhar aqui na Resex com a gente. Então ela veio trabalhar aqui com o projeto da AMOVA e acabou ficando com a gente e abraçou a causa totalmente. Então ela escreveu um projeto pra ONU Mulheres falando né? Sobre essa parte da gente criar um grupo de mulheres onde a gente possa participar ali das ações do grupo. Essa questão de políticas públicas, questão de gênero (ENTREVISTADO L, 2015).

Desse modo, com a aprovação do projeto em 2010, o grupo começou a desenvolver suas ações e desde então vem atuando através do desenvolvimento de projetos e ações dentro da Resex e nas comunidades que integram a Rede localizadas nos demais municípios que a constituem.

Após a aprovação do projeto, a primeira ação da Rede de Mulheres foi apresentar o mesmo em todas as comunidades que fazem parte da Resex Marinha de Canavieiras, conhecendo e articulando-se com as lideranças locais com o intuito de validar essa iniciativa e a constituição da Rede e dos seus objetivos (RODRIGUES, 2013).

Essa Rede congrega cerca de 400 mulheres das diferentes comunidades que a integram e desenvolve ações que visam incluí-las nos espaços participativos, ampliando seus conhecimentos, facilitando a sua interação nos espaços de discussão e

possibilitando o reconhecimento dos seus direitos tanto como mulheres quanto como marisqueiras/pescadoras. Além disso, a Rede desenvolve ações com vistas às condições de saúde das mulheres, participação em espaços importantes tais como Conselhos e eventos de visibilidade nacional, nos quais se debate temas de seus interesses – a exemplo da Marcha das Margaridas²¹ que aconteceu em Brasília em 2015, em que 45 mulheres da Rede puderam participar.

Além de possibilitar a articulação e o conhecimento e interação com outras mulheres e outras experiências de vida, a participação das mulheres nessa marcha também permitiu a interação e envolvimento nos debates sobre uma questão muito em voga no momento de realização da pesquisa na Resex. Isso porque em diversos momentos – nas entrevistas e no decorrer das observações feitas pela área da Resex – foi percebida a insatisfação dos extrativistas a respeito do Decreto 8.425/2015²², o qual modifica alguns direitos, sobretudo das mulheres, alterando as regras para o acesso ao Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Esse decreto contempla algumas mudanças nos critérios para inscrição no RGP e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Nele são alteradas questões referentes à atividade pesqueira, dentre as quais uma das mais destacadas pelas mulheres durante a realização do trabalho de campo diz respeito à alteração da categorização da mulher na atividade pesqueira, a qual deixa de

²¹ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores para a Agricultura (CONTAG), através de suas 27 Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FETAG) e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRS), em parceria com diversas organizações. A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em Brasília no ano 2000, e em 2015 aconteceu a quinta edição desse evento com o lema “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”. Nesses encontros, são debatidos a realidade, necessidades e os anseios de comunidades e municípios, aprofundando as reflexões sobre os problemas, elaborando e construindo pautas de reivindicações específicas das mulheres e questões de interesse geral da categoria, as quais são construídas, debatidas e negociadas com ampla participação das mulheres nos diferentes âmbitos (local, estadual e nacional) (SECRETARIA DE MULHERS TRABALHADORAS RURAIS, 2014).

²²Regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira (DECRETO Nº 8.425, DE 31 DE MARÇO DE 2015, 2015). Esse Decreto traz uma nova categoria para a inscrição no RGP que é a definição “trabalhador e trabalhadora de apoio a pesca artesanal, segundo documento de manifestação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e da Comissão para o fortalecimento das Resex Costeiras e Marinha (CONFREM), (2015), ao criar essa categoria limita-se o entendimento de que o pescador ou pescadora são somente aqueles/aquelas que exercem a captura do pescado. Esse entendimento desconsidera o regime de economia familiar e tradicional de produzir em que as atividades são diversificadas, interdependentes e inseparáveis (MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS E DA COMISSÃO PARA O FORTALECIMENTO DAS RESEX COSTEIRAS E MARINHA, 2015). Além desse, diversos outros pontos são criticados nesse decreto e as mulheres não se reconhecem enquanto trabalhador de apoio a pesca e sim pescadora, fato que o novo decreto não considera, afetando desse modo diversos direitos das mulheres pescadoras.

ser pescadora, para serem contempladas pela nomenclatura de trabalhadora de apoio à pesca. Tal questão causou nas mulheres um sentimento de desvalorização da sua atividade, haja vista que muitas delas têm a pesca como sua atividade principal e não apenas como complemento ou ajuda aos seus parceiros.

A Rede de Mulheres elabora projetos sociais que, em apoio com outras instituições, torna possível o desenvolvimento de novos trabalhos e ações em prol das mulheres das comunidades integrantes, representando um espaço fundamental de debate entre elas, ampliando os seus conhecimentos a respeito de direitos sociais e também questões de gênero, saúde, etc., contribuindo para maior participação feminina nos espaços de debate e influenciando em seu grau de participação e autonomia.

CAPÍTULO 4. CONQUISTAS COLETIVAS NA RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS

Este capítulo evidencia algumas das principais conquistas coletivas adquiridas na Resex Marinha de Canavieiras e as políticas públicas acessadas pelas comunidades após sua criação, apontando de que modo o envolvimento dos extrativistas e as distintas redes sociais estabelecidas nesse espaço contribuíram para o alcance de tais conquistas. Finalizando, serão apresentadas algumas perspectivas e desafios percebidos durante a realização do trabalho de campo para a Resex, apontando as medidas que vêm sendo adotadas para enfrentar esses desafios, visando assim a preservação ao longo do tempo das conquistas adquiridas, aquisição de novas conquistas, manutenção da garantia territorial e preservação dos meios de vida das populações tradicionais e do meio ambiente que integra a Resex.

6.1. O Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (BAMEX)

O Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (BAMEX) é uma instituição de finanças solidária fundada em 2013, fruto da organização comunitária e do trabalho em redes, cuja principal finalidade é contribuir para a promoção e fortalecimento da economia solidária²³ na comunidade. Essa experiência integra o modelo brasileiro de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e caracteriza-se como um diferencial se comparada a outras Reservas Extrativistas no Brasil.

Em abril de 2007, durante o II Encontro da Rede realizado em Caucaia-CE, a Rede Brasileira de Bancos comunitários criou o termo de referência e o marco teórico conceitual dos BCDs definindo-os como: “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007, p.

²³A Economia Solidária surge como uma resposta às transformações ocorridas no mundo do trabalho e é entendida como um conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e créditos), realizadas de maneira solidária por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva e autogestionária, com destaque para quatro características essenciais, as quais não funcionam de maneira isolada, quais sejam: cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade. Essas características podem ser compreendidas como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária (ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2009).

1). No documento gerado nesse encontro também foram fixados os objetivos do BCD, como sendo:

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007, p. 1).

Esse modelo de banco contribui para o fortalecimento da economia local à medida que faz com que o dinheiro circule dentro da própria comunidade no qual está inserido, uma vez que o mesmo não possui validade fora desse espaço. Melissa Menezes e Marco Aurélio Crocco (2009) afirmam que:

A criação de uma moeda que se restringe a circular num determinado limite territorial [...] desponta como mais uma evidência de que a moeda não é simplesmente um “véu que encobre as trocas” numa sociedade capitalista, posto que a principal finalidade de um mecanismo como este é conservar e ampliar a riqueza real no local. Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, o que a favorece (MENEZES E CROCCO, 2009, p. 373).

A primeira experiência de Banco Comunitário no país aconteceu em 1998 na periferia de Fortaleza-CE, especificamente na favela do Conjunto Palmeiras com a criação do Banco Palmas²⁴. A partir de 2004, iniciou-se um processo de disseminação dos BCDs, conduzidos pelas lideranças criadoras do Banco Palmas e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES²⁵) (GARCIA, 2012). Desde então, esse modelo tem se difundido no Brasil, de modo que até fevereiro de 2015, de acordo com a Rede Brasil Atual (2015), existiam 104 BCDs distribuídos pelo país. Dentre esses, 9 estão localizados no estado da Bahia, conforme apresentado na Tabela 5.

²⁴Para mais informações ver Daniel Garcia (2012).

²⁵ A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a SENAES, em consonância com a missão do MTE, objetiva viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, com vistas à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (ECONOMIA VIVA, 2016). No entanto, em 2016, a Lei nº 10.683 é revogada pela Medida Provisória nº 726, de maio de 2016, emitida pelo Presidente em Exercício Michel Temer (BRASIL, 2016).

Tabela 5. Lista de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), no estado da Bahia, com destaque para Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (BAMEX).

Nome do Banco	Nome da Moeda	Município	Inauguração
Eco-luzia	Trilha	Simões Filho	Novembro de 2005
Ilhamar	Concha	Vera Cruz	Mai de 2008
Guine	Samper	Salvador	Outubro de 2009
Casa do Sol	Tinharé	Cairu	Setembro de 2009
Fonte da Água Fresca	Kiriri	Ouriçangas	Agosto de 2011
Cidadania Quilombola	Sururu	Cachoeira	Novembro de 2013
Bamex	Moex	Canavieiras	Dezembro de 2013
Abrantes Solidário	Abrantes	Camacari	Novembro de 2014
Ouro Negro	Manguezal	São Francisco do Conde	2014

Fonte: Rede Baiana de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, 2015. Elaborado pela autora, 2015.

Dentre os nove Bancos listados na Tabela 5, o BAMEX, criado em 2013, está localizado dentro da Resex Canavieiras, conferindo a esta o posto de única Resex a possuir uma moeda social. Dados de campo revelaram que o processo de criação do BAMEX iniciou-se a partir de 2009, quando um dos extrativistas, ao participar de uma atividade na Região do Baixo Sul da Bahia, conheceu a experiência do Banco Comunitário Casa do Sol em Cairu. Na oportunidade, esse extrativista conheceu também um integrante da Incubadora Tecnológica de Economia Solidaria e Gestão de Desenvolvimento Territorial (ITES) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a partir do contato e conversa com esse integrante, surgiu a discussão para a construção do Banco na Resex. Ao retornar à Resex, esse extrativista relatou a experiência conhecida com os demais extrativistas iniciando assim o processo de amadurecimento da ideia e de capacitação para a criação do banco.

O processo de criação do BAMEX foi gradual, passando por diversas etapas para a sua implantação. Considerando o caráter de ineditismo desse tipo de experiência na região, as pessoas ainda não conheciam bem o que era um banco comunitário, o que exigiu um processo preparatório que envolveu diversas capacitações, oficinas, cursos, intercâmbios com experiências já existentes, entre outros com o propósito de preparar tanto os responsáveis principais pela gestão do banco e os extrativistas da Resex. Isso porque essa moeda seria usada por eles, e sem o conhecimento e disseminação da ideia

difícilmente se alcançariam os resultados que se espera com a implantação de um BCD em determinada área.

Além de conhecerem a forma de funcionamento e de estarem capacitados para o uso e gestão de um banco comunitário, outra característica relevante nesse processo de criação diz respeito à confiança, uma vez que tal experiência envolveria recursos financeiros. Portanto, seria necessário que as pessoas estivessem seguras quanto à efetividade desse tipo de experiência para participarem e contribuírem para o funcionamento e disseminação do mesmo. Tal questão vai ao encontro da abordagem de Robert Putnam (2006), ao afirmar que a confiança promove a cooperação, de modo que quanto maior o nível de confiança em uma comunidade mais elevada a probabilidade de cooperação entre as pessoas envolvidas nesse contexto. Nesse sentido, a confiança representa um fator importante na criação de um BCD, tanto no que diz respeito aos extrativistas, os quais usariam as moedas, quanto com relação aos comércios que receberiam essas moedas.

Dentre as distintas etapas que integraram a construção do BAMEX, outro fator que demandou tempo foi criar um banco com a “cara” das comunidades que integram Resex, pois uma preocupação desse tipo de iniciativa é fazer com que os usuários se identifiquem com o banco e com a moeda criada. Todo o processo de preparação e criação do banco (capacitações, oficinas, construção da moeda, etc.) foi realizado em articulação com a ITES/UFBA, de forma participativa, envolvendo a preocupação e o cuidado em cada processo. Desde a escolha do nome do banco, nome da moeda, representações da moeda, tudo foi pensado de forma mais adequada de representar as comunidades e atividades desenvolvidas no espaço, de modo a fazer com que o extrativista reconhecesse na moeda a sua atividade.

O BAMEX surgiu com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento da Economia Solidária na Resex e contribuir para que os extrativistas tivessem um crédito disponível, especialmente em um momento de dificuldade. A Figura 10 apresenta a placa do BCD da Resex Marinha de Canavieiras.



Figura 10. Placa do Banco Comunitário da Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras
Foto: Pesquisa de campo, 2015.

A Moeda Social Extrativista (MOEX) possui valor equivalente ao real e são confeccionadas no município de Salvador-BA, contendo algumas características necessárias para garantir a segurança e a não falsificação (selo, número de série). As imagens contidas nas cédulas procuram representar as principais atividades desenvolvidas pelos extrativistas da Resex. No entanto, essas representações não objetivam personificar as pessoas que nela aparecem, mas sim retratar toda a categoria, espaço e atividades existentes e realizadas na Resex (Figura 11).



Figura 11. Design da moeda social do BAMEX.
Foto: Pesquisa de Campo, 2015.

De acordo com uma das entrevistas, as imagens que aparecem nas moedas têm uma finalidade representativa, segundo ela:

Ali não está o João, ali está o tirador de caranguejo. Ali não está o falecido seu Cosme, porque hoje se tornou uma homenagem, porque ele veio a falecer e seu Nengo, ali está o pescador de jangada. Ali não está d. Maria, d. Maria da Gloria, está a mulher tirando ostra, representando a mulher. Ali não estão os meninos na tarrafa, dois conhecidos nosso. Não, tá o pescador de rio na tarrafa. Entendeu? Representa, quando o pescador, a marisqueira, o tirador de caranguejo, ali estão os crustáceos no geral. Ali ele está sendo representado. Entendeu? O banco, ele tem essa representatividade (ENTREVISTADO B, 2015).

Esse Banco realiza serviços de moeda social, pagamento de convênios, pagamentos de benefícios, serviço de educação financeira, créditos para consumo pessoal e familiar, no valor de até R\$ 600,00 (seiscentos reais). Os empréstimos são feitos tanto em MOEX quanto em real e compreendem as linhas de crédito, consumo, reforma, construção, pesca e mariscagem. A Figura 12 apresenta as principais linhas de créditos oferecidas e a forma de empréstimo em cada uma delas no ano de 2015.

Linha de crédito	Forma de empréstimo	Carência	Valor	Parcelas	Juros (%) a.m	TAC
Consumo	Moeda social	Sem carência	Até M\$ 600,00	3	0	0%
Reforma e construção	Moeda social e Real	Sem carência	Até M\$ / R\$ 300,00	5	2,0	6%
Produção	Moeda social e Real	Até 2 meses	Até M\$ / R\$ 400,00	5	2,5	0%
Pesca e mariscagem	Moeda social e Real	Até 2 meses	Até M\$ / R\$ 400,00	6	2,5	0%

Figura 12. Linhas de Créditos oferecidas pelo BAMEX.

Foto: Pesquisa de Campo, 2015.

A moeda social tem circulação local²⁶ e é aceita em diversos estabelecimentos, nos quais, antes de firmar parceria, há um diálogo explicando o porquê e qual a finalidade desse tipo de experiência. Assim, as MOEXs são aceitas em supermercados,

²⁶Embora a Resex abranja áreas nos três municípios (Una, Belmonte e Canavieiras), a circulação da moeda ainda é realizada apenas no município de Canavieiras.

restaurantes, pelos barqueiros, postos de combustíveis, papelarias, entre outros. Esses estabelecimentos são credenciados ao BAMEX, e posteriormente ao recebimento do MOEX nas compras realizadas pelos extrativistas é feita a troca das moedas no BCD. Nesse processo, a atuação do extrativista tem função relevante, já que é necessário que estes possam realizar a troca do real pela moeda social para manter a moeda circulando, conforme pode ser observado no depoimento a seguir.

A questão do comerciante aceitar, envolve diretamente o comunitário vim pegar. Porque por exemplo, você é comerciante, a gente fez uma parceria de você aceitar o MOEX, se o comunitário não vir pegar para comprar lá! [..]. Então assim, para a gente manter, eles têm que tá vindo, tem que ter isso, né? Porque, se não, não adianta muito ter! Então assim: a gente vai nos lugares, a gente abre, mas você tem que vir aqui e trocar o real pelo MOEX, para você ir comprar lá, para poder ter essa opção de troca (ENTREVISTADO B, 2015).

Dados da pesquisa revelam que 99,6% dos entrevistados possuem conhecimento da existência do BAMEX; no entanto, nem todos fazem uso dos serviços ofertados por ele (no ano de 2015 apenas 25 extrativistas pegaram empréstimo no BAMEX). Os motivos que levam os extrativistas a não utilizar a moeda são os mais variados: por nunca terem precisado, por não terem como pagar, por terem medo de pegar empréstimo e até por considerarem o valor disponibilizado pelo BAMEX como insuficiente às suas necessidades. Os depoimentos a seguir ilustram essa questão.

Para mim é pouco. Mas é importante sim, porque, por exemplo, se você vai pra Canavieiras, aí você vai com um dinheiro e não dá para você voltar, aí você já pega ali e toma um dinheiro para você vim embora. Para pequenas coisas serve (ENTREVISTADO U, 2015).

Eu tenho medo, sabe? Porque não tenho como pagar (risos). Eu tenho maior medo, sabia? Sujar meu nome sem eu ter como pagar. Ufaaa! Eu tenho o maior medo! Quando falam assim: Ah, empréstimo não sei de que, eu digo: Não quero nunca! Como eu vou pagar pelo amor de Deus, da onde eu vou tirar? Eu digo sempre assim! (ENTREVISTADO F, 2015).

Apesar da relevância do BAMEX e do seu caráter inovador no que se refere à sua existência em Reserva Extrativista, a sua utilização ainda é muito pequena. Portanto, é necessária maior utilização visando alcançar os propósitos de contribuir para o desenvolvimento da economia local e fortalecimento da economia solidária na Resex, uma vez que, ainda que exista o banco, se a sua utilização ou abrangência for muito limitada, o alcance desses objetivos serão dificultados. Além disso, é importante também que essa iniciativa possa se estender para os dois demais municípios que integram a Resex (Una e Belmonte), ampliando o alcance que a experiência possui hoje.

Na construção do BAMEX, a ITES/UFBA teve uma importância fundamental no processo, auxiliando nas capacitações e preparando os próprios extrativistas para a realização das atividades do banco, considerando as suas especificidades, tendo em vista que diferente das instituições financeiras convencionais um BCD preocupa-se também com a dimensão humana no processo. Desse modo, na experiência de construção do BCD é possível identificar a importância do trabalho em redes e da interação entre atores e instituições para o fortalecimento das ações comunitárias e também dos laços sociais, mas que ainda requer maior divulgação e uso por parte dos extrativistas.

6.2. Projeto de melhoria da infraestrutura coletiva

A Resex Marinha de Canavieiras é constituída de distintas comunidades, o que significa a existência de distintas necessidades, se analisada sob o ponto de vista de suas individualidades. Algumas dessas necessidades muitas vezes requerem um investimento financeiro expressivo do qual as comunidades não dispõem.

Nesse sentido, um importante projeto acessado no âmbito da Resex que viabilizou a construção, aquisição e melhorias de infraestruturas coletivas nas comunidades foi o Plano de Compensação por Impedimento de Atividade Pesqueira (PCAP), fruto de uma compensação ambiental resultante da instalação de um empreendimento de exploração de gás nas proximidades da Resex em 2011.

A compensação ambiental é um instrumento de política pública que proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada por determinados empreendimentos em seus custos globais (ICMBIO, 2015). De acordo com o Artigo 36 do SNUC, no caso de implementação de empreendimentos de significativo impacto ambiental, atestada pelo órgão avaliador competente fundamentado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o empreendedor tem a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral. No entanto, essa mesma lei em seu Parágrafo 3º diz que quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento²⁷, a unidade afetada, ainda que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral (caso das Reservas Extrativistas), deverá ser beneficiária da compensação (BRASIL, 2000).

²⁷Entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2006)

Assim, a Resex Marinha de Canavieiras, unidade de uso sustentável, teve no ano de 2011 a implantação de um empreendimento de exploração de gás pela empresa Queiroz Galvão nas suas proximidades, o qual de acordo com o EIA/RIMA caracterizava-se enquanto empreendimento de significativo impacto ambiental. Conforme preconiza o SNUC, a Resex teve direito ao benefício de compensação, e por meio do PCAP do Bloco BM-J-2 pela empresa Queiroz Galvão, tal compensação constituiu-se uma medida condicionante do IBAMA para o licenciamento das atividades de exploração marítima de petróleo e gás natural de curta duração (no caso a atividade de perfuração do BM-J-2) (PARTICIPAR, 2015).

Os extrativistas estiveram envolvidos de modo coletivo no processo de recebimento da compensação, abrangendo todas as comunidades, uma vez que não queriam que a empresa Queiroz Galvão (exploradora de petróleo e gás) e a empresa por ela contratada para execução das atividades de mobilização e preparação dos beneficiários da Resex para o recebimento da compensação fossem as responsáveis por todo o processo preparatório. Os extrativistas consideravam que as comunidades já possuíam um grau elevado de mobilização e que a AMEX, enquanto entidade representativa das comunidades na Resex, realizaria de modo satisfatório a mobilização dos extrativistas. Desse modo, as ações iniciais deveriam ser feitas pelos líderes das comunidades, não sendo necessária a criação de um marco zero, já que as comunidades já vinham de um processo constante de preparação e capacitação, tendo desse modo todo um histórico a ser considerado, conforme pode ser observado no depoimento a seguir:

E pegamos, dissemos: vocês não vão mobilizar ninguém aqui em Canavieiras, nem em Belmonte, nem em Pedras de Una, porque a comunidade aqui é mobilizada. [...]. Então não é vocês quem vão mobilizar nada aqui não. Vocês avisam só o dia das atividades e também qual é atividade, porque vai ter atividade que a gente não vai aceitar vocês fazerem aqui não. Esse processo de targetinha, para induzir a comunidade aqui também não vai funcionar, A comunidade aqui sabe o que quer! (ENTREVISTADO I, 2015).

De acordo com o Relatório da Participar (2015), a metodologia adotada pela empresa Queiroz Galvão para capacitação dos extrativistas teve um rumo diferente do que já havia sido planejado pela empresa, uma vez que na Resex a compensação partiu do pressuposto de fortalecimento da Reserva e institucionalidade legítima dos pescadores. A exigência de adequação da metodologia de trabalho foi uma condição posta pelos extrativistas, já que a partir do questionamento dos mesmos é que o percurso metodológico que seria adotado pela empresa foi alterado. Assim, em vez de um

diagnóstico iniciado a partir de um marco zero, houve a realização de uma Oficina de Análise das Demandas apresentadas pelos Conselheiros Extrativistas da Resex após consulta às suas bases comunitárias (PARTICIPAR, 2015).

Desse modo, no processo de mobilização, capacitação e de decisão sobre como e em que usariam o recurso do PCAP, o nível organizacional dos extrativistas foi fundamental, haja vista que esse processo envolvia um volume considerável de recurso financeiro, o qual caberia aos extrativistas decidirem onde deveriam ser aplicados. Assim, a organização social, confiança e o envolvimento das comunidades facilitaram a condução das ações, que tiveram por base a negociação e o diálogo – tanto entre os extrativistas e a empresa quanto entre os próprios extrativistas nas comunidades e as comunidades entre si.

A AMEX esteve à frente na condução das discussões juntamente com as demais organizações que a integram para decidir coletivamente onde o recurso seria injetado e de que modo o seria. Assim, foi definido que cada comunidade deveria reunir-se, levantar as demandas e prioridades nas quais desejariam que o recurso fosse investido. Para tanto, cada organização foi encarregada de sentar com seus membros, analisar e elencar aquilo declarado pelo grupo como prioritário, levando posteriormente de forma coletiva para discussão com a empresa Queiroz Galvão.

Inicialmente, a Queiroz Galvão declarou dispor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinados ao pagamento de compensação. Baseados nisso, a AMEX e as comunidades, com apoio de algumas organizações (Fundação Getúlio Vargas, UESC, PANGEA e CI), iniciaram o processo de elaboração dos projetos de acordo com a demanda e necessidade priorizada por cada comunidade. Algumas comunidades definiram que sua prioridade seria a construção de sedes de associação; outras decidiram-se pela reforma e ampliação de sedes das associações que já possuíam; construção de uma linha de rádio VHS; embarcações; equipamento para melhorar embarcações; salvatário; construção de um Centro Social para reuniões; reforma da fábrica de gelo; ampliação da cozinha para o Festival da Moqueca que acontece na Resex²⁸, entre outros. Após a construção desses projetos, como eram demandas

²⁸Evento festivo da Resex Canavieiras criado na comunidade de Atalaia. Esse evento acontece no domingo de carnaval e foi criado com o objetivo de levar os turistas para dentro da comunidade. Consiste em um festival no qual as mulheres preparam uma diversidade de pratos com frutos do mar (moqueca) e os participantes têm a oportunidade de experimentar e conhecer quantos pratos desejarem. Inicialmente era algo mais simples: as pessoas pagavam e participavam. Nos últimos tempos, já está mais elaborado, havendo camisas e pulseiras para os participantes. Segundo informações de campo, o festival já chegou a envolver cerca de 350 participantes. Embora tenha surgido em uma comunidade específica, pós-criação

distintas, os preços dos mesmos variaram bastante, havendo projetos de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) a R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais). O somatório de todos os projetos envolvendo as 14 organizações totalizou R\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais), um valor acima do que a empresa havia informado ter disponível para a compensação.

Diante desse cenário, houve a necessidade de negociação junto à Queiroz Galvão, a fim de apresentarem os projetos criados justificando o valor final da somatória dos mesmos para que assim a empresa pudesse aprovar. Para tanto, foi necessário capacitar lideranças das associações e das comunidades para essa negociação. Essas capacitações foram realizadas pelo PANGEA e envolveram distintas áreas (legislação pesqueira, ambiental, aquaviária, previdenciária, trabalhista, contábil, entre outras), visando preparar esses extrativistas para a defesa dos projetos criados na reunião de apresentação junto à Queiroz Galvão.

Para apresentar os projetos e defender os novos valores foi realizada uma reunião com a Queiroz Galvão e a Participar (empresa responsável pela execução das atividades): “Com o domínio sobre os crivos dos PCAPs, os conselheiros levaram propostas já adequadas ao valor-base divulgado e com viabilidades técnica e ambiental” (PARTICIPAR, 2015, p.1). Assim, por meio do diálogo e das explicações do porquê da elevação dos valores e qual a importância de cada uma das demandas pleiteadas no projeto, a empresa exploradora de gás aprovou as propostas. Desse modo, foi desembolsado pela Queiroz Galvão o valor total da somatória dos projetos envolvendo as 14 organizações comunitárias, ou seja, R\$ 552.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil reais).

Contudo, a AMEX também disponibilizou a sua contrapartida (escritório, embarcações, material humano, entre outros), elevando desse modo o valor do projeto para R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais). Diante disso, a Resex, por meio da AMEX, ficou encarregada de executar os projetos. A assessoria técnica da Participar aconteceu de forma mínima, limitando-se apenas ao papel de facilitador de um processo endógeno de desenvolvimento (PARTICIPAR, 2015).

A execução do projeto iniciou-se a partir de 2011 e encerrou-se em 2014, e nesse período foram realizadas todas as ações propostas, as quais foram de suma importância

da Resex passou a integrar as demais comunidades, as quais contribuem na elaboração e participam da festa. Hoje é um evento da Resex realizado na comunidade Atalaia na Associação de Pescadores e Marisqueiras de Atalaia (APEMA) em virtude de que esta é a comunidade mais urbana a integrar a UC.

a organização dos extrativistas e as redes e parcerias existentes que auxiliaram e prepararam os extrativistas para esse processo. As Figuras 13 e 14 apontam duas sedes de associações das comunidades as quais foram respectivamente reformadas e construídas com recurso do PCAP.



Figura 13. Sede da Associação Comunitária de Atalaia, reformada a partir de recurso do PCAP.

Foto: Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 14. Sede da Associação dos Tiradores e Catadores de Caranguejo, construída a partir de recurso do PCAP.

Foto, Pesquisa de Campo, 2015.

Também foram adquiridas com recursos do PCAP embarcações para transporte de alunos das comunidades para as escolas no município de Canavieiras, uma vez que uma preocupação observada na Resex está associada com a educação dos jovens e a sua preparação para realização do trabalho na Resex futuramente. Isso porque as lideranças que hoje estão no processo em algum momento terão que dar espaço aos novos atores, os quais serão fundamentais para a continuidade as ações que vêm sendo desenvolvidas. Além disso, a educação é importante também enquanto mecanismo de emancipação dos sujeitos. Em suma, o recebimento do PCAP possibilitou a aquisição de diversos equipamentos e de estruturas físicas fundamentais para a realização das atividades na Resex.

6.3. Acesso a programas para a construção de habitação popular

Embora o acesso à moradia constitua um dos vários direitos básicos contidos no Constituição Federal Brasileira vigente, observa-se nos dias atuais uma diversidade de pessoas vivendo em condições habitacionais precárias, sobretudo nas regiões periféricas e no meio rural.

Desse modo, o poder público, em suas diferentes instâncias, precisa pensar, debater e buscar implementar alternativas que possam contribuir para minimizar este que é um problema significativo e que interfere em um direito básico fundamental,

visando desse modo, por meio de políticas públicas adequadas e direcionadas, contribuir para sanar tais problemas.

Nesse contexto, outra importante conquista identificada na pesquisa está associada à construção de habitações através de dois projetos financiados pela Caixa Econômica Federal e também pelo Banco Paulista. A execução desses projetos iniciou-se a partir da luta dos extrativistas, da articulação em redes e das parcerias existentes, uma vez que, como a Resex Marinha de Canavieiras não possui o apoio do poder público local, a articulação com as demais prefeituras dos municípios que integram a Resex fora de suma importância, além de outras instituições de apoio.

Nas comunidades, muitos extrativistas possuíam casas de madeira em condições precárias, sendo que os mesmos não dispunham das condições financeiras que lhes permitissem reformar ou construir outras casas. Assim, os programas sociais a que tiveram acesso representaram importante conquista; os depoimentos a seguir evidenciam essa questão:

Tinham companheiros que moravam em casa de palha. Hoje eles têm uma casa, é tijolo. Eles têm um teto hoje. Não que antes não fosse, mas a questão era que a casa era precária, era chão de areia (ENTREVISTADO B, 2015).

De 2008 para trás, Campinhos estava no anonimato, não tinha nada! As casas do pessoal lá eram cobertas de plástico com palha ao redor, palha de coqueiro e o chão era chão mesmo e pronto, acabou! Tinha casa que já tinha um buraco de tanto varrer (ENTREVISTADO C, 2015).

Esses projetos habitacionais foram executados na Resex em duas etapas: no primeiro momento através do Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) e no segundo por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Criado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o PNHR tem como objetivo subsidiar a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Já o PHIS é um programa de apoio a construção habitacional para famílias de baixa renda, cujo principal objetivo é viabilizar o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos em localidades urbanas e rurais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015). Ambos os programas foram criados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida objetivando dar subsídios à construção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Segundo dados de campo, a identificação da necessidade de investimentos na área habitacional foi constatada a partir dos resultados de um projeto desenvolvido pela Empresa Invest Tur, intitulado Projeto Envolver, o qual teve como propósito realizar

um senso para conhecer quem eram e como viviam os extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras. Nesse levantamento constatou-se que os problemas habitacionais caracterizavam-se como uma das principais demandas na área pesquisada.

Assim, no primeiro momento de execução do projeto habitacional (2009), foram destinadas 260 casas para a Resex com recursos oriundos da Caixa Econômica Federal e do Banco Paulista. No entanto, os responsáveis só conseguiram a documentação para aquisição de apenas 85 habitações devido ao fato de que muitas pessoas não confiaram em entregar seus documentos, duvidando que as casas de fato pudessem ser construídas. Além disso, o nível de confiança entre muitas pessoas estava abalado em virtude do processo pelo qual passaram até a criação da Resex.

Com a confiança abalada, nem todos os extrativistas se sentiam seguros em entregarem os seus documentos para que os responsáveis pela organização da documentação para a aquisição das casas pudessem fazer os trâmites legais. Assim, pode-se associar tal acontecimento à importância da confiança para o fortalecimento das relações entre os grupos, representando uma fonte a partir da qual as pessoas sentem-se seguras em cooperarem uns com os outros. Nesse sentido, Francis Fukuyama (1996, p. 40), afirma que “as comunidades dependem da confiança mútua e não desmontarão espontaneamente sem ela”. Para Gambetta, para que haja cooperação é preciso não apenas confiar nos outros, mas também acreditar que se tem a confiança dos outros (GAMBETTA, 1988 apud PUTNAM, 2006).

Desse modo, a não entrega da documentação nesse momento era fator justificável, tendo em vista o processo desgastante pelo qual os extrativistas passaram até a criação da Resex. Por isso, além de tempo, era necessário haver bons resultados das ações oriundas da Resex para que a confiança pudesse ser restabelecida, uma vez que o medo e desconfiança em relação às pessoas e aos processos estiveram imersos durante muito tempo em conflitos, disputas e incertezas.

Assim, os trâmites iniciais para a construção das primeiras habitações foram realizados com base apenas na documentação adquirida para as 85 casas. Contudo, ao iniciar a construção dessas casas, surgiram outras pessoas que, ao verem que de fato o projeto estava em execução, quiseram ter acesso ao mesmo. Diante disso, aumentou o número de casas construídas, sendo executadas 140 das 260 disponibilizadas. A ONG AMOVA foi a responsável pela gestão e execução do projeto juntamente com a AMEX.

No processo para a construção das casas, as comunidades estiveram diretamente envolvidas, uma vez que a cooperação e solidariedade caracterizaram-se como

mecanismos fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho. Já que os rios da região não comportam a navegação de grandes embarcações, todo o transporte de material para a construção das casas foi feito em pequenas embarcações. Foi necessário maior esforço humano, sendo que em algumas comunidades a dificuldade logística era maior que em outras por conta das especificidades de cada uma, como descrito nas falas dos extrativistas a seguir:

Aí dentro desse processo todo, carregar material para Campinhos de canoa, lá em carro de boi, na mão! Barra Velha que você vai ver lá como é! Que é uma dificuldade. E isso demorou muito para fazer diante do cenário daquilo que a gente achava que ia ser rápido né? Mas demorou um tempo que para o Estado foi recorde, o Estado não esperava que a gente conseguia executar isso aqui porque nunca tinha sido feito casas na Bahia desse jeito, dentro de ilha para pescador lá no lugar não sei aonde, sem ter energia. Mas aí a gente conseguiu mostrar a viabilidade, que foi exequível as 85, aí depois vieram mais 56, depois vieram mais, enfim! (ENTREVISTADO I, 2015).

Aquilo foi um desafio. Um desafio para o Estado. Aí você entende aonde entra a cooperação? Porque para fazer aquilo ali se não tivesse cooperação não aconteceria não, não existia! (ENTREVISTADO, B², 2015).

Após a execução do PHIS, essa ação concorreu junto a Caixa Econômica ao prêmio “Melhores Práticas em Gestão Local”. Esse prêmio pertence a um Programa da Caixa Econômica Federal, cuja principal objetivo é reconhecer e valorizar as experiências bem-sucedidas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e disseminá-las por todo o país (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015). Segundo informações de campo, a experiência da Resex Marinha de Canavieiras ficou entre as 20 melhores do Brasil, o que contribuiu para que a Caixa investisse novamente nesse setor na área da Resex por meio de outro programa habitacional, o PNHR, oferecendo 500 unidades habitacionais, com o intuito de zerar o déficit habitacional da Resex.

O PNHR iniciou-se em 2013 tendo um alcance para além das áreas pertencentes à Resex que ficam localizadas no município de Canavieiras-BA, abrangendo também Pedras de Una-BA, Belmonte-BA e o Distrito de Vida Brasil, localizado nas proximidades do município de Ilhéus-BA, o qual é formado por agricultores familiares. O distrito, mesmo não se encontrando dentro da poligonal da Resex, também foi incluído nessa nova fase do projeto de habitação popular em virtude da grande necessidade constatada.

Embora a Caixa Econômica tenha disponibilizado as 500 unidades habitacionais, o projeto não foi executado na totalidade em virtude do corte nas verbas para o Programa (103 unidades construídas até o período de realização da pesquisa).

Nas Figuras 15 e 16 é possível observar os padrões das casas de madeira comumente encontrados nas comunidades e das casas construídas pelos programas habitacionais.



Figura 15. Padrão das casas de madeiras comumente observadas nas comunidades da Resex.

Foto, Pesquisa de Campo, 2015.



Figura 16. Padrão das casas construídas através dos projetos habitacionais.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Segundo relatos de campo, ainda hoje existem nas comunidades muitas casas de madeira. Porém, ainda que os programas habitacionais acessados na Resex não tenham sido suficientes para contemplar todos os extrativistas que necessitam dessa ação, as habitações populares construídas representaram uma conquista significativa para muitos extrativistas que viviam em casas em condições precárias e que não dispunham de recursos financeiros para reformar ou construir habitações melhores do que as que residiam. Direitos esses historicamente negados à classe trabalhadora.

6.4. Acesso ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde

A década de 1990 trouxe uma progressiva mudança de concepções no que diz respeito às formas de tratamento direcionado ao uso dos recursos naturais, passando de um entendimento marcado pelos princípios punitivos para uma concepção voltada ao oferecimento de compensações financeiras aos que consigam conservar tais recursos (SIMÃO et al, 2013). Nesse sentido, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, ou Bolsa Verde, como é popularmente tratado, caracteriza-se como uma dessas novas formas de lidar com a relação homem e natureza. Esse programa faz parte do Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal e foi instituído pela Lei 12.512 e regulamentado pelo Decreto Nº 7.572 de 28 de setembro de 2011 (MMA, 2016). Seus principais objetivos são:

- 1) Incentivar a conservação dos ecossistemas (manutenção e uso sustentável),
- 2) Promover a cidadania e melhoria das condições de vida,
- 3) Elevar a renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural, e
- 4) Incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, técnica e profissional (MMA, 2016, s/p).

O Bolsa Verde concede a cada trimestre um benefício de R\$ 300,00 (trezentos reais) às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e assentamentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária. Além disso, territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais também podem ser inclusos nesse programa, assim como outras áreas rurais definidas por ato do Poder Executivo (MMA, 2016). Segundo dados do MMA (2016), até fevereiro de 2016, havia 428 famílias da Resex Marinha de Canavieiras beneficiárias do Programa Bolsa verde.

Embora o programa seja importante para o apoio e incentivo à conservação ambiental, notou-se no decorrer da pesquisa de campo alguns questionamentos e inquietudes por parte dos extrativistas, sobretudo no que diz respeito aos critérios de escolha dos beneficiários a serem contemplados. Segundo relatos de campo, há uma deficiência nos critérios de acesso ao programa, de modo que muitas extrativistas que exercem de fato atividade de conservação ambiental em alguns casos não são beneficiárias do Bolsa Verde. Ao passo que “pés enxutos” (expressão comumente usada entre os extrativistas da Resex para referir-se pessoas que se dizem pescadores e que

não realizam a atividade de fato) são contemplados pelo programa, o que pode ser observado no trecho a seguir.

O mal é que cai sempre em mãos erradas (*o Bolsa Verde*), porque quem utiliza a área mesmo nunca vem. Só cai sempre na mão do “pé enxuto” que não faz nada! Só cai em mão errada! Tem gente que tá morando em Vitória, que foi embora de Belmonte e recebe Bolsa Verde. Aí quando eu falo que tem que ter o governo, a fiscalização. Eu estou de acordo, sabe por quê? É muita coisa, muito dinheiro jogado fora e caindo em mão errada (ENTREVISTADO C², GRIFOS NOSSOS).

O trecho anterior evidencia a importância de reavaliação dos critérios de seleção dos beneficiários, havendo também a necessidade da atuação dos órgãos competentes na fiscalização desse programa para que o Bolsa Verde possa ser utilizado efetivamente por pessoas que residem em áreas da Resex, que dela fazem uso e que, portanto, praticam a conservação ambiental desse espaço.

No entanto, apesar de haver casos em que os beneficiários do Bolsa Verde sejam os chamados “pé enxuto”, esse programa é uma importante política pública acessada dentro dos limites da Resex, contribuindo para o aumento da renda das famílias e também para a economia local, à medida que o dinheiro recebido por esses beneficiários é utilizado para realização de compras dentro do próprio município – inclusive utilizando-se em alguns casos da moeda social do BAMEX, conforme pôde ser constatado nas entrevistas.

6.5. Perspectivas e desafios da organização comunitária na Resex Marinha de Canavieiras

Considerando que a Resex Marinha de Canavieiras integra um contexto de distintas disputas e de interesses antagônicos, pressupõe-se que para o seu fortalecimento e melhor andamento futuro ainda existem muitos desafios a serem enfrentados e superados. Embora nessa Resex sejam perceptíveis as mudanças em seu nível de participação, forma de gestão e dinamismo das diferentes redes que a integram, alguns fatores ainda carecem de atenção e cuidado a curto e longo prazo.

Dados de campo revelaram que as lideranças mais atuantes atualmente são em grande parte as mesmas que estiveram envolvidas no processo de criação da Resex. Tal fato não chega a ser uma característica negativa, mas pode ser preocupante para o futuro dessa unidade, haja vista que com o passar do tempo as lideranças atuais precisarão dar espaços a novos protagonistas, os quais poderão continuar a realização dos trabalhos e a busca pelo fortalecimento e por novas conquistas para o espaço e para os beneficiários.

Essa preocupação é percebida entre as próprias lideranças, que almejam maior participação e envolvimento dos jovens na Resex, conforme observa-se no depoimento a seguir.

[...] Acho que nós sempre priorizamos mais a luta de criar e consolidar a Reserva e não definirmos algumas estratégias que a gente está decidindo, planejando definir agora, que é como a gente vai perpetuar o nosso processo. Até porque, essas lideranças que aqui estão, a gente tem um prazo de validade e que se a gente não tiver clareza, a gente corre o risco de daqui a 20, 30 anos ter uma Reserva Extrativista com as mesmas lideranças. E aí não é o que a gente quer! Ou então sem liderança! (ENTREVISTADO W, 2015).

Para tentar sanar tal dificuldade, é necessário maior capacitação e envolvimento dos jovens, o que deve ser feito desde cedo ainda no ensino básico, visando contribuir para o entendimento da importância da Resex enquanto espaço de garantia territorial e da preservação dos meios de vida tanto da fauna e da flora, quanto das populações tradicionais que ocupam e usam o espaço. Assim, esses jovens futuramente poderão ocupar os espaços de liderança das organizações comunitárias e da Resex: “Porque se não tivermos o protagonismo da juventude, a gente não perpetua a Reserva Extrativista. Então esse território hoje ele pertence a nós, mas nós estamos cuidando dele para uma geração que vem aí, ou que já está aí [...]!” (ENTREVISTADO W, 2015).

De acordo com dados do relatório ICMBio/UFV (2015), tendo por base a percepção dos responsáveis familiares (aquele a quem eram direcionadas as entrevistas), 61,60% desses responsáveis acreditavam que os jovens não teriam interesse em permanecer na Resex, em virtude, sobretudo, da ausência de oportunidade de trabalho que proporcionasse um desenvolvimento profissional e da consequente limitação na obtenção de renda desses jovens. No entanto, para 38,40% destes respondentes, os jovens teriam interesse em permanecer. Os fatores que motivaram tais respostas estão associados ao fato de que os entrevistados acreditam que esses jovens gostam da tranquilidade e liberdade proporcionada no lugar, possuem segurança familiar e gostam da região, além da oportunidade de ficarem próximos de seus familiares (ICMBIO/UFV, 2015).

Dados de campo revelaram que tal preocupação tem sido refletida nos últimos tempos, e por isso vem se pensando na criação e execução de projetos que possam incluir os jovens. Um dos projetos em pauta intitula-se Jovens Protagonistas e será realizado em parceria com outras duas Resex Marinha do Estado (Resex Marinha de

Cassurubá e Resex Marinha de Corumbau), com financiamento de recurso internacional.

Segundo Antônio Costa (2007), o protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, pressupõe a criação de espaços e condições que possibilitem aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. De acordo com o autor, o cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida em diferentes espaços, seja na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2007).

Nesse sentido, outra forma de tentar contribuir para o envolvimento e o protagonismo dos jovens esteve em pauta na reunião do Conselho Deliberativo que aconteceu nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2015 na Resex, quando foi debatido e construído o planejamento das atividades para o ano seguinte (2016). Nesse planejamento incluiu-se a capacitação para os jovens e realização de oficinas visando perpetuar os conhecimentos tradicionais desenvolvidos na Resex (construção de embarcações, apetrechos de pesca, etc.). Tais ações objetivam sanar uma preocupação que é constante na Resex Marinha de Canavieiras como um todo, uma vez que a preocupação não centra-se apenas na formação de lideranças aptas, mas também na perpetuação das tradições que, ancestralmente, vem sendo desenvolvidas nesse território.

Outro fator que pode ser caracterizado como um desafio futuro para a Resex diz respeito à participação. Embora nesse quesito tenham sido identificados consideráveis avanços se comparado com antes da criação da Reserva, ainda se faz necessário maior envolvimento da base, uma vez que isso nem sempre acontece; a participação de forma mais ativa fica focada principalmente nas lideranças.

É importante também que as pessoas possam sentir-se motivadas a participarem e que reconheçam a importância da participação enquanto mecanismo fundamental de decisão e de conhecimento. Segundo dados de campo, em determinadas circunstâncias a participação fica muito atrelada a ganhos materiais, fazendo com que em determinados espaços ou reuniões, as pessoas só participam se acreditam que podem ter algum benefício tangível, lotando assim esses espaços. No entanto, se for uma reunião para socialização de conhecimento, debate ou algo intangível que seja de interesse das comunidades ou da Resex, a participação torna-se bem menor, conforme observado na fala do entrevistado a seguir:

Tem dias que só fica dois três. Aí se já ganharam a casa diz: ah, reunião, negócio chato, a gente fica lá o tempo todo [...]. Olha esse mês que passou eu não vou mentir para você. Você teve lá não teve? Não deu para todo mundo aquela sede! Porque é pequena né? Teve que formar mais dois grupos do lado de fora. Porque falaram que era sobre o benefício que estava vindo aí, sobre o documento da casa (ENTREVISTADO F, 2015).

Outro fator que preocupa diz respeito à construção do Plano de Manejo da Resex, o qual, conforme relatado anteriormente, deveria ser elaborado em até cinco anos após a sua criação, mas que até o momento de realização da pesquisa ainda não havia sido feito. Além do plano de manejo, outra necessidade que pode ser descrita como um desafio ou perspectiva futura para a Resex refere-se ao cadastro de pesca esportiva, que precisa ser elaborado para tentar impedir a pesca predatória nas áreas da Resex.

Através dessas dificuldades na elaboração de documentos/mecanismos fundamentais para a gestão da Resex, outra fragilidade observada está associada à rotatividade de gestores da Resex, fato que, de acordo com informações de campo, atrapalha o andamento dos trabalhos. O depoimento abaixo ilustra esse fato:

Então a gente vive numa realidade que entra um chefe começa a fazer uma coisa, até coisas boas! Aí entra outro, aquilo que é bom que o outro fez é jogado fora! Parece político né? Mudou o prefeito, o que o prefeito anterior fez é jogado fora. Não se tem memória histórica das coisas aqui, a não ser a memória das lideranças e das associações. O ICMBio não tem memória histórica. Se você chegar lá hoje perguntar: eu queria que você me mostrasse para nós aí os formulários que o cadastro da pesca esportiva, a campanha publicitária que foi feita para divulgar que o pescador esportivo precisava se cadastrar. Se você perguntar lá você não tem, não vai ter! Se você perguntar lá onde é que está os planejamentos para conclusão do plano de manejo da Resex Canavieiras, você não vai achar. Cara, isso não existe na gestão pública, a gestão pública não pode se dar dessa forma (ENTREVISTADO W, 2015).

No momento de Realização da presente pesquisa, a Resex Marinha de Canavieiras estava em sua quinta gestão. As trocas de gestores aconteceram por decisão do ICMBio, por solicitação de remoção do próprio gestor e em dois casos por solicitação dos extrativistas. Desse modo, quando estão insatisfeitos com o trabalho dos gestores os extrativistas solicitam ao ICMBio Brasília a retirada dos mesmos.

No que diz respeito à relação entre os extrativistas e a gestão atual da Resex, esta acontece de forma relativamente tranquila. No entanto, durante as entrevistas e as observações de campo, foi perceptível uma forte crítica à forma de atuação do ICMBio Canavieiras em suas abordagens (fiscalização) aos extrativistas. Questionava-se que a

atual gestão da Resex Canavieiras não estaria preparada para realizar esse tipo de ação, uma vez que a forma como estes agem pode ser constrangedora para o extrativista. Desse modo, os extrativistas consideram necessário que seja mais respeitada a dimensão humana dos processos, pois de acordo com os entrevistados, os servidores que ali estão precisam considerar que não trabalham apenas com questões ambientais, mas também uma diversidade de atores pertencentes àquele contexto, os quais precisam de um cuidado maior até do que o próprio meio ambiente: “o macaco prego a ser protegido aqui somos nós” (ENTREVISTADO W, 2015).

Segundo Diegues (2001), para que a ação dos grupos ambientalistas seja mais efetiva é necessário que esses deixem de lutar apenas pelo “verde”, incorporando em sua luta a defesa das populações que sempre utilizaram e ainda utilizam os ecossistemas costeiros, uma vez que em muitos casos isso é fundamental para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais renováveis. Sendo assim, é necessário que o ICMBio leve tais críticas em consideração e reveja seus posicionamentos frente às abordagens realizadas e sua forma de lidar com os extrativistas.

No que se refere às formas de abordagens e as atuações, segundo os entrevistados o ICMBio tem atuado mais punitivamente com os extrativistas desprovidos de capital financeiro, pois, segundo eles, quando acontecem as infrações por aqueles que eles chamam de “grandes”, o ICMBio faz “vista grossa”.

Contudo, um aspecto positivo observado foi que, diante de todas as reclamações, incômodos e inquietudes dos extrativistas, nos espaços de debate, sobretudo na reunião do conselho e durante as entrevistas ou em diálogos informais com pessoas da comunidade, os mesmos não se calam frente àquilo que os incomodam.

Durante a reunião do conselho foi possível observar alguns momentos em que os extrativistas pediam a palavra e expunham sua insatisfação, enfatizando a necessidade de maior capacitação dos analistas para desenvolver as abordagens e no cuidado com as pessoas abordadas. Assim, no planejamento realizado pelo conselho para o ano de 2016, incluía-se capacitação dos analistas do ICMBio para esse tipo de ação. Entretanto, apesar das fragilidades e das críticas tecidas, o trabalho da gestão atual é caracterizado como bom.

Além das diversas opiniões contrárias à forma de atuação do ICMBio Canavieiras, outra crítica feita foi com relação ao papel do Estado frente às Resex. Para alguns entrevistados, o Estado não tem cumprido o seu papel de forma satisfatória, uma

vez que tem criado as unidades, mas não tem garantido as condições necessárias para o seu funcionamento, conforme observa-se no relato do entrevistado B².

Eu acho que um filho quando se coloca no mundo tem que ter responsabilidade. Ai quando eu vejo a deficiência do governo, do próprio ICMBio Brasília que parece que é assim: Não, vamos criar mais aquele filho ali, vamos botar mais aquele filho no mundo. Não é assim! É deixar de qualquer jeito não! Porque filho a gente põe no mundo e a gente tem que orientar, tem que tá ali cuidando, tem que está perto, né? E não é o que acontece. Às vezes tem tantas discussões, tem as pautas e a própria gestão, que a gente muitas vezes dá uma cacetada na gestão que tá, mas não é eles que tem que tá ouvindo isso da gente, quem tem que ouvir é o ICMBio Brasília, porque eles que não tem apoiado, não tá agindo como o pai da criança (ENTREVISTADO B² 2015).

A crítica feita se estende ao modelo de gestão institucionalizada adotado pelo ICMBio, pois segundo relatos de campo, esse modelo tem gerado problemas, sendo, portanto, necessário refletir sobre essa estratégia. O relato do entrevistado W evidencia que o atual modelo de gestão vai contra os objetivos pleiteados pelos precursores do movimento pela criação das Reservas Extrativistas, uma vez que impõe aos extrativistas a condição de subordinado a uma organização maior, fato que fere os princípios pelos quais lutara Chico Mendes (principal protagonista da luta pela criação das Reservas Extrativistas).

O ICMBio ele é um órgão que foi criado e leva o nome da pessoa que pensou reserva extrativista mas se você perguntar assim, se alguém me perguntar se o Chico Mendes gostaria de ver reserva extrativista do jeito que está hoje? Eu acho que ele poderia até gostar de ver a quantidade reserva extrativista que nós temos, mas se fosse responder se ele gostaria de ver um chefe de reservas extrativistas dizer para ele que ele tem que fazer com certeza não iria gostar né? Chico Mendes não lutou para ter um chefe de reserva extrativista. Ele lutou para ter um espaço democrático, com o poder da comunidade na gestão, entendendo? Então o ICMBio hoje não responde a demanda que nós temos colocado para eles (ENTREVISTADO W, 2015).

Assim em alguns momentos do trabalho de campo falava-se em gestão autônoma (caso seja necessário a mudança de mais uma gestão na Resex), uma vez que consideram que o modelo gestão adotado não está sendo satisfatório, defendendo então que a gestão da Resex possa ser feita pelos próprios beneficiários. Segundo os extrativistas, caso necessário a AMEX estaria apta para isso, conforme observa-se no depoimento a seguir:

Se é para defender uma coisa nós vamos defender a saída do ICMBio daqui. Sabe? O ICMBio vá para onde quiser, passa a autonomia de gestão para a comunidade. Porque para vim fiscalizar, bater um pescador e deixa o rico de lado, isso aí outros órgãos podem fazer da mesma forma. (ENTREVISTADO W, 2015).

Contudo, essa é uma perspectiva futura, caso a relação com a gestão atual venha a ter maiores problemas, pois de acordo com liderança entrevistada, se a gestão atual

não der certo será solicitada a gestão autônoma da Resex: “Se não for juridicamente possível a gente torna politicamente possível e depois torna juridicamente possível, porque as leis elas são muda de acordo com os interesses políticos” (ENTREVISTADO W, 2015); “Se dessa vez, com essa gestão que tá aí agora não der certo, nós vamos partir para isso aí. Já vamos partir para o governo para pedir mesmo que a gente venha governar aqui, tomar conta!” (ENTREVISTADO Y, 2015).

Outro desafio potencial para a Resex refere-se à insatisfação do grupo contrário à sua criação, cujos integrantes ainda hoje (nove anos após a criação), não conformados, tentam algum meio para invalidar o Decreto de criação, objetivando com isso transformar a Resex em um APA.

Apesar de todos os desafios, destaca-se que a criação da Resex Marinha de Canavieiras proporcionou significativos avanços para a população extrativista, tanto no que se refere a ganhos e conquistas comunitárias quanto com relação ao conhecimento, participação, organização e empoderamento desses sujeitos e das comunidades, o que, por outro lado, não elimina a existência de desafios futuros.

Contudo, cabe salientar que a identificação das questões que podem caracterizar-se um entrave futuro para a Resex – sobretudo no que diz respeito à gestão desse território – tem uma importância significativa, haja vista que as medidas necessárias para sanar tais impactos podem ser pensadas desde já. Isso evitaria maiores problemas a longo prazo, uma vez que a ausência de pessoas com conhecimento e as competências necessárias ao exercício da gestão territorial pode vir a afetar a continuidade dos trabalhos até então desenvolvidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar o processo de constituição da Resex Marinha de Canavieiras, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, localizada na região Sul do Estado da Bahia, enfatizando as mudanças ocorridas para os extrativistas após sua criação.

As ferramentas empregadas durante o período do trabalho de campo e a articulação dos resultados obtidos com a literatura utilizada permitiram verificar que o processo de mobilização social para a criação da Resex Marinha de Canavieiras se assemelha ao contexto de surgimento das Reservas Extrativistas no Brasil, no qual houve uma diversidade de lutas sociais envolvendo distintos povos e comunidades tradicionais, os quais, por conta da constante exploração madeireira e de outros recursos naturais, viam seu espaço e meios de vida e sobrevivência ameaçados.

Desse modo, a ameaça ao meio ambiente e ao território ocupado por tais populações constituiu a força motora que motivou a união em prol da luta pela demarcação do seu espaço, almejando com isso beneficiar a toda categoria de envolvidos (OLIVEIRA FILHO, 2012; CHAMY, 2004). Assim, as conquistas adquiridas a partir de tais lutas possuem uma importância histórica que ultrapassou as fronteiras do seu contexto de surgimento, contemplando ainda hoje diversos povos e comunidades tradicionais.

De forma similar, a Resex Marinha de Canavieiras e seu processo inicial de mobilização é motivado, sobretudo, a partir das ameaças aos recursos naturais, ao espaço e às atividades desenvolvidas pela população. Tais fatores constituíram a força impulsionadora para as mobilizações pela criação da Resex, visando a garantia territorial e manutenção dos meios de vida da população tradicional, as quais viram suas atividades ameaçadas em virtude da carcinicultura, especulação imobiliária e da grilagem na região.

Assim sendo, o processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras esteve imerso em uma diversidade de conflitos, sendo que, para lograr êxito, foi necessário a união, envolvimento e participação dos extrativistas enquanto sujeitos sociais protagonistas dessas ações. Além disso, o apoio e parceria de diversos outros atores e instituições foram fundamentais nesse processo. Desse modo, o envolvimento e

participação dos extrativistas aliado aos apoios e parcerias firmadas possibilitaram uma série de benefícios e ganhos para a Resex de modo geral.

O estudo evidenciou a importância do conflito enquanto mecanismo que impulsionou os extrativistas favoráveis à criação da Resex a se organizarem em prol dos objetivos por eles pleiteados. Nesse caso, o conflito pode ser associado à perspectiva de Simmel (1983), que o caracteriza como sendo socialmente importante e capaz de produzir ou modificar grupos de interesses. Isso porque o conflito que emerge em meio ao processo de criação da Resex Marinha de Canavieiras, embora crie um cenário de distintas disputas e de interesses antagônicos e gere em determinados momentos ameaças, sensação de medo e desconfortos para os extrativistas, contribuiu também para que os mesmos se envolvessem e se unissem, com o intuito de superar as adversidades encontradas.

Nesse sentido, percebeu-se que organização comunitária caracteriza-se um fenômeno importante e necessário no contexto das lutas sociais, haja vista que por meio dela os sujeitos sociais, inclusive os menos desprovidos de capital financeiro, fortalecem-se mutuamente, aumentando suas capacidades e possibilidades de lutas, conquistas e ganhos coletivos. Assim, as ações para a criação da Resex Marinha de Canavieiras evidenciaram uma diversidade relações estabelecidas tanto entre os extrativistas quanto entre atores e instituições externos à Resex, os quais tiveram importância fundamental tanto no processo de mobilização e após constituição da Resex em 2006.

O modelo de gestão adotado na Resex, conforme estabelece o SNUC, é desenvolvido através do Conselho Deliberativo, espaço institucionalizado de debate, o qual possui relevante papel para a gestão territorial, permitindo que o mesmo seja desenvolvido de forma mais horizontalizada, evitando assim ações, decisões e políticas adotadas “de cima para baixo”, fator que certamente influenciaria negativamente na sua efetividade. Essa forma de gestão possibilitou o envolvimento e a interação entre o setor governamental e a sociedade civil organizada e contribuiu para que os diálogos e decisões direcionados a esse território pudessem envolver o conhecimento e aval daqueles que representam os maiores atingidos por tais decisões, que são os próprios beneficiários.

Outro espaço importante de diálogo na Resex é a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras (AMEX), a qual surge da necessidade de existência de um espaço que facilitasse as discussões e os encaminhamentos surgidos no âmbito do

Conselho Deliberativo tornando-se fundamental na tomada de decisões e na gestão de projetos criados e acessados no âmbito da Resex.

A AMEX tem importância significativa também no que diz respeito ao nível de participação dos envolvidos, uma vez que o envolvimento dos sujeitos sociais e a interação com os diferentes sujeitos que a compõem contribui para a ampliação do diálogo, permitindo maior envolvimento desses sujeitos com as demais instituições presentes nesse contexto e influenciando em seu nível de conhecimento e em sua formação sociopolítica.

Além da participação, uma série de conquistas coletivas e políticas públicas foram adquiridas e acessadas na Resex, as quais foram possíveis também em virtude da organização social que a sua criação possibilitou. Essas conquistas foram tanto tangíveis, quanto intangíveis. Dentre as quais destacam-se a garantia territorial, o aumento no nível de participação, o conhecimento e o empoderamento (sobretudo das mulheres) nesse território. Ademais, a criação de um Banco Comunitário, o acesso a benefícios do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), a construção de habitações populares e o acesso ao Programa Bolsa Verde destacam-se como algumas das mais importantes conquistas obtidas na Resex.

Com Relação ao Banco Comunitário, foi possível observar que o seu alcance e utilização ainda são muito limitados, de modo que para que essa experiência possa de fato cumprir um dos objetivos do BCD – que é o fortalecimento da economia local através da circulação da moeda social – ainda é necessário mais do que a difusão da experiência dentro da própria Resex (uma vez que a grande maioria dos entrevistados conhecem). É preciso que mais extrativistas possam de fato utilizar os serviços ofertados pelo BAMEX, assim como também ampliar o seu alcance para os demais municípios (Una e Belmonte).

Outro fator de significativa importância que emerge nesse território desde as mobilizações iniciais para a sua criação refere-se à presença e parceria com instituições governamentais, ONGs e organizações sociais, que ao longo do tempo, vai aumentando em número e também em ações. Essas parcerias foram/são essenciais para o fortalecimento dessa unidade, uma vez que de forma aliada à configuração organizativa criada a partir da Resex, os projetos e ações conjuntos com essas diversas instituições possibilitaram o acesso a muitos dos benefícios e conquistas adquiridas nesse território.

Nesse sentido, as redes sociais tiveram grande importância, tanto no que se refere aos “laços fortes”, que foram mais solidificados a partir da criação da Resex,

quanto no que se refere aos “laços fracos”, criados principalmente a partir das mobilizações iniciais para a criação da Resex; sem estes, muitas ações não teriam sido realizadas. Como exemplo destaca-se a criação do BAMEX, o qual se originou a partir do apoio da ITES/UFBA.

Finalizando, destaca-se que apesar da importância e da conquista coletiva adquirida, a Resex Marinha de Canavieiras ainda possui alguns desafios a serem enfrentados, a exemplo da capacitação e preparação dos jovens para que possam futuramente assumir a função de lideranças; a elaboração do plano de manejo, documento muito importante do qual a Resex ainda não dispõe; preservação e manutenção das atividades e técnicas tradicionais desenvolvidas na Resex, para que as mesmas não se percam com o tempo e também a forma de atuação do Estado frente à gestão da Resex, fato muitas vezes questionado durante a realização da pesquisa.

Nesse sentido, destaca-se que muitos dos desafios apontados podem ser resolvidos dentro da própria Resex; outros, porém, necessitam de uma representatividade maior, uma vez que tornam-se um desafio não apenas para a Resex Marinha de Canavieiras, mas sim para as Resex Marinhas Costeiras brasileiras como um todo, a exemplo da atuação do Estado para esse tipo de território, necessitando com isso de ações mais abrangentes. Desse modo, destaca-se assim o papel da CONFREM enquanto organização representativa dessa categoria de Resex, a qual pode pleitear junto ao Estado maior atenção e melhores políticas para as Resex Marinhas Costeiras brasileiras.

8.REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set/dez. 2001.

AGUIAR, Paulo César Bahia de. **Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2011.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Mauro Barbosa W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para se pensar em desenvolvimento local. In: SHNEIDER, Sérgio et al. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007. Org.: Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária-ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Debates**, Porto Alegre, v. 6, n.1, p.173-187, jan/abr. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009.

BELISÁRIO, Adriano. Chico Mendes: vivo látex. 2009. In: **Revista de História**. Disponível em:< <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/gente-da-historia/chico-mendes-vivo-latex>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BENJAMIN, Carolina Santos et al. Impactos Sócio-Econômicos na Região Sul Da Bahia após entrada da vassoura de bruxa e queda de preço no mercado internacional. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

BOHMAN, James. O que é a deliberação pública? In: MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas** [textos fundamentais]. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BORELLI, Elizabeth. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. **Interthesis**, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan/jun. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 11 dez. 2015.

BRASIL. **DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10844.htm>. Acesso em 10 de Jun. de 2015.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 17 de Abr. de 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.781, de 10 de janeiro de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12781.htm>. Acesso em: 20 Jan. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 15 Jan. 2016.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm>. Acesso em: 16 Jul. de 2016.

BURCKHART, Thiago. A desigualdade de gênero na sociedade brasileira. In: **Jornal Cruzeiro do Vale** (on line). 2013. Disponível em: <<http://www.cruzeirodovale.com.br/artigos/a-desigualdade-de-genero-na-sociedade-brasileira/>>. Acesso em 15 de Jul. de 2016.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Habitação de Interesse Social**. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_de_repasso_do_OGU/habitacao_interesse_social.asp>. Acesso em: 15 Dez. 2015.

____. **Programa Nacional de Habitação Rural**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 15 Dez. 2015.

____. **Melhores Práticas em Gestão Local**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/responsabilidade-social/melhores-praticas/Paginas/default.aspx>> . Acesso em: 15 Jan. 2016.

CALDAS, Paula da Silva. O Paradigma dos novos movimentos sociais para a defesa dos direitos da criança e do adolescente – breves análises. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n.18, v.2, p. 69-78, jul-dez, 2012.

CARDOZO, Leriane Silva. **Análise dos princípios da boa governança e dinâmicas de escalas em duas Unidades de Conservação no estado da Bahia, Brasil**. 2014. 193 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2014.

DIEGUES, Geraldo César. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 82-93, maio-out, 2013.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: 10º CONGRESO BIENAL DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL PARA EL ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COLECTIVA (IASCP), 2004, Oaxaca. **Anais...** Oaxaca, 2004.

COELHO, Kellen da Silva. DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. **A construção do conhecimento sobre movimentos sociais na área da administração.** In: 1º COLÓQUIO DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2011, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2011.

COELHO, Vera Schattan. A democratização dos conselhos de saúde: O paradoxo de atrair não aliados. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 78, p. 77-92. jul., 2007.

COMISSÃO DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS (CONFREM). **Quem Somos.** Disponível em: <<https://confrem.wordpress.com/pagina-principal/quem-somos/>>. Acesso em: 14 Jan. 2016.

COMISSÃO DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS (CONFREM). **Principais mudanças trazidas pela medida provisória 665/2014 e Decreto 8424/2015 que impactam a vida dos pescadores e pescadoras artesanais.** Brasília, 2014.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. **Vassoura-de-bruxa.** Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/vassoura-de-bruxa.htm>>. Acesso em: 19 Dez. 2015.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo. **Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.** 2007. Disponível em: <<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/costa-protagonismo.pdf>>. Acesso em: 06 Jan. 2016.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e povos tradicionais.** 2010. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC_COSTA_FILHO_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf>. Acesso em: 30 Abr. 2016.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, 2009.

_____. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, 2009.

CURADO, Isabela Baleeiro. Resex Canavieiras: Articulação Social como Resposta aos Conflitos Vivenciados na Criação da Unidade. In: 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Anais...** Natal, 2014.

CURI, Melissa Volpato. O direito consuetudinário dos povos indígenas e o pluralismo jurídico. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 230-247, jul./dez. 2012.

DEMO, Pedro. Direitos Humanos e Educação. Pobreza política como desafio central. **DHnet**, 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/pedro_demo.html>. Acesso em: 16 Dez. 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Diário Oficial da União, Seção 3**. Nº 249, de 30 de Dezembro de 2015, p. 161. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/106797700/dou-secao-3-30-12-2015-pg-162/pdfView>>. Acesso em: 18 Jan. 2016.

_____. **Diário Oficial da União, Seção 1**. Número 170 de 04 de Setembro de 2009. Disponível em: <http://www.ICMBio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades_coservacao/portarias/RESEX%20Canavieiras%20Port%20071%20de%2003%2009%202009.pdf>. Acesso em: 16 Jul. 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DUMITH, Raquel de Carvalho. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: o caso das reservas extrativistas marinhas. **GeoTextos**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 97-121, dez. 2012.

ECONOMIA VIVA. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES / MTE. Disponível em: <<http://www.economiaviva.com.br/?q=node/163>>. Acesso em: 15 Jul. 2016.

FADIGAS, Amanda Braga de Melo; GARCIA, Loreley Gomes. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 3, n. 22, p. 561-576, dez. 2010.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=24>>. Acesso em: 20 Jan. 2016.

FREIRE, Letícia; COELHO, Maria Emília. O longo caminho da regularização das UCs de uso sustentável. **O Eco**. 2013. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/27739-o-longo-caminho-da-regularizacao-das-ucs-de-uso-sustentavel>>. Acesso em: 23 Jul. 2015.

FREITAS, Alair Ferreira de. **Dinâmicas sociais e desenvolvimento territorial no Território Serra Do Brigadeiro**: atores, redes e instituições. 2015. 246 f. Tese (Doutorado), Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Há 30 anos matavam Wilson Pinheiro. 21 de Jun. 2010. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/ha-30-anos-matavam-wilson-pinheiro>>. Acesso em: 10 Dez. 2015.

GARCIA, Daniel Bruno. Contextualização teórica de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 4, p. 1, 2012.

GASPARONI, Mirelaine Marques. **Família, redes sociais e empoderamento: uma análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- Ubá/MG**. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 1, n. 42, p. 5-11, jan/abr 2006.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 47, p. 333-513, mai/ago. 2011.

GONÇALVES, Betânia Diniz et al. Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidade, comunidades e políticas públicas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 1, n. 10, jan/jun 2015.

GUEDES, Maria do Socorro Barbosa; PESSOAS, R. A. **Impactos Ambientais do Empreendimento Turístico Aquiraz Riviera**. In: VII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2007.

GUSMÃO, Aristides et al. **Fortalecimento Institucional, Participação e controle social**. Metodologia de atuação em municípios impactados por grandes empreendimentos. Agenda Pública. 2012.

GUTIERRE, Janete de Jesus. **Conselhos políticos nas unidades de conservação federais: a participação da sociedade civil na gestão das áreas protegidas e na consagração do direito ao meio ambiente**. Monografia (Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 30 Abr. 2016.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ICMBio/UFV. **Relatório Parcial II Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, localizada nos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte no Estado da Bahia.** Viçosa. 2015

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE-ICMBIO. **Unidades de Conservação.** Disponível em: <<http://www.ICMBio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>>. Acesso em 26 Out. 2015.

____. **Compensação Ambiental.** Disponível em: <<http://www.ICMBio.gov.br/portal/o-que-fazemos/compensacao-ambiental.html>>. Acesso em 14 Dez. 2015.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTAL-IDEMA. **Conselho gestor de UCs.** Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=1883&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 18 Ago. 2015.

JÚNIOR, Sebastião Rodrigues da Silva et al. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: reserva extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia brasileira. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 477, mai. 2014.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2004.

KAUCHAKJE, Samira. Participação social no Brasil diante da desestruturação das políticas sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para recompor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias. **Emancipação**, v. 1, n. 2, p. 159-176, 2002.

KAUFMAN, Dora. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Galáxia**, São Paulo, n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p.733-743, 2009.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2007.

MARTELETO, Regina Maria. SANTOS, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, 2004.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane (Org.). **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

MENEZES, Melissa Silva. CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, n. 16, 2004.

MILANEZ, Felipe. 25 anos sem Chico Mendes. In: **Carta Capital** (Blog do Felipe Milanez). Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/25-anos-sem-chico-mendes-1140.html>>. Acesso em 10 Dez. de 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em 21 Mar. 2015.

_____. **Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiro. Brasília, 2010.

_____. **Plano de manejo**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acesso em 18 Jan. 2016.

_____. **Relatório Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde/item/9141>>. Acesso em 21 Mar. 2016.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS; COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS. **Pontos Críticos**. Folheto informativo. Brasília, 2015.

NAKASHIMA, Mary. **Chico Mendes por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret, 1992.

OLIVEIRA FILHO, Marco Aurélio Maia Barbosa. A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. **Revista Eletrônica Centro de Memória Operária e Popular**, n. 1, mar. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set/dez. 2001.

PARTICIPAR. **Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) do Bloco BM-J-2 – Queiroz Galvão**. Disponível em: <<http://www.participar.srv.br/projetos/projeto/15#.Vm8BUr8X5LP>>. Acesso em 14 Dez. 2015.

PEIXOTO, João; EGREJA, Catarina. A força dos laços fracos: Estratégias de emprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 263-281, 2012.

PEREIRA, Bárbara Elisa; Antonio Carlos DIEGUES. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul/dez. 2010.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5 Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REDE BAIANA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento comunitário**. Disponível em: <<http://agesol.org.br/redebcbahia?s=Salvador>>. Acesso em 01 nov. 2015.

REDE BRASIL ATUAL. **Bancos Comunitários discutem novas tecnologias de moedas sociais em Fortaleza**. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/02/bancos-comunitarios-discutem-novas-tecnologias-de-moedas-sociais-em-fortaleza-448.html>>. Acesso em 01 de Nov. de 2015.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Instituto Palmas**. 2013. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em 01 de Nov. de 2015.

_____. **Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Termo de Referência foi aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Ceará 2007.

REDE MANGUEMAR BAHIA. **Mapeamento dos conflitos socioambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia**. Disponível em: <<http://terramar.org.br/oktiva.net/anexo/147463>>. Acesso em: 05 Ago. 2015.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauera da Bahia dos coronéis à vassoura de bruxa: saga, percepção, representação**. Editora da UESC: Ilhéus, 2008.

ROCHA, Tiago do Amaral; QUEIROZ, Mariana Oliveira Barreiros de. O meio ambiente como um direito fundamental da pessoa humana. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 95, dez. 2011.

RODRIGUES, Michelle Souza Barreto. **Avaliação da segurança alimentar e sustentabilidade na rede de mulheres da Resex Canavieiras**. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2013.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate a pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SANTANA, Anabela Maurício de. Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder. **Fórum Identidades**. Itabaiana: GEPIADDE, v. 8, jul/dez. 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. SOUZA, M.A.A. de. SILVEIRA. M.L (Orgs). **Território: globalização e fragmentação**. Hucitec, 1994.

SILVA, Ailton Dias (Org.) et al. **Metodologias participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. IEB- Instituto Educacional de Educação do Brasil. São Paulo/Petrópolis, 2005.

SANTOS, Cleverson Zapelini; SCHIAVETTI, Alexandre. Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil: Contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim Instituto de Pesca**, São Paulo, n. 39, v. 4, p. 479 – 494, 2013.

SANTOS, Leonardo Bis dos. Trilhas da política ambiental: conflitos , agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133-150, jan.-jun. 2009.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Marcha das Margaridas 11 e 12 de agosto de 2015: Projeto para captação de recursos**. 2014. Disponível em: <http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf>. Acesso em 14 Jan. 2015.

SIMÃO, Gustavo Leonardo et al. Cenário de desempenho do Programa Bolsa Verde do Governo Federal. **Centro de Inteligência em Florestas/ Governo de Minas - UFV**, 2013. Disponível em: < http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/d_e_e_22404.pdf>. Acesso em 21 Mar. 2016.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organizador: Evaristo de Moraes Filho. Tradução de Evaristo de Moraes Filho et al. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORÊA, Roberto Lobato. Org. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TANCREDO, Karen. R. et al. **Impactos Ambientais da Carcinicultura Brasileira**. In: III INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION, 2011. **Anais...** São Paulo, 2011.

TRAJANO, Eleonora. Políticas de conservação e critérios ambientais: princípios, conceitos e protocolos. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

TRIVINÕS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **Reserva extrativista.** Disponível em:<<http://uc.socioambiental.org/uso-sustentavel/reserva-extrativista>>. Acesso em 16 Jan. 2015.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 389-404, jul/dez. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

DESCRIÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome _____

Idade _____ Local de Nascimento _____

Escolaridade _____ Estado Civil _____

Profissão _____ Tempo de Residência no entorno da Resex _____

Comunidade _____

Faz parte de algum grupo (associação, ONG, etc) _____

Quais _____ Qual a função nesse grupo _____

Telefone _____

QUESTÕES NORTEADORAS

- 1) Como era sua vida e da comunidade antes da criação da Reserva?
- 2) Como foi o processo de criação da Reserva?
- 3) Como é a sua vida e da comunidade após a criação da Reserva?
- 4) Quais as transformações ocorridas na forma de organização das pessoas que fazem parte da Resex após sua criação?
- 5) Quais as perspectivas futuras para a Reserva e para os comunitários?

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "Redes e Capital Social em Reservas Extrativistas: um estudo de caso na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras- BA". Nesta pesquisa pretendemos analisar qual o papel do capital social e das redes sociais para a institucionalização da Resex Canavieiras e de que forma a sua criação contribuiu para ampliar as redes e o capital social das comunidades que integram essa UC desde sua criação até os dias atuais. O motivo que nos leva a estudar essa temática está relacionado ao fato de que o capital social e as redes sociais, constituem fatores importantes no contexto das populações extrativistas, cumprindo um importante papel para o alcance de bens e objetivos comuns nos espaços coletivos, sendo, portanto, importante de serem pesquisados e sistematizados. Sendo assim, acredita-se que a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras represente um espaço privilegiado para a manifestação dessas formas de relação.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa qualitativa de caráter exploratório, por meio de estudo de caso, na qual serão usados dados primários, coletados por meio das entrevistas semiestruturadas e dados secundários a serem obtidos por meio de revisão bibliográfica e consultas a fontes e materiais disponíveis sobre o tema.

Para a presente pesquisa, além das informações coletadas durante as entrevistas usaremos registros fotográficos da Reserva e do ambiente em que o senhor (a) vive, registrando eventos que possam estar acontecendo na comunidade e que tenham relação com o tema trabalhado, ressalta-se que não serão usadas fotografias que exponham a imagem das pessoas entrevistadas. Ressalta-se também que em algum momento o senhor (a) poder ser convidado a participar de atividades em grupo objetivando identificar informações relevantes a pesquisa.

Como forma de contribuir para facilitar a sistematização das informações, as entrevistas serão gravadas. No entanto, ressaltamos que esses áudios não serão de nenhum modo divulgados.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em determinados aspectos na possibilidade de haver algum desconforto durante a nossa presença na área de estudo. No entanto serão tomados todos os cuidados necessários para evitar desconforto de qualquer natureza. A pesquisa contribuirá para ampliar os conhecimentos sobre as condições de vida das populações tradicionais que moram na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, identificando os seus aspectos organizacionais e as configurações em redes construídas nesse espaço, além de conhecer as principais manifestações do capital social presente na Reserva, contribuindo também para que os comunitários disponham de um documento sistematizado sobre a Reserva da qual são beneficiários.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será

identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Departamento de Economia Rural/UFV** e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **Redes e Capital Social em Reservas Extrativistas: um estudo de caso na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras- BA** de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: Geus da Purificação Pereira
Endereço: Rua Dr. Milton Bandeira, Nº 115, Ap 403- Viçosa- MG
Telefone: (31) 7588-7409
Email: geusapereira@hotmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3899-2492

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

APÊNDICE C- TABELA COM AS RESERVAS EXTRATIVISTAS EXISTENTES NO BRASIL ATÉ JUNHO DE 2016

	Categoria	Unidade de conservação	Instância responsável	Área (ha)	Ano de criação
1	Resex	Acaú-Goiana	Federal	6.678	2007
2	Resex	Alto Juruá	Federal	506.186	1990
3	Resex	Alto Tarauacá	Federal	151.200	2000
4	Resex	Angelim	Estadual	8.923	1995
5	Resex	Aquariquara	Estadual	18.100	1995
6	Resex	Arapixi	Federal	133.637	2006
7	Resex	AriócaPruanã	Federal	83.445	2005
8	Resex	Auatí-Paraná	Federal	146.950	2001
9	Resex	Baixo Juruá	Federal	187.982	2001
10	Resex	Barreiro das Antas	Federal	107.234	2001
11	Resex	Batoque	Federal	602	2003
12	Resex	Canavieiras	Federal	100.646	2006
13	Resex	Canutama	Estadual	197.986	2009
14	Resex	Cassurubá	Federal	100.687	2009
15	Resex	Castanheira	Estadual	10.200	1995
16	Resex	Catuá-Ipixuna	Estadual	217.486	2003
17	Resex	Cazumbá-Iracema	Federal	750.795	2002
18	Resex	Chapada Limpa	Federal	11.971	2007
19	Resex	Chico Mendes	Federal	970.570	1990
20	Resex	Chocoaré - Mato Grosso	Federal	2.786	2002
21	Resex	Ciriaco	Federal	8.084	1992
22	Resex	Curralinho	Estadual	1.758	1995
23	Resex	Cururupu	Federal	185.046	2004
24	Resex	Extremo Norte do Tocantins	Federal	9.280	1992
25	Resex	Freijó	Estadual	600	1995
26	Resex	Garrote	Estadual	803	1995
27	Resex	Guariba	Estadual	150.465	2005
28	Resex	Guariba-Roosevelt	Estadual	164.224	1996
29	Resex	Gurupá-Melgaço	Federal	145.298	2006
30	Resex	Ipaú-Anilzinho	Federal	55.816	2005
31	Resex	Ipê	Estadual	815	1995
32	Resex	Itaúba	Estadual	1.758	1995
33	Resex	Ituxi	Federal	776.940	2008
34	Resex	Jaci Paraná	Estadual	197.364	1996
35	Resex	Jatobá	Estadual	1.135	1995
36	Resex	Lago do Capanã Grande	Federal	304.146	2004
37	Resex	Lago do Cedro	Federal	17.338	2006
38	Resex	Lago do Cuniã	Federal	55.850	1999
39	Resex	Mãe Grande de Curuçá	Federal	37.062	2002
40	Resex	Mandira	Federal	1.176	2002
41	Resex	Mapuá	Federal	94.464	2005

42	Resex	Maracatiara	Estadual	9.503	1995
43	Resex	Marinha Cuinarana	Federal	11.037	2014
44	Resex	Marinha da Baía do Iguape	Federal	10.074	2000
45	Resex	Marinha da Lagoa do Jequiá	Federal	10.231	2001
46	Resex	Marinha de Araí-Peroba	Federal	62.035	2005
47	Resex	Marinha de Caeté-Taperaçu	Federal	42.069	2005
48	Resex	Marinha de Gurupi-Piriá	Federal	74.081	2005
49	Resex	Marinha de Soure	Federal	27.464	2001
50	Resex	Marinha de Tracuateua	Federal	27.154	2005
51	Resex	Marinha do Arraial do Cabo	Federal	56.769	1997
52	Resex	Marinha do Corumbau	Federal	89.500	2000
53	Resex	Marinha do Delta do Parnaíba	Federal	27.022	2000
54	Resex	Marinha do Maracanã	Federal	30.019	2002
55	Resex	Marinha do Pirajubaé	Federal	1.444	1992
56	Resex	Marinha Mestre Lucindo	Federal	26.465	2014
57	Resex	Marinha Mocapajuba	Federal	21.029	2014
58	Resex	Marinha Prainha do Canto Verde	Federal	29.794	2009
59	Resex	Massaranduba	Estadual	5.566	1995
60	Resex	Mata Grande	Federal	10.450	1992
61	Resex	Médio Juruá	Federal	286.933	1997
62	Resex	Médio Purus	Federal	604.209	2008
63	Resex	Mogno (Resex)	Estadual	2.450	1995
64	Resex	Pedras Negras	Estadual	124.409	1995
65	Resex	Piquiá	Estadual	1.449	1995
66	Resex	Quilombo Frechal	Federal	9.542	1992
67	Resex	Recanto das Araras de Terra Ronca	Federal	11.964	2006
68	Resex	Renascer	Federal	211.741	2009
69	Resex	Rio Cajari	Federal	501.771	1990
70	Resex	Rio Cautário	Federal	73.818	2001
71	Resex	Rio Cautário (Estadual)	Estadual	146.400	1995
72	Resex	Rio Gregório	Estadual	427.004	2007
73	Resex	Rio Iriri	Federal	398.938	2006
74	Resex	Rio Jutai	Federal	275.533	2002
75	Resex	Rio Ouro Preto	Federal	204.583	1990

76	Resex	Rio Pacaás Novos	Estadual	342.904	1995
77	Resex	Rio Preto-Jacundá	Estadual	95.300	1996
78	Resex	Rio Unini	Federal	833.352	2006
79	Resex	Rio Xingu	Federal	303.841	2008
80	Resex	Riozinho da Liberdade	Federal	325.603	2005
81	Resex	Riozinho do Anfrísio	Federal	736.340	2004
82	Resex	Roxinho	Estadual	882	1995
83	Resex	São João da Ponta	Federal	3.203	2002
84	Resex	Seringueira	Estadual	537	1995
85	Resex	Sucupira	Estadual	3.188	1995
86	Resex	Tapajós-Arapiuns	Federal	647.611	1998
87	Resex	Terra Grande- Pracuúba	Federal	194.695	2006
88	Resex	Verde para Sempre	Federal	1.288.720	2004

FONTE: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASI, 2016. Modificado pela autora, 2016.

ANEXOS

ANEXO A- AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS- BA



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49592-2	Data da Emissão: 29/06/2015 11:26	Data para Revalidação*: 28/07/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Geusa da Purificação Pereira	CPF:
Título do Projeto: REDES E CAPITAL SOCIAL EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS- BA.	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Coleta de Dados Secundários	07/2015	09/2015
2	Leituras Complementares	07/2015	02/2016
3	Pesquisa de Campo	09/2015	10/2015
4	Organização e Sistematização dos Dados Coletados	10/2015	11/2015
5	Elaborar Dissertação	11/2015	02/2016
6	Defesa da Dissertação	03/2016	03/2016

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador da área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Apresentar o projeto na próxima reunião do conselho da Unidade (a ser realizada possivelmente dia 14 de agosto de 2015. Solicita-se que a pesquisadora entre em contato com a Unidade para confirmação da reunião) para tirar dúvidas dos conselheiros e ouvir suas contribuições para o referido trabalho. Contatar a gestão da RESEX de Canavieiras pelo menos 30 dias antes das atividades em campo. Disponibilizar à gestão da RESEX de Canavieiras um exemplar da dissertação após a defesa concluída.
---	--

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Marcelo Leles Romarco de Oliveira	Pesquisador Responsável			Brasileira

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 12349959



Página 1/4



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49592-2	Data da Emissão: 29/06/2015 11:26	Data para Revalidação*: 28/07/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Geusa da Purificação Pereira	CPF: 000.000.000-00
Título do Projeto: REDES E CAPITAL SOCIAL EM RESERVAS EXTRATIVISTAS: UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHADE CANAVIEIRAS- BA.	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		BA	RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 12349959



Página 2/4